

A CAMINHO DO  
CENTENÁRIO

97

CONFIANTE  
NO FUTURO

98

1915

Constituição da  
Caixa de Crédito de Leiria

99

100  
2015



CAIXA DE CRÉDITO DE LEIRIA  
Somos da Terra

2013

RELATÓRIO  
E CONTAS ANUAIS



## CONVOCATÓRIA DA ASSEMBLEIA GERAL

Usando da competência do número 2 do Artigo 18º e nos termos do Artigo 20º dos Estatutos, convoco os associados da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, C.R.L., com sede em Leiria, no Largo Cândido dos Reis nº19 a 25, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Leiria sob o número único de matrícula e identificação fiscal 500 978 921, para participar na Assembleia Geral a realizar no dia 27 de Março do ano em curso (Quinta-Feira), pelas 16 horas, na sede da Caixa, com a seguinte ordem de trabalhos:

**Ponto um – Apreciação e deliberação sobre os documentos de prestação de contas relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013;**

**Ponto dois – Apreciação e deliberação sobre a proposta de aplicação de resultados;**

**Ponto três – Apreciação e deliberação sobre a proposta de distribuição de excedentes pelos associados;**

**Ponto quatro – Apreciação geral da administração e fiscalização da CCAML;**

Se à hora marcada para a reunião não se verificar número de presenças suficiente para a Assembleia funcionar, esta reunirá, com qualquer número de associados presentes, uma hora depois, nos termos do N.º2 do Artigo 21º dos Estatutos.

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, 21 de Fevereiro de 2014

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

  
(Guilherme Alves da Silva)



## ÍNDICE

2013

Relatório e

Contas Anuais

|  |    |
|--|----|
| ASPETOS MAIS RELEVANTES DA ACTIVIDADE DA CCAML DO ANO DE 2013 .....                            | 4  |
| CAPÍTULO I – RELATÓRIO DE GESTÃO .....   | 5  |
| 1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO .....  | 5  |
| 1.1 - Evolução da economia .....   | 5  |
| 1.2 - Visão global económica de Portugal .....   | 8  |
| 1.3 – A CCAML no contexto económico e financeiro .....   | 11 |
| 2. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS .....  | 12 |
| 3. EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DO BALANÇO .....  | 14 |
| 3.1 – Estrutura do Activo Líquido .....  | 14 |
| 3.2 – Passivo e Capitais Próprios .....  | 15 |
| 4. VOLUME DE NEGÓCIOS .....  | 16 |
| 5. ACTIVIDADE COMERCIAL .....  | 17 |
| 5.1 – Recursos alheios .....   | 17 |
| 5.2 – Crédito .....  | 18 |
| 5.2.1 – Crédito vincendo/vivo .....  | 18 |
| 5.2.2 – Crédito vencido .....  | 19 |
| 5.2.3 – Garantias .....  | 22 |
| 5.3 – Actividade seguradora .....  | 23 |
| 6. ACTIVIDADES FINANCEIRAS E DE INVESTIMENTO .....   | 25 |
| 7. GESTÃO DE RISCOS .....  | 26 |
| 8. DIMENSÃO E ÁREA DE MEIOS .....  | 30 |
| 8.1 – Dimensão .....   | 30 |
| 8.2 – Recursos humanos .....   | 30 |
| 8.2.1 – Quadro de pessoal .....  | 30 |
| 8.2.2 – Formação .....   | 31 |
| 8.3 – Recursos tecnológicos e informáticos .....   | 33 |
| 8.4 – Meios de pagamento .....   | 34 |
| 9. RESULTADOS, EFICIÊNCIA E RENDIBILIDADE .....  | 36 |
| 9.1 – Análise e decomposição dos resultados .....  | 36 |
| 9.2 – Produto bancário .....   | 40 |
| 9.3 – Eficiência .....   | 42 |
| 9.4 – Rendibilidade .....  | 44 |
| 10. INDICADORES PRUDENCIAIS .....  | 45 |
| 11. ÁREA SOCIAL .....  | 47 |
| CAPÍTULO II - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS .....                                       | 48 |
| CAPÍTULO III – ESTRUTURA DE GOVERNAÇÃO .....   | 49 |
| 1. ASSEMBLEIA GERAL .....  | 49 |
| 2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO .....   | 49 |
| 3. CONSELHO FISCAL .....   | 50 |
| 4. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO .....   | 50 |
| 4.1 - Política de remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização ..... | 50 |
| 4.2 - Análise sobre a Política de Remuneração .....  | 51 |
| 4.3 - Informação sobre a remuneração dos membros dos órgãos sociais .....                      | 51 |
| 5. ORGANOGRAMA .....   | 52 |
| 6. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO .....   | 52 |
| 7. REVISOR OFICIAL DE CONTAS E AUDITORIA EXTERNA .....   | 53 |
| ANEXO I - DECLARAÇÃO SOBRE POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO .....                                       | 54 |
| ANEXO II - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO À POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DE 2013 .....                      | 56 |
| CAPÍTULO IV – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....  | 58 |
| ANEXO I – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....                                | 64 |
| CAPÍTULO V – PARECER DO CONSELHO FISCAL .....  | 92 |
| CAPÍTULO VI – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS .....   | 94 |



## ASPETOS MAIS RELEVANTES DA ACTIVIDADE DA CCAML DO ANO DE 2013

- O rácio *Core Tier I* fixou-se em 34,79% (face aos 18,40% alcançados em Dez.12), superando largamente o valor mínimo fixado pelo Banco de Portugal;
- O rácio de Adequação de Fundos Próprios (solvabilidade), de acordo com os critérios definidos pelo Banco de Portugal, atingiu 35,01%, o que representou um crescimento, face ao ano de 2012, bastante favorável de 16,43 pontos percentuais;
- Os recursos de clientes decresceram 4,2 milhões de euros (- 1,23% face a 2012) a que correspondeu um crescimento de 2,4 milhões de euros nos depósitos à ordem e um decréscimo de 2,51% (cerca de 6,6 milhões de euros) nos depósitos a prazo;
- O crédito a clientes contraiu-se cerca de 13 milhões de euros, dos quais 10,6 milhões de euros no crédito vincendo e 2,3 milhões de euros no crédito vencido;
- Os rácios de crédito vencido, há mais e há menos de 90 dias, decresceram 5,8 e 88,6%, respectivamente. O rácio de crédito em risco cresceu 2,95 pontos percentuais, fixando-se em 15,7% (face aos 12,7% de 2012);
- A taxa de cobertura por provisões cresceu 12,91 pontos percentuais, atingindo 90,03% do crédito vencido total, as taxas de cobertura por provisões face ao crédito vencido em dívida há mais de três meses, atingiram o índice de 90,87% e em relação ao crédito vencido em dívida há mais de um ano alcançaram 98,40%;
- Os seguros novos realizados cresceram em número 562 apólices face a 2012, fixando-se em 9.276 apólices (8.714 apólices em 2012), a que correspondeu um incremento de 6,45%;
- As actividades de investimento, em títulos de dívida pública da República Portuguesa, representaram em 2013 cerca de 21% do total agregado do volume de negócios da CCAML, traduzindo-se num crescimento, face ao ano anterior, de 13,72 pontos percentuais;
- No ano em análise, substituíram-se um número muito significativo de cartões de débito, por cartões com a mais recente tecnologia ao nível de segurança (DDA – *Dynamic data authentication*), cumprindo com os requisitos internacionais mais actuais destinados à prevenção contra a fraude;
- O serviço de *Homebanking* registou um crescimento de 11,7%;
- O número de adesões ao Extracto Electrónico cresceu 60%;
- O resultado líquido do exercício, após a dedução dos impostos, fixou-se em 1.755 milhares de euros, correspondendo a uma variação negativa de 58,30%, face ao ano de 2012 (- 2.454 m€);
- A margem financeira fixou-se em cerca de 10 milhões de euros, o que comparativamente ao ano anterior, representou um decréscimo de margem de 2,9 milhões de euros (- 22,49%);
- As comissões líquidas apresentaram um ligeiro crescimento, face a 2012, de 2,05% (+ 19 milhares de euros), fixando-se em 945 milhares de euros;
- O produto bancário atingiu cerca de 11 milhões de euros (- 21,21% do que no ano de 2012);
- O rácio *Cost-to-income* fixou-se em 63,31%, face aos 50,77% alcançados em 2012, traduzindo-se em perda de eficiência, justificada largamente pelo decréscimo da margem financeira e consequentemente do produto bancário de exploração;
- Os gastos de funcionamento ou de estrutura reflectiram um ligeiro decréscimo de 1,75% (- 124 milhares de euros);
- Os indicadores de rentabilidade do activo líquido (ROA) e dos capitais próprios (ROE) decresceram ambos em 2013, fixando-se em 0,42 e 2,97%, respectivamente;
- O rácio de transformação atingiu os 35,35% (face aos 38,84% de 2012), valor significativamente abaixo do limite máximo de 120%, imposto pelo Banco de Portugal para as Instituições de Crédito para o final de 2013;



## CAPÍTULO I – RELATÓRIO DE GESTÃO

## 1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

## 1.1 - Evolução da economia

O sentimento dos investidores melhorou muito nas economias avançadas, beneficiando sobretudo da postura expansionista dos principais bancos centrais e da continuação do aumento paulatino do optimismo em relação à resolução da crise do euro.

A aceleração do crescimento nos **EUA** no 2.º semestre foi suportada pela recuperação dos mercados do trabalho da habitação e dos fortes estímulos da política monetária, beneficiando com a melhoria do sentimento em relação à Zona Euro.

Principais Indicadores e Previsões Macroeconómicas

| EUA                                      | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|--|------|------|------|------|------|
| PIB (taxa de crescimento real, %)        | 1,8  | 2,8  | 1,7  | 2,9  | 3,4  |
| - Consumo Privado                        | 2,5  | 2,2  | 1,9  | 2,3  | 2,9  |
| - Consumo Público                        | -    | -    | -1,7 | -0,5 | -0,6 |
| - Formação Bruta de Capital Fixo         | 3,5  | 5,5  | 3,0  | 7,7  | 9,3  |
| - Exportações Bens e Serviços            | -    | -    | 2,4  | 4,7  | 5,0  |
| - Importações Bens e Serviços            | -    | -    | 1,6  | 5,3  | 6,3  |
| Contributo procura externa líquida p/PIB | -    | -    | -    | -    | -    |
| IPC (t, v.)                              | 3,1  | 2,1  | 1,5  | 1,8  | 1,9  |
| Taxa de Desemprego (% da pop. activa)    | 8,9  | 8,1  | 7,5  | 6,9  | 6,3  |
| Balança Corrente (% PIB)                 | -2,9 | -2,7 | -2,5 | -2,9 | -3,1 |

Fonte: Gabinete de Estratégia e Estudos, Ministério da Economia, Dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) "Economic Outlook 94", 19/11/2013.

O ano de 2013 foi marcado por uma estabilização do crescimento na **China** em torno de 7,7 por cento, que não foi linear ao longo dos meses, pois o abrandamento inesperado da economia na primeira metade do ano, criou pânico entre os investidores, pois receavam o fim do ciclo de fortes crescimentos registado nas últimas décadas.

Esse efeito foi estancado pelo "mini" plano lançado pelo Governo em Julho, com comprometimento nas reformas estruturais e na possibilidade de um novo modelo de crescimento no longo-prazo, devolvendo alguma dinâmica à economia na segunda metade do ano.

Principais Indicadores e Previsões Macroeconómicas

| CHINA                                    | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|--|------|------|------|------|------|
| PIB (taxa de crescimento real, %)        | 9,3  | 7,7  | 7,7  | 8,2  | 7,5  |
| - Consumo Privado                        | -    | -    | -    | -    | -    |
| - Consumo Público                        | -    | -    | -    | -    | -    |
| - Formação Bruta de Capital Fixo         | 9,6  | 8,3  | 8,5  | 8,9  | -    |
| - Exportações Bens e Serviços            | 8,1  | 9,0  | 5,3  | 11,9 | -    |
| - Importações Bens e Serviços            | 8,8  | 10,2 | 6,3  | 11,6 | -    |
| Contributo procura externa líquida p/PIB | -    | -    | -    | -    | -    |
| IPC (t, v.)                              | 5,5  | 2,6  | 2,5  | 2,4  | 2,4  |
| Taxa de Desemprego (% da pop. activa)    | -    | -    | -    | -    | -    |
| Balança Corrente (% PIB)                 | 1,9  | 2,4  | 2,3  | 1,5  | 1,5  |

Fonte: Gabinete de Estratégia e Estudos, Ministério da Economia, Dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) "Economic Outlook 94", 19/11/2013.



Quanto ao **Reino Unido**, o PIB registou um incremento a partir do 2.º trimestre de 2013 com registo de crescimento forte até o final do ano.

## Principais Indicadores e Previsões Macroeconómicas

| REINO UNIDO                              | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|--|------|------|------|------|------|
| PIB (taxa de crescimento real, %)        | 1,1  | 0,1  | 1,4  | 2,4  | 2,5  |
| - Consumo Privado                        | -0,4 | 1,2  | 1,7  | 1,8  | 2,0  |
| - Consumo Público                        | -    | -    | 0,4  | -0,7 | -0,3 |
| - Formação Bruta de Capital Fixo         | -2,4 | 0,9  | -2,5 | 6,4  | 7,0  |
| - Exportações Bens e Serviços            | -    | -    | 2,6  | 4,4  | 4,3  |
| - Importações Bens e Serviços            | -    | -    | 1,9  | 3,5  | 3,5  |
| Contributo procura externa líquida p/PIB | -    | -    | -    | -    | -    |
| IPC (t, v.)                              | 4,5  | 2,8  | 2,6  | 2,4  | 2,3  |
| Taxa de Desemprego (% da pop. activa)    | 8,1  | 7,9  | 7,8  | 7,5  | 7,2  |
| Balança Corrente (% PIB)                 | -1,5 | -3,8 | -3,4 | -2,5 | -2,3 |

Fonte: Gabinete de Estratégia e Estudos, Ministério da Economia, Dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) "Economic Outlook 94", 19/11/2013.

Uma referência para o banco central cuja acção teve maiores efeitos: o **Banco do Japão**. Em Janeiro assumiu o importante compromisso de pôr termo a duas décadas de deflação, aumentado o seu objectivo de inflação de 1 para 2 por cento e anunciou novos estímulos monetários. Na reunião de Abril veio comprometer-se em aumentar o seu balanço e a base monetária – que passou a ser o grande instrumento da sua política – de uma forma substancial, para estimular a economia.

Nos **países emergentes** tem-se observado uma evolução menos favorável em resultado de uma desaceleração dos preços do petróleo e das *commodities* em geral.

A diminuição progressiva da **crise do euro** foi talvez a melhor notícia de 2013, com a pressão dos mercados a abrandar de forma lenta ao longo do ano, perante o sentimento de que o pior já passou. Este sentimento foi alimentado pelo comprometimento dos países do euro em segurar a moeda única, o que levou os investidores a colocar praticamente de lado um cenário de saída, de alguns países, do euro.

O **PIB da Zona Euro** regressou a crescimentos trimestrais positivos no 2.º trimestre, sustentando a expectativa de um crescimento em torno de 1 por cento em 2014, após queda em 2013.

## Principais Indicadores e Previsões Macroeconómicas

| ZONA EURO                                | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|--|------|------|------|------|------|
| PIB (taxa de crescimento real, %)        | 0,3  | -1,4 | -0,6 | 0,6  | 1,2  |
| - Consumo Privado                        | 2,5  | 2,2  | 1,9  | 2,3  | 2,9  |
| - Consumo Público                        | -    | -    | 0,2  | 0,3  | 0,3  |
| - Formação Bruta de Capital Fixo         | 1,8  | -3,8 | -3,5 | 1,5  | 3,2  |
| - Exportações Bens e Serviços            | -    | -    | -    | -    | -    |
| - Importações Bens e Serviços            | -    | -    | -    | -    | -    |
| Contributo procura externa líquida p/PIB | 0,9  | 1,6  | 0,6  | 0,5  | -    |
| IPC (t, v.)                              | 2,7  | 2,5  | 1,4  | 1,2  | 1,2  |
| Taxa de Desemprego (% da pop. activa)    | 10,1 | 11,3 | 12,0 | 12,1 | 11,8 |
| Balança Corrente (% PIB)                 | 0,7  | 1,9  | 2,6  | 2,6  | 2,8  |

Fonte: Gabinete de Estratégia e Estudos, Ministério da Economia, Dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) "Economic Outlook 94", 19/11/2013.



A **nível comunitário** foi um ano com menos desenvolvimentos, de forma a permitir que os países cumprissem os objectivos orçamentais. Ainda assim, uma decisão relevante de mencionar: o Mecanismo Único de Resolução Bancária, que permitirá – se aprovado pelo Parlamento Europeu – concluir a formação de uma União Bancária, crucial para integrar o sistema bancário europeu e cortar a ligação entre os soberanos e os bancos, que esteve por trás do impacto sobre o sistema financeiro da crise do euro.

Em relação às **expectativas face às taxas de juro**, os principais bancos centrais continuaram em destaque. A possibilidade de a *Fed* dar início à retirada dos estímulos à economia tornou-se uma preocupação. A *Fed* acabou por ser mais branda do que os mercados chegaram a temer, tendo de facto começado a retirar os estímulos apenas na reunião de finais de 2013. Igualmente a apoiar a economia esteve a **conduta do BCE**, que cortou a taxa de referência num total de 0,5 p.p. (Maio e Novembro), para 0,25 por cento, comprometendo-se em manter as taxas reduzidas durante um período prolongado de tempo, tendo por base as perspectivas optimistas no que respeita à inflação no médio prazo, dada a fraqueza generalizada da economia e a dinâmica monetária comedida.



## 1.2 - Visão global económica de Portugal

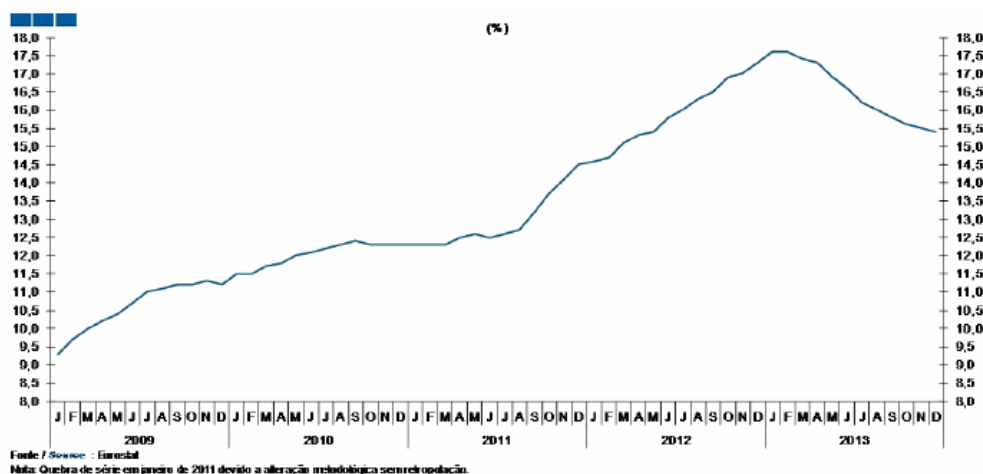
A partir do 2.º trimestre do ano, Portugal sentiu uma recuperação da actividade, fruto de vários itens: desempenho favorável das exportações, tendência de estabilização na procura interna, recuperação no investimento e uma consolidação orçamental em 2013, embora inferior ao previsto no início do ano.

O crescimento manteve-se, no entanto, condicionado pelo processo de desalavancagem em curso nos diferentes sectores.

O PIB registou uma queda anual de 1,5 por cento (perspectiva de crescimento próximo de 1 por cento em 2014).

O **desemprego** reduziu-se de 17,7 para 15,3 por cento da população activa entre o 1º e o 4º trimestre de 2013 afastando-se mais dos níveis máximos históricos (série iniciada em jan-74) de Abril.

Taxa de desemprego



Verificou-se um aumento de 12,8 por cento na **criação de novas empresas** no nosso país que terá superado as 35 mil novas sociedades, registo largamente superior ao das empresas dissolvidas que terão atingido cerca de 14 mil (- 20 por cento face ao ano de 2012).

A **capacidade líquida de financiamento da economia** terá atingido cerca de 2,5 por cento do PIB em 2013, com um aumento de poupança interna e com o défice das Administrações Públicas abaixo da meta de 5,5 por cento do PIB.

Portugal regressou aos **mercados de capitais** com uma operação de troca de dívida em Dezembro (6,6mM€), a que se seguiu, já em Janeiro de 2014, a uma emissão sindicada a 5 anos, num montante de 3,25mM€.

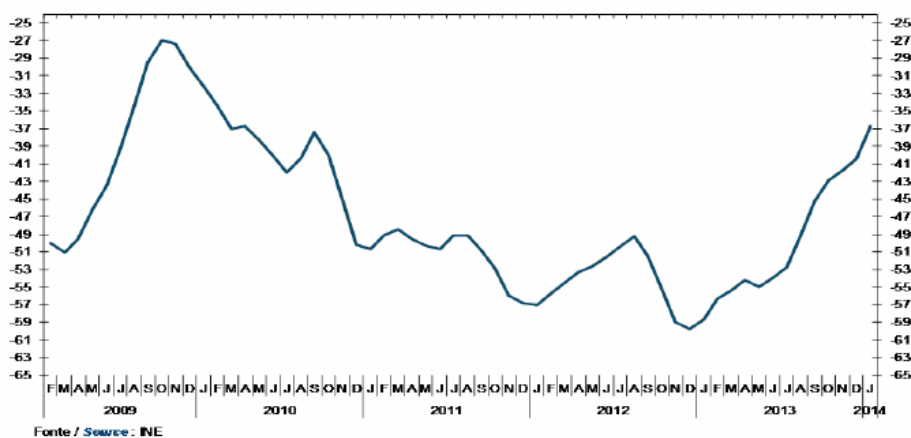
Após um máximo de 7,5 por cento em Julho, a **yield** das **OT's** a 10 anos fechou o ano em 6,13 por cento, prolongando a tendência de descida no início de 2014, para valores próximos de 5 por cento.

O **PSI-20** valorizou-se cerca de 16 pontos percentuais em 2013.

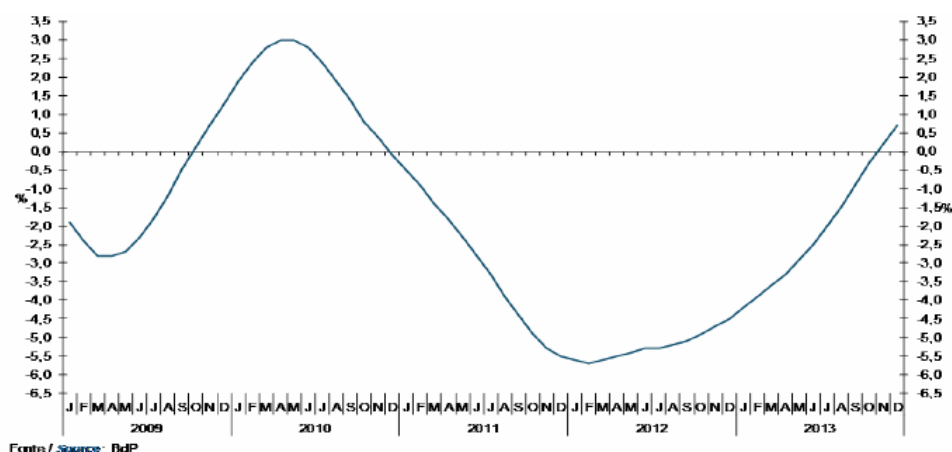
De acordo com os **Inquéritos de Opinião da Comissão Europeia**, no 4.º trimestre de 2013, o indicador de sentimento económico registou um aumento em relação aos valores do terceiro trimestre, confirmando a trajectória de recuperação que se verificou desde o início do ano passado.



## Indicador de confiança



## Indicador de consumo privado



**Inflação:** as anteriores pressões inflacionistas advinham essencialmente das *commodities* (em concreto da energia) ou de alterações fiscais e assumiam um carácter persistente. A dissipação desses efeitos ao longo de 2013, em conjugação com, a descida do preço médio anual do petróleo, o crescimento marginal dos preços de importação de bens não energéticos e a manutenção de uma forte moderação salarial, traduziram-se numa redução da inflação em 2013 (0,8 por cento em Dezembro).

**Crédito:** o crédito ao sector privado não financeiro residente intensificou ligeiramente o ritmo da queda homóloga no final do ano, reflectindo um ligeiro agravamento do ritmo de crescimento tanto do segmento de empresas, como de particulares, continuando a apresentar-se como um forte constrangimento para a actividade.

O acordo com a *troika* pressupõe uma **desalavancagem da banca** e a adopção de normas prudenciais exigentes, com as previsões do FMI a apontarem para uma contracção do crédito ao sector privado até 2015, regressando às subidas só em 2016.



**Finanças Públicas:** os dados da execução orçamental de 2013 indicam que o défice se fixou em 7 152 M€, um valor de 1 749 M€ abaixo do limite estabelecido no Programa Assistência Económica Financeira. O défice orçamental fixou-se nos 5 por cento, um pouco abaixo dos 5,5 por cento esperados. O cumprimento da meta de 2013 traça boas perspectivas para o futuro, atendendo ao desempenho da economia a partir do 2.º trimestre de 2013, no entanto, não deverá permitir aliviar as medidas de austeridade anunciadas.

## Previsões para a Economia Portuguesa

|                                       | 2012  |                | 2013 |                | 2014 |                | 2015 |                |
|---------------------------------------|-------|----------------|------|----------------|------|----------------|------|----------------|
|                                       | OCDE  | Banco Portugal | OCDE | Banco Portugal | OCDE | Banco Portugal | OCDE | Banco Portugal |
| PIB (taxa de crescimento real, %)     | -3,2  | -3,2           | -1,7 | -1,5           | 0,4  | 0,8            | 1,1  | 1,3            |
| - Consumo Privado                     | -5,4  | -5,4           | -2,3 | -2,0           | -0,6 | 0,3            | 0,3  | 0,7            |
| - Consumo Público                     | -4,7  | -4,8           | -2,6 | -1,5           | -2,5 | -2,3           | -2,4 | -0,5           |
| - Formação Bruta de Capital Fixo      | -14,3 | -14,3          | -8,9 | -8,4           | 0,4  | 1              | 3,2  | 3,7            |
| - Exportações Bens e Serviços         | 3,2   | 3,2            | 5,9  | 5,9            | 4,3  | 5,5            | 5,3  | 5,4            |
| - Importações Bens e Serviços         | -6,6  | -6,6           | 1,3  | 2,7            | 1,4  | 3,9            | 3,4  | 4,5            |
| Contributo para o crescimento do PIB  |       |                |      |                |      |                |      |                |
| - Procura Interna                     | -6,7  | -6,9           | -3,4 | -2,7           | 0,8  | 0,1            | 0,2  | 0,9            |
| - Procura Externa Líquida             | 3,8   | 3,7            | 1,8  | 1,1            | 1,2  | 0,7            | 0,9  | 0,4            |
| IHPC (t, v <sub>i</sub> )             | 2,8   | 2,8            | 0,5  | 0,5            | 0,6  | 0,8            | 0,4  | 1,2            |
| Taxa de Desemprego (% da pop. activa) | 15,6  | 15,7           | 16,7 | -              | 16,1 | -              | 15,8 | -              |
| Balança Corrente (% PIB)              | -1,5  | -1,5           | 0,5  | 1,7            | 1,2  | 2,7            | 2,1  | 3,5            |

Fonte: Gabinete de Estratégia e Estudos, Ministério da Economia, Dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) "Economic Outlook 94", 19/11/2013.



## 1.3 – A CCAML no contexto económico e financeiro

A evolução da economia portuguesa manteve-se ao longo de 2013, condicionada pelas metas do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro.

Grande parte da banca portuguesa ressentiu-se consideravelmente nos seus resultados, quer pelos condicionantes do programa da *troika*, quer pela recuperação moderada da economia da área do euro, com as fracas pressões subjacentes nos preços, e a próprias dinâmicas - monetária e do crédito, comedidas.

Neste cenário, a CCAML, apesar de todo o contexto económico adverso que condicionou o resultado líquido, procurou continuar com realismo e determinação a sua sustentabilidade, baseada numa gestão diligente e segura.

Os procedimentos relacionados com a rentabilidade das aplicações, o controlo dos riscos, racionalização dos serviços e redução da despesa - foram imperativos para fazer face aos constrangimentos que o actual ambiente económico impõe, permitindo um aumento do rácio de solvabilidade para 35,01 por cento e um rácio de crédito sobre depósitos de 35,4 por cento, indicadores que a distinguem, positivamente, relativamente aos indicadores de referência, valorizados pelas entidades de supervisão.



## 2. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

A CCAML é uma instituição de crédito com um regime regulamentar próprio. Opera como uma instituição bancária de retalho de âmbito regional, tendo como área de actuação os concelhos de Leiria, Marinha Grande e Ourém. Tem como principais linhas de negócio a captação de recursos, em especial de pequenas e médias poupanças, a sua rendibilização através de empréstimos a particulares e pequenas empresas e a aplicação dos excedentes em depósitos em Instituições de Crédito e em Títulos de Dívida Pública.

Propõe-se ser uma instituição de crédito com uma oferta de serviços financeiros diversificada, orientada para a satisfação das necessidades dos seus associados, clientes e comunidades locais, pautando-se por uma actuação social e economicamente responsável, baseada em valores como rigor, confiança, mutualismo e espírito comunitário, procurando, simultaneamente, a racionalização dos custos e a maximização da rendibilidade dos recursos, com uma gestão cuidadosa face aos riscos, através de um crescimento prudente e sustentado dos seus negócios. A persecução destas metas tem subjacente a preservação e reforço de níveis de solvabilidade e liquidez elevados e o compromisso de criar valor para o associado e solidez para a instituição.

Sabendo as responsabilidades que lhe cabem e o papel que desempenha na economia dos concelhos da sua área de intervenção, continuará a dar grande relevância estratégica ao desenvolvimento de uma política de responsabilidade social, que se manifesta pelo apoio a projectos de educação, voluntariado, solidariedade social e cultural, através da Fundação Caixa Agrícola de Leiria, integralmente financiada pela CCAML, assim como, pelo exercício da sua actividade de intermediação financeira, pautada pelos valores que sempre a nortearam: Servir os clientes sem nunca descuidar a solidez da instituição, gerindo com diligência e segurança os capitais que lhe são confiados.

No decurso das contingências que a actual situação de austeridade e de recessão económica impõem, as necessidades de procurar mitigar os impactos da crise e de aumentar a eficiência interna, como forma de preservar a sustentabilidade da actividade, determinam a orientação a prosseguir. O próprio enquadramento regulamentar onde está inserida e as crescentes exigências inerentes à actividade estabelecem a necessidade de responder, cada vez mais, a novos e mais complexos desafios operacionais.

Neste quadro em que os factores externos ameaçam e condicionam significativamente a actividade, foram definidas oito grandes orientações, tendo em vista o alinhamento estratégico em torno dos objectivos de um desempenho eficiente e rendível da actividade, visando a defesa de um desenvolvimento sustentável a longo prazo.

### Linhas de orientação estratégica para o triénio 2013 - 2015

**Preservar elevados níveis de solvabilidade e liquidez** – No sentido de defender a solidez e preservar a sustentabilidade do negócio numa perspectiva de longo prazo;

**Racionalizar os serviços e reduzir a despesa** – Por via da melhoria da eficiência dos serviços, da contenção na despesa e da redução de custos operacionais;

**Optimizar os processos de acompanhamento de crédito e recuperação de crédito vencido** – No quadro de um novo processo que visa a melhoria da gestão do acompanhamento, nomeadamente através dos planos de acção de procedimentos extrajudiciais, conferindo maior dinamismo na prevenção do risco de crédito e a regularização das situações de incumprimento;

**Proseguir com a estratégia de melhoria das competências** – No sentido da valorização profissional e pessoal dos colaboradores, em consonância com uma estratégia de melhoria do desempenho individual e de eficiência dos serviços, perante novas e mais complexas exigências operacionais;

**Ajustar os processos a novas exigências operativas e regulamentares, procurando aumentar a eficiência** – Procurando melhorar o desempenho das operações, num quadro de uma colocação contínua de novos e mais complexos desafios operativos;



**Prosseguir com a estratégia de rigor na concessão de crédito, reforçando a selectividade e a diligência na análise das propostas e redução dos limites de exposição** – Procurando seguir uma estratégia que visa prevenir o incumprimento, por via do aumento da selectividade das operações, da diminuição da exposição individual e sectorial, em actividades de maior risco, e melhorando a qualidade das garantias;

**Aprofundar a relação com associados e clientes, aumentando a prestação de serviços** – Seguindo uma estratégia de proximidade junto dos associados e clientes, procurando aumentar o envolvimento comercial nos diversos serviços financeiros disponibilizados;

**Promover a imagem Institucional** – Dinamizando os canais de comunicação utilizados pela Instituição de forma a enfatizar o centésimo aniversário da Instituição, associando os valores da solidez e confiança, aos do dinamismo e da modernidade.



### 3. EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DO BALANÇO

#### 3.1 – Estrutura do Activo Líquido

No ano de 2013, tal como em anos anteriores, viveu-se um ambiente de instabilidade e incerteza, todavia, segundo alguns analistas, no último trimestre do ano em análise manifestaram-se alguns sintomas de melhoria, o que se traduziu, globalmente, num ligeiro decréscimo do total do activo líquido da CCAML, em cerca de 0,54 por cento.

Contrariamente ao ano de 2012, em 2013, os activos de liquidez diminuíram 44,15 por cento (cerca de 91 milhões de euros), resultante de uma política interna de alteração de parte das aplicações em instituições de crédito e da rubrica Activos financeiros disponíveis para venda para investimento em títulos de dívida pública da República Portuguesa (Investimentos detidos até à maturidade), o que se traduziu numa diminuição do peso destas rubricas face ao activo total. Passando as rubricas de Activos de liquidez e Investimentos detidos até à maturidade a representar um peso de 27,92 e 27,13 por cento, respectivamente.

Com a adopção desta política, a rubrica Crédito Concedido, líquido de provisões, apesar do decréscimo verificado em 2013 de 10,13 por cento, passou a ser aquela que mais contribuiu de forma individual para a formação deste agregado, fixando-se em cerca de 120 milhões de euros e assumindo um peso de 29,06 por cento (face aos 32,16 por cento registados em 2012).

Esta contracção no Crédito Concedido derivou, em larga medida, da situação da economia nacional, nomeadamente das taxas de desemprego elevadas e do menor rendimento das famílias (reflectindo-se em cortes dos salários e no aumento das cargas fiscais), o que se traduziu na redução do consumo e do investimento, com reflexos no poder de compra, penalizando toda a actividade económica transversal a vários sectores de actividade.

Apesar do peso individual do crédito concedido na estrutura do activo líquido, as actividades financeiras e de investimento totalizaram cerca de 66 por cento, o que, comparativamente ao ano anterior, resultou num crescimento de cerca de 3 por cento.

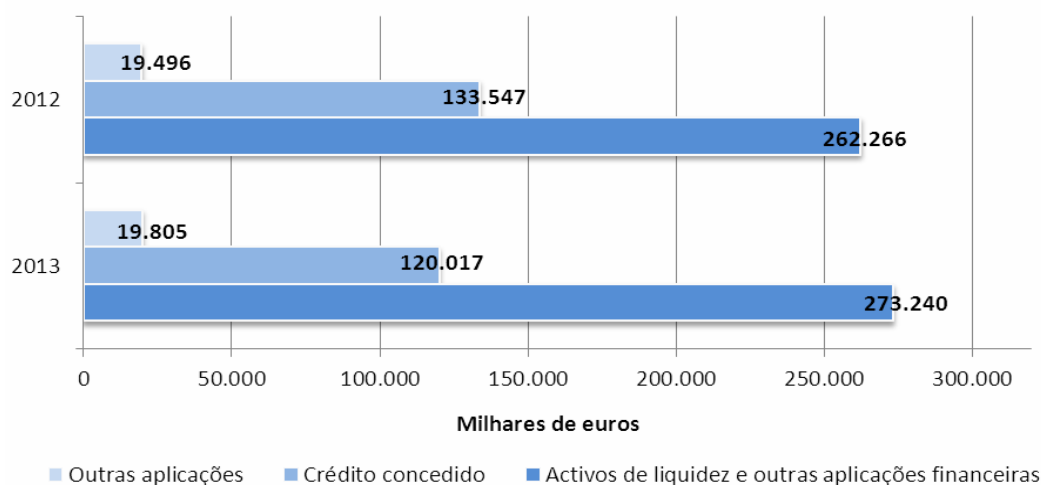
#### ESTRUTURA DO ACTIVO LÍQUIDO

|  | 2013           |               | 2012           |               | Variação      |              |
|--|----------------|---------------|----------------|---------------|---------------|--------------|
|  | Valor          | %             | Valor          | %             | Valor         | %            |
| <b>APLICAÇÕES FINANCEIRAS</b>            | <b>393.257</b> | <b>95,20</b>  | <b>395.813</b> | <b>95,31</b>  | <b>-2.556</b> | <b>-0,65</b> |
| Activos de Liquidez                      | 115.387        | 27,92         | 206.582        | 49,74         | -91.195       | -44,15       |
| Caixa e disponibilidades em Bancos       | 9.213          | 2,22          | 10.928         | 2,63          | -1.715        | -15,69       |
| Aplicações em I. C.                      | 106.174        | 25,70         | 195.654        | 47,11         | -89.480       | -45,73       |
| Crédito Concedido (líquido provisões)    | 120.017        | 29,06         | 133.547        | 32,16         | -13.530       | -10,13       |
| Activos financeiros disponíveis p/ venda | 45.797         | 11,09         | 55.684         | 13,41         | -9.887        | -17,76       |
| Investimentos detidos até à maturidade   | 112.056        | 27,13         | 0              | 0,00          | 112.056       | -            |
| <b>OUTRAS APLICAÇÕES</b>                 | <b>19.805</b>  | <b>4,80</b>   | <b>19.496</b>  | <b>4,69</b>   | <b>309</b>    | <b>1,58</b>  |
| Activos não correntes detidos p/ venda   | 5.537          | 1,35          | 4.436          | 1,07          | 1.101         | 24,82        |
| Outras                                   | 14.268         | 3,45          | 15.060         | 3,62          | -792          | -5,26        |
| <b>TOTAL DO ACTIVO LÍQUIDO</b>           | <b>413.062</b> | <b>100,00</b> | <b>415.309</b> | <b>100,00</b> | <b>-2.247</b> | <b>-0,54</b> |

(milhares de euros)



## ESTRUTURA DO ACTIVO LÍQUIDO



## 3.2 – Passivo e Capitais Próprios

Face às condições adversas do quadro económico e financeiro que se viveram, na área do euro e consequentemente em Portugal, em 2013 continuaram-se a sentir dificuldades de captação de recursos, registando-se as tendências para a competição pelo financiamento entre instituições de crédito (*funding*) e para o redireccionamento por parte dos clientes das suas poupanças, quer para fazer face a despesas correntes quer para investimentos de outra natureza.

Este comportamento, contrariamente ao ano anterior, resultou num decréscimo na rubrica Depósitos de clientes e instituições de crédito em 1,21 por cento (cerca de 4.100 milhares de euros), fixando-se em cerca de 340 milhões de euros, face aos 344 milhões de euros verificados no ano anterior. Apesar da redução verificada, o seu peso face ao total do passivo e do capital próprio manteve-se em cerca de 82 por cento.

O total agregado da rubrica Passivo decresceu 1,64 por cento, face ao ano transacto, atingindo cerca de 351.998 milhares de euros. Contrariamente, o total agregado da rubrica de Capital cresceu 6,28 por cento, atingindo 61.064 milhares de euros (face aos 57.457 milhares de euros registados em 2012). Tendo contribuído favoravelmente para este crescimento, essencialmente, o valor registado na rubrica Outras reservas e resultados transitados em cerca de 4.130 milhares de euros, fixando-se em cerca de 18,8 milhões de euros. Este acréscimo da rubrica agregada Capital + Provisões viu o seu peso incrementado em cerca de 1 por cento, fixando-se em 15 pontos de percentagem (face aos cerca de 14 por cento registados no ano anterior).

## PASSIVO E CAPITALS PRÓPRIOS

(milhares de euros)

| Rubricas                                     | 2013           |               | 2012           |               | Variação      |              |
|--|----------------|---------------|----------------|---------------|---------------|--------------|
|  | Valor          | %             | Valor          | %             | Valor         | %            |
| Depósitos de clientes e Instituições Crédito | 339.826        | 82,27         | 343.975        | 82,82         | -4.149        | -1,21        |
| Instrumentos representativos de capital      | 4.866          | 1,18          | 5.199          | 1,25          | -333          | -6,41        |
| Outros passivos                              | 6.045          | 1,46          | 7.335          | 1,77          | -1.290        | -17,59       |
| Capital + Provisões                          | 62.325         | 15,09         | 58.800         | 14,16         | 3.525         | 5,99         |
| <b>TOTAL PASSIVO+CAPITAL PRÓPRIO</b>         | <b>413.062</b> | <b>100,00</b> | <b>415.309</b> | <b>100,00</b> | <b>-2.247</b> | <b>-0,54</b> |



## 4. VOLUME DE NEGÓCIOS

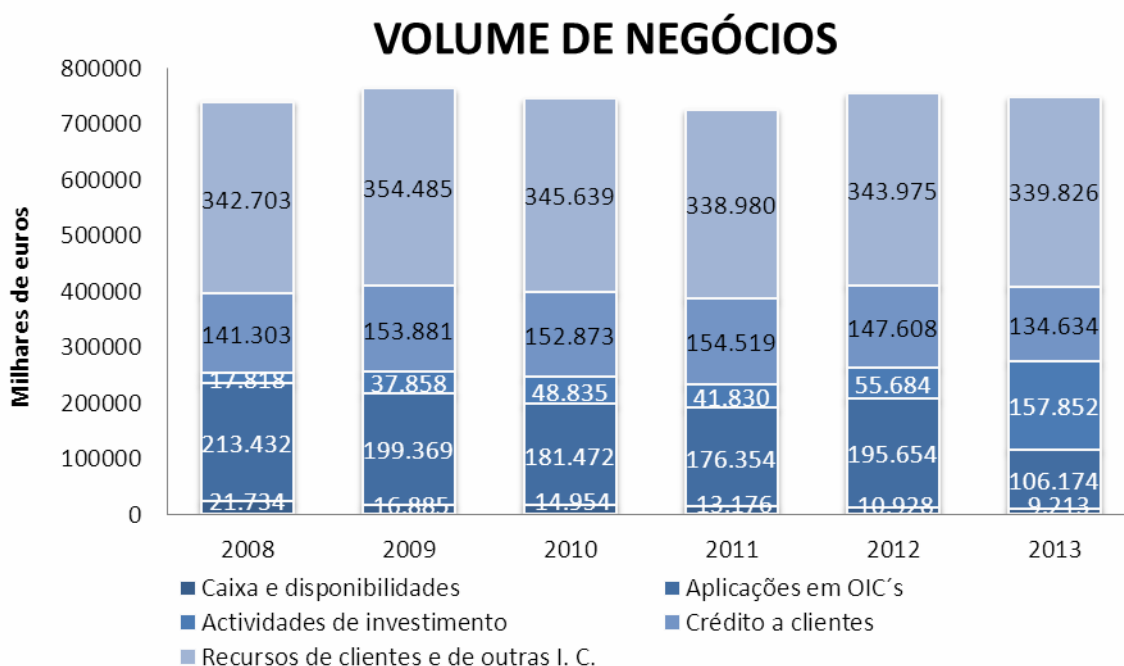
No ano de 2013 o volume de negócios da CCAML apresentou um decréscimo de 0,82 por cento face ao ano transacto, fixando-se em cerca de 748 milhões de euros, o que comparativamente a 2011, registou um crescimento de 3,15 por cento (+ 22.840 milhares de euros), devendo-se, maioritariamente, à política interna adoptada e descrita no ponto 3.1 e à redução do crédito concedido e captado a clientes.

A rubrica Actividades de investimento, apesar de ter sido a que mais cresceu em valor (102.168 milhares de euros), não é a parcela mais representativa na formação do volume de negócios, mantendo-se no topo a rubrica Recursos de clientes e de outras I. C. com cerca de 45,5 por cento, seguindo-se então as Actividades de investimento, o Crédito concedido a clientes e as Aplicações em OIC com cerca de 21, 18 e 14 pontos de percentagem, respectivamente.

### FORMAÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS

(milhares de euros)

| Rubricas                               | 2013           |               | 2012           |               | Variação      |              |
|--|----------------|---------------|----------------|---------------|---------------|--------------|
|  | Valor          | %             | Valor          | %             | Valor         | %            |
| Caixa e disponibilidades               | 9.213          | 1,23          | 10.928         | 1,45          | -1.715        | -15,69       |
| Aplicações em OIC                      | 106.174        | 14,20         | 195.654        | 25,95         | -89.480       | -45,73       |
| Actividades de investimento            | 157.852        | 21,11         | 55.684         | 7,39          | 102.168       | 183,48       |
| Crédito a clientes                     | 134.634        | 18,01         | 147.608        | 19,58         | -12.974       | -8,79        |
| Recursos de clientes e de outras I. C. | 339.826        | 45,45         | 343.975        | 45,63         | -4.149        | -1,21        |
| <b>VOLUME DE NEGÓCIOS</b>              | <b>747.699</b> | <b>100,00</b> | <b>753.849</b> | <b>100,00</b> | <b>-6.150</b> | <b>-0,82</b> |



## 5. ACTIVIDADE COMERCIAL

### 5.1 – Recursos alheios

No exercício, o saldo da rubrica Total de recursos alheios era constituído, similarmente aos anos anteriores, quase exclusivamente pelos recursos de clientes, representando 99,94 por cento do total do agregado e apresentando um decréscimo de 1,21 por cento face a 2012 (cerca de 4,1 milhões de euros).

#### FORMAÇÃO DOS RECURSOS ALHEIOS

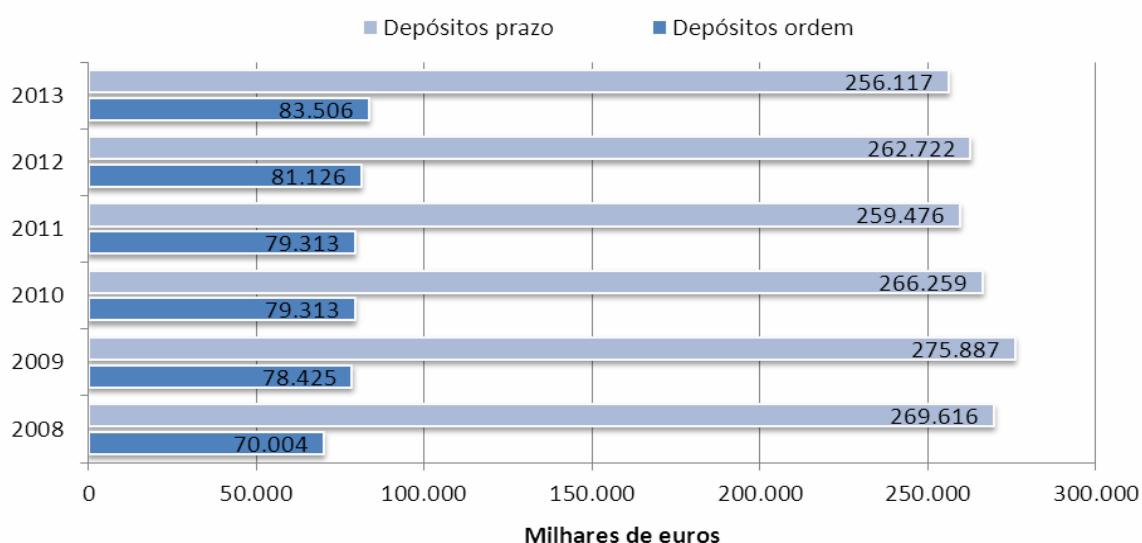
(milhares de euros)

| Rubricas   | 2013           |               | 2012           |               | Variação      |              |
|--|----------------|---------------|----------------|---------------|---------------|--------------|
|  | Valor          | %             | Valor          | %             | Valor         | %            |
| Depósitos à ordem                                  | 83.506         | 24,57         | 81.126         | 23,58         | 2.380         | 2,93         |
| Depósitos a prazo                                  | 256.117        | 75,37         | 262.722        | 76,38         | -6.605        | -2,51        |
| Total de recursos de clientes e outros empréstimos | 339.623        | 99,94         | 343.848        | 99,96         | -4.225        | -1,23        |
| Recursos de outras Instituições de Crédito         | 203            | 0,06          | 127            | 0,04          | 76            | 59,84        |
| <b>TOTAL RECURSOS</b>                              | <b>339.826</b> | <b>100,00</b> | <b>343.975</b> | <b>100,00</b> | <b>-4.149</b> | <b>-1,21</b> |

A rubrica do Passivo, Recursos de clientes e outros empréstimos apresentou um crescimento dos depósitos à ordem que totalizou 2,4 milhões de euros (+ 2,93 por cento face a 2012) e um decréscimo dos depósitos a prazo em 2,51 por cento, fixando-se em cerca de 256 milhões de euros.

No exercício, registou-se uma consolidação dos recursos de clientes em depósito à ordem, que se revelou o melhor dos últimos 6 anos, fixando-se nos 83.506 milhares de euros, representando 24,57 por cento do total dos montantes captados junto dos clientes.

### EVOLUÇÃO DOS DEPÓSITOS





## 5.2 – Crédito

A CCAML no ano de 2013, acompanhando as tendências de alguns dos grandes bancos nacionais, viu o crédito concedido decrescer 12.974 milhares de euros, face ao ano anterior (- 8,79 por cento), fixando-se nos 134.634 milhares de euros.

### CRÉDITO CONCEDIDO

(milhares de euros)

| Rubricas              | 2013           |               | 2012           |               | Variação       |              |
|-----------------------|----------------|---------------|----------------|---------------|----------------|--------------|
|                       | Valor          | %             | Valor          | %             | Valor          | %            |
| Crédito vincendo/vivo | 116.998        | 86,90         | 127.634        | 86,47         | -10.636        | -8,33        |
| Crédito vencido       | 17.636         | 13,10         | 19.974         | 13,53         | -2.338         | -11,71       |
| <b>TOTAL</b>          | <b>134.634</b> | <b>100,00</b> | <b>147.608</b> | <b>100,00</b> | <b>-12.974</b> | <b>-8,79</b> |

### 5.2.1 – Crédito vincendo/vivo

No seguimento dos decréscimos registados nos dois anos anteriores, o crédito vivo da CCAML fixou-se nos 116.998 milhares de euros, registando uma contracção de 8,33 por cento face a 2012 (cerca de 10.6 milhares de euros) e 15,3 por cento face a 2011 (cerca de 21.1 milhares de euros).

O ano em análise, tal como no ano anterior, ficou marcado pelo registo de contracção em todas as variantes de crédito vivo, como resultado da manutenção de um elevado grau de selectividade e de uma menor procura de crédito, sendo a mais representativa a rubrica “Empréstimos + Conta Corrente” com cerca de 9,4 milhões de euros (-11,61 por cento).

A rubrica “Empréstimos + conta corrente” continua a ser aquela que mais contribuiu para a formação do agregado do crédito vivo total, com cerca de 61 por cento, correspondendo a verba de 71.172 milhares de euros, seguindo-se a rubrica “Crédito habitação” com cerca de 38 por cento, a que corresponde a verba de 44.515 milhares de euros.

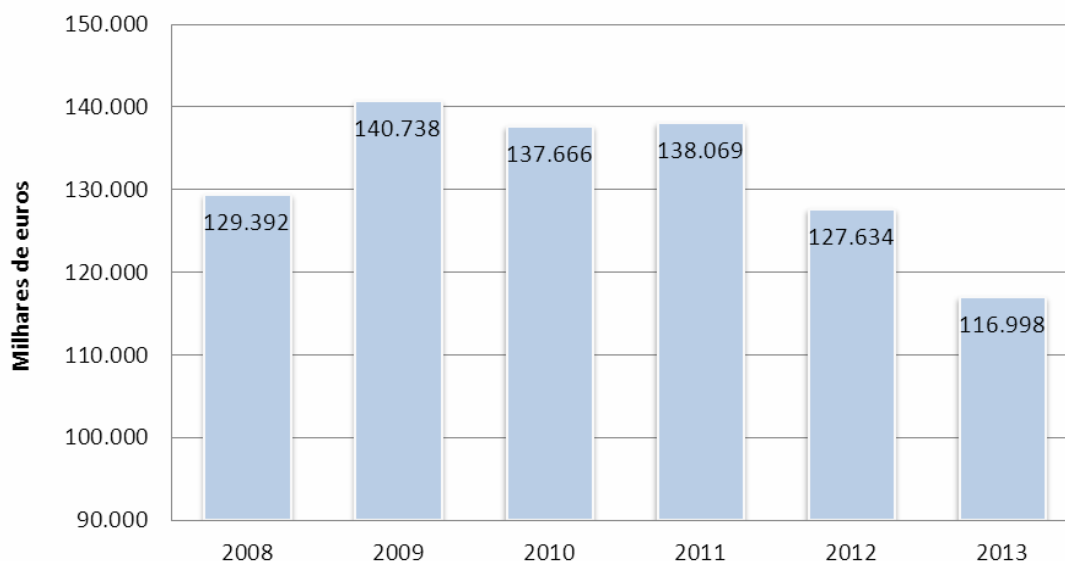
### DISCRIMINAÇÃO DO CRÉDITO VINCENDO/VIVO

(milhares de euros)

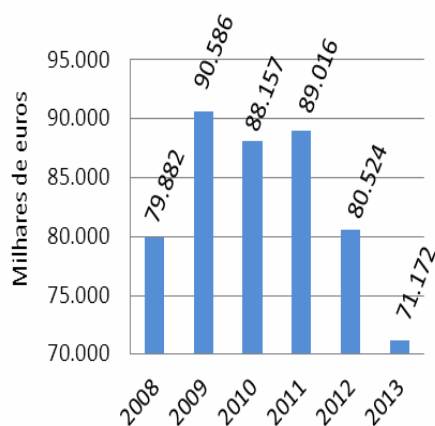
| Rubricas                     | 2013           |               | 2012           |               | Variação       |              |
|------------------------------|----------------|---------------|----------------|---------------|----------------|--------------|
|                              | Valor          | %             | Valor          | %             | Valor          | %            |
| Empréstimos + Conta Corrente | 71.172         | 60,83         | 80.524         | 63,09         | -9.352         | -11,61       |
| Crédito habitação            | 44.515         | 38,05         | 45.298         | 35,49         | -783           | -1,73        |
| Desconto                     | 979            | 0,84          | 1.381          | 1,08          | -402           | -29,11       |
| Juros de crédito a clientes  | 332            | 0,28          | 431            | 0,34          | -99            | -22,97       |
| <b>TOTAL</b>                 | <b>116.998</b> | <b>100,00</b> | <b>127.634</b> | <b>100,00</b> | <b>-10.636</b> | <b>-8,33</b> |



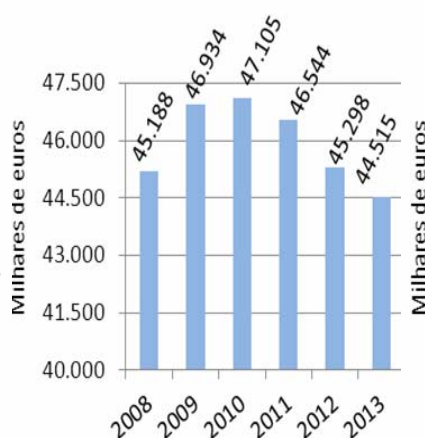
## EVOLUÇÃO DO CRÉDITO VIVO



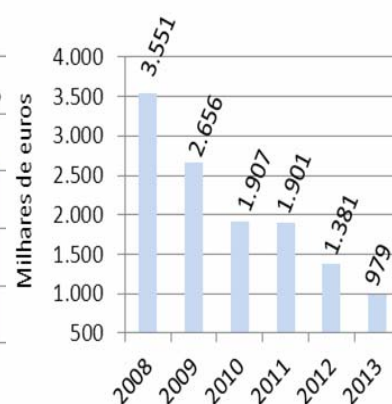
EMPRÉSTIMOS + C/C + DESCOB.  
D.O.



HABITAÇÃO



DESCONTO



### 5.2.2 – Crédito vencido

A CCAML, apesar da crise e das dificuldades que se estão a fazer sentir na sociedade em que está inserida, apresentou, na rubrica de crédito vencido, uma inversão da tendência de crescimento, registando um decréscimo de 2.338 milhares de euros (- 11,71 por cento face a 2012), redução essa, que se ficou a dever, essencialmente, à recuperação de parte de crédito em atraso de curto prazo.

As classes I, II, III e IV apresentaram uma variação negativa face ao ano anterior, traduzindo-se num impacto favorável, visto que nestas classes ocorreram recuperações de créditos vencidos de curto prazo no montante agregado de 4.415 milhares de euros, correspondente a uma redução de 74,64 por cento.



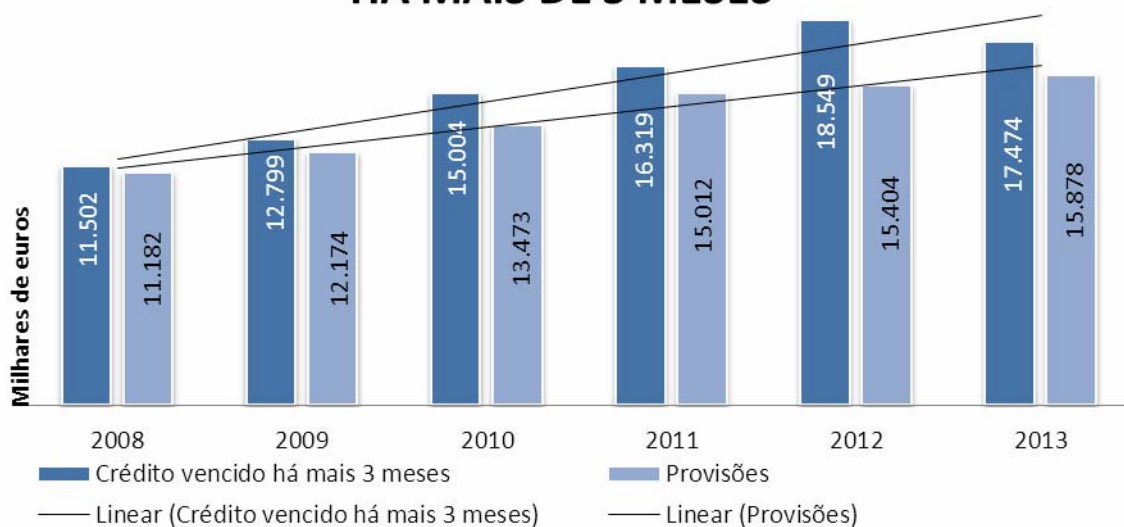
## ESTRUTURA DO CRÉDITO VENCIDO POR CLASSES

(milhares de euros)

| Rubricas                   | 2013          |               | 2012          |               | Variação      |               |
|----------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
|                            | Valor         | %             | Valor         | %             | Valor         | %             |
| I - Até 3 meses            | 163           | 0,92          | 1.425         | 7,13          | -1.262        | -88,56        |
| II - de 3 a 6 meses        | 422           | 2,40          | 1.534         | 7,68          | -1.112        | -72,49        |
| III e IV - de 6 a 12 meses | 915           | 5,19          | 2.956         | 14,80         | -2.041        | -69,05        |
| V a IX - de 1 a 3 anos     | 5.489         | 31,12         | 4.214         | 21,10         | 1.275         | 30,26         |
| X a XII - mais de 3 anos   | 10.647        | 60,37         | 9.845         | 49,29         | 802           | 8,15          |
| <b>TOTAL</b>               | <b>17.636</b> | <b>100,00</b> | <b>19.974</b> | <b>100,00</b> | <b>-2.338</b> | <b>-11,71</b> |

No ano em análise, a classe de crédito vencido há mais de três anos continuou a ser aquela que representou a maior parcela do agregado total do crédito vencido, com cerca de 60 por cento (face aos 49 por cento do ano de 2012). Este valor caracterizou-se em larga medida pelo reduzido número de devedores que o compõem e justifica-se pelo arrastar dos processos judiciais, processos esses, que na sua maioria são suportados por garantias reais, revestidos de uma boa probabilidade de ressarcimento dos valores em dívida.

## PROVISIONAMENTO DO CRÉDITO VENCIDO HÁ MAIS DE 3 MESES



Considerando em exclusivo a faixa dos créditos vencidos e não pagos há mais de doze meses, face ao crédito concedido total, esta relação cresce para os 11,99 por cento, mantendo a tendência de crescimento dos três anos anteriores, 2012, 2011 e 2010, que foram de 9,52; 9,17 e 8,09 por cento, respectivamente. Comparado com o crédito vencido total, em 2013, este índice cresceu 21,11 pontos percentuais, fixando-se em 91,5 por cento.

No exercício salientamos que a taxa de cobertura por provisões cresceu 12,91 pontos percentuais, atingindo 90,03 por cento do crédito vencido total, as taxas de cobertura por provisões face ao crédito vencido em dívida há mais de três meses, atingiram o índice de 90,87 por cento e em relação ao crédito vencido em dívida há mais de um ano alcançaram 98,40 por cento.



No âmbito das políticas e procedimentos que visam assegurar uma valorização adequada da carteira de crédito, em 2013, foram desenvolvidas as metodologias para o cálculo da imparidade, em conformidade com a Instrução n.º 5/2013 do Banco de Portugal, de 15 de Abril, tendo sido efectuada uma avaliação da carteira de crédito que permitiu proceder a uma análise comparada com os níveis de provisionamento. A comparação dos níveis de provisionamento para o risco de crédito, no primeiro semestre, indicia a suficiência dos valores em provisões, apresentando um valor superior, em 32,3 por cento, relativamente ao montante apurado pelo modelo de imparidade da carteira de crédito.

## EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DA QUALIDADE DO CRÉDITO

(milhares de euros)

| Indicadores  | 2013           | 2012           | Variação       |               |
|--|----------------|----------------|----------------|---------------|
|  |                |                | Valor          | %             |
| <b>Crédito concedido</b>   | <b>134.634</b> | <b>147.608</b> | <b>-12.974</b> | <b>-8,79</b>  |
| <b>Crédito vencido</b>   | <b>17.636</b>  | <b>19.974</b>  | <b>-2.338</b>  | <b>-11,71</b> |
| <b>Crédito em risco</b>  | <b>21.107</b>  | <b>18.787</b>  | <b>2.320</b>   | <b>12,35</b>  |
| <b>Crédito reestruturado total</b>   | <b>7.298</b>   | <b>3.216</b>   | <b>4.082</b>   | <b>126,93</b> |
| <b>Crédito reestruturado não incluído no crédito em risco</b>                    | <b>3.700</b>   | <b>2.700</b>   | <b>1.000</b>   | <b>37,04</b>  |
| Crédito vencido há menos de 3 meses  | 162            | 1.425          | -1.263         | -88,63        |
| Crédito vencido há mais de 3 meses   | 17.474         | 18.549         | -1.075         | -5,80         |
| Crédito vencido há mais de um ano  | 16.136         | 14.059         | 2.077          | 14,77         |
| <b>Classes crédito vencido em relação ao crédito vencido total</b>               |                |                |                |               |
| Crédito vencido há menos de 3 meses em relação ao crédito vencido total (%)      | 0,92%          | 7,13%          | -6,21 p.p.     | -87,10        |
| Crédito vencido há mais de 3 meses em rel.ao crédito vencido total (%)           | 99,08%         | 92,87%         | 6,21 p.p.      | 6,69          |
| Crédito vencido há mais de um ano em relação ao crédito vencido total (%)        | 91,50%         | 70,39%         | 21,11 p.p.     | 29,99         |
| <b>Provisões totais para crédito</b>   |                |                |                |               |
| Riscos gerais de crédito   | 1.261          | 1.343          | -82            | -6,11         |
| Crédito vencido e cobrança duvidosa  | 14.617         | 14.061         | 556            | 3,95          |
| <b>Total</b>   | <b>15.878</b>  | <b>15.404</b>  | <b>474</b>     | <b>3,08</b>   |
| <b>Crédito vencido em relação ao crédito total</b>                               |                |                |                |               |
| Crédito e juros vencidos totais / Crédito total                                  | 13,10%         | 13,53%         | -0,43 p.p.     | -3,18         |
| Idem vencidos há mais de 3 meses (Crédito com incumprimento / Crédito total) (1) | 12,98%         | 12,57%         | 0,41 p.p.      | 3,26          |
| Idem vencidos há mais 12 meses   | 11,99%         | 9,52%          | 2,47 p.p.      | 25,95         |
| Rácio ajustado (Crédito com incumprimento líquido / Crédito total líquido) (1)   | 2,38%          | 3,36%          | -0,98 p.p.     | -29,17        |
| <b>Taxas de cobertura por provisões</b>  |                |                |                |               |
| Crédito vencido total  | 90,03%         | 77,12%         | 12,91 p.p.     | 16,74         |
| Crédito vencido há mais de 3 meses   | 90,87%         | 83,05%         | 7,82 p.p.      | 9,42          |
| Crédito vencido há mais de um ano  | 98,40%         | 109,57%        | -11,17 p.p.    | -10,19        |
| <b>Crédito em Risco</b>  |                |                |                |               |
| Crédito em risco / Crédito total (1)   | 15,68%         | 12,73%         | 2,95 p.p.      | 23,17         |
| Crédito em risco, líquido / Crédito total, líquido (1)                           | 5,41%          | 3,54%          | 1,87 p.p.      | 52,82         |
| Crédito reestruturado / Crédito total (2)  | 5,42%          | 2,18%          | 3,24 p.p.      | 148,62        |
| Crédito reestruturado não incluído no crédito em risco / Crédito Total (2)       | 2,75%          | 1,83%          | 0,92 p.p.      | 50,27         |

(1) De acordo com a definição constante da Instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal.

(2) De acordo com a definição constante da Instrução n.º 32/2013 do Banco de Portugal.

### 5.2.3 – Garantias

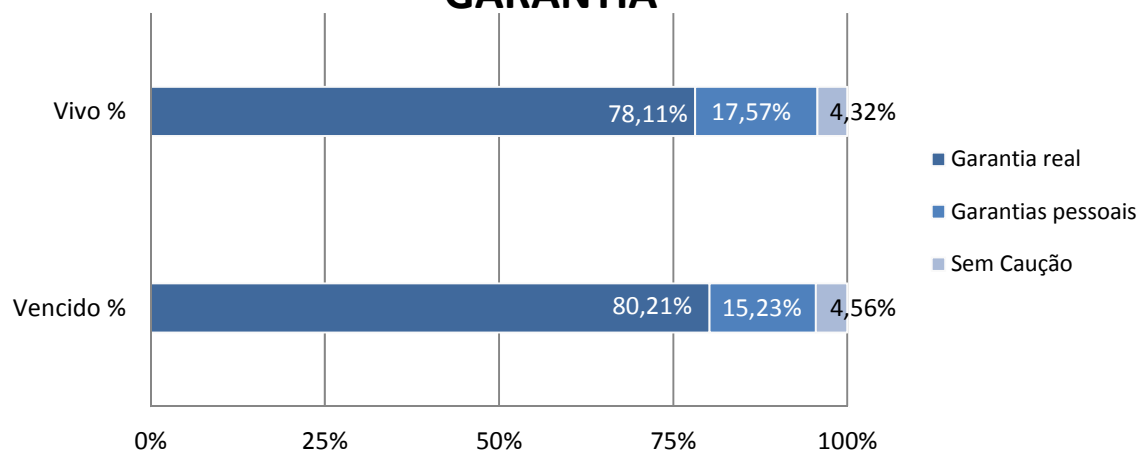
#### a) Crédito vivo/vincendo

O crédito vivo total fixou-se em 116.998 milhares de euros, tendo a sua estrutura de garantias beneficiado de um reforço comparativamente ao ano de 2012, encontrando-se caucionados por garantias reais 78,11 por cento (+ 1,56 por cento), 17,57 por cento beneficiaram de garantias pessoais (- 3,52 por cento) e 4,32 por cento não estavam suportados por garantias adicionais - sem caução (- 11,48 por cento).

#### b) Crédito vencido

O crédito vencido e não pago fixou-se em 17.636 milhares de euros, encontrando-se agora caucionados por garantias reais cerca de 80,21 por cento dos empréstimos vencidos (- 0,88 por cento), 15,23 por cento beneficiaram de garantias pessoais (+ 2,77 por cento) e 4,56 por cento não têm garantia adicional (+ 7,04 por cento), relativamente ao ano anterior.

### CRÉDITO VENCIDO E VIVO POR TIPO DE GARANTIA





### 5.3 – Actividade seguradora

Em Portugal, no final do exercício, prevê-se que o volume da produção de **seguro directo** (*conceito utilizado no sector segurador para significar a receita global das empresas de seguros, proveniente da sua actividade comercial - o termo seguro directo surge por oposição ao resseguro, dito seguro indirecto*) venha a fixar-se ligeiramente acima dos 13 mil milhões de euros, a que corresponde um incremento de cerca de 20 por cento face ao ano anterior.

**Quadro 1 - Produção\* de seguro direto em Portugal - Mercado**

|                       | 2010          | 2011          | Δ 11/10       | 2012          | Δ 12/11      | 2013**        | Δ 13/12      |
|-----------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------|---------------|--------------|
| u.m: milhões de euros |               |               |               |               |              |               |              |
| Vida                  | 12 173        | 7 536         | -38,1%        | 6 922         | -8,1%        | 9 245         | 33,6%        |
| Não Vida              | 4 167         | 4 110         | -1,4%         | 3 983         | -3,1%        | 3 858         | -3,1%        |
| <b>TOTAL</b>          | <b>16 340</b> | <b>11 646</b> | <b>-28,7%</b> | <b>10 905</b> | <b>-6,4%</b> | <b>13 103</b> | <b>20,2%</b> |

\* Inclui prémios brutos emitidos de contratos de seguro e receita processada de contratos de investimento e de prestação de serviço

\*\* Valores provisórios

Analisando o mercado segurador por ramos, conclui-se que a evolução positiva que se registou se deve, determinadamente, ao crescimento verificado no ramo Vida (33,6 por cento), uma vez que a produção dos ramos Não Vida apresentou uma variação negativa (3,1 por cento).

Apesar do actual contexto económico, o ramo Vida cresceu significativamente, face aos dois últimos anos. Salientando-se, particularmente, a recuperação do peso dos planos de poupança reforma (PPR), que em 2013 representaram cerca de 11,8 por cento da produção do ramo Vida (10,3 por cento em 2012), com a sua produção a aumentar 38 por cento. Os ramos/modalidades que mais contribuíram para a quebra verificada na produção de Não Vida foram Acidentes de Trabalho (- 8 por cento) e Automóvel (- 5,8 por cento), que representam cerca de 52 por cento da carteira em análise.

No ano 2013, a **actividade de seguros da CCAML** apresentou resultados positivos, quer no ramo Vida, quer no ramo Não Vida, com variações de 87 e 475 apólices, respectivamente.

#### SEGUROS - N.º APÓLICES

| Ramos        | 2013         |               | 2012         |               | Variação    |             |
|--------------|--------------|---------------|--------------|---------------|-------------|-------------|
|              | Nº apólices  | %             | Nº apólices  | %             | Nº apólices | %           |
| Não vida     | 5.946        | 64,10         | 5.471        | 62,78         | 475         | 8,68        |
| Vida         | 3.330        | 35,90         | 3.243        | 37,22         | 87          | 2,68        |
| <b>Total</b> | <b>9.276</b> | <b>100,00</b> | <b>8.714</b> | <b>100,00</b> | <b>562</b>  | <b>6,45</b> |

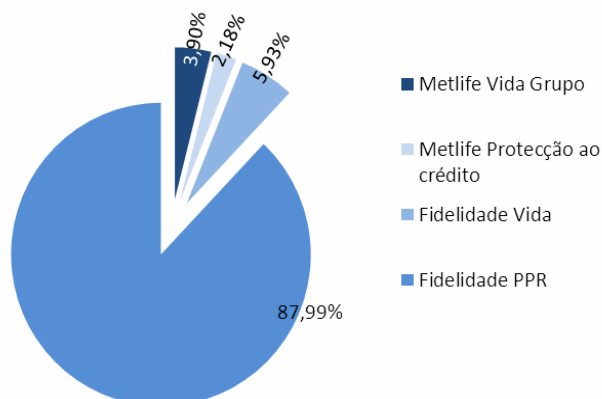
Os mercados alvo definidos foram; o cliente particular e as PME's.

Apesar destes serem mercados de difícil penetração devido à elevada e exigente concorrência, a CCAML acompanhou e angariou os negócios a que se propôs.

No que diz respeito ao ramo Vida, o crescimento verificado ficou a dever-se ao produto PPR, que foi promovido no sentido de diluir a taxa de erosão de depósitos a curto prazo.



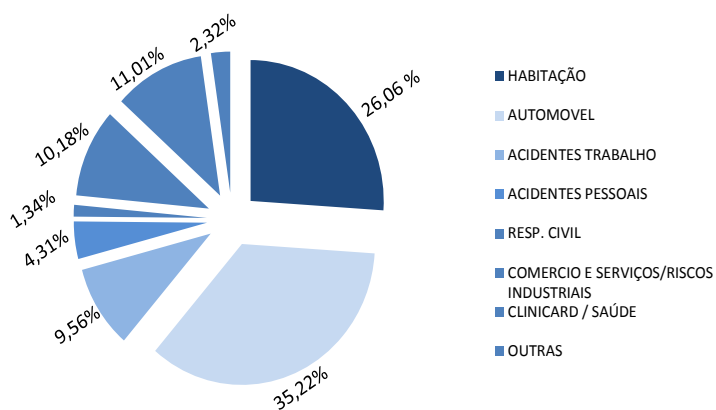
Distribuição produtos Vida:



Relativamente ao ramo Não Vida, foram os produtos CLINICARD, Acidentes de Trabalho, Habitação e Automóvel os responsáveis principais pelo resultado obtido, contribuindo, conjuntamente, com mais de 81 por cento do valor total de crescimento ramo Não Vida.

Face aos mercados alvo definidos, conclui-se que os produtos Automóvel e Acidentes de Trabalho foram concretizados no canal empresas, enquanto que, os produtos CLINICARD e a Habitação foram bem sucedidos junto do canal Particulares.

Distribuição produtos Não Vida:





## 6. ACTIVIDADES FINANCEIRAS E DE INVESTIMENTO

As Actividades financeiras e de investimento registaram um crescimento de 4,18 por cento face a 2012, a que correspondeu um incremento de cerca de 11 milhões de euros. Contrariamente aos anos anteriores, no ano em análise, a rubrica que mais contribuiu para a formação deste agregado, deixou de ser a das Aplicações em OIC, para ser a rubrica Investimentos detidos até à maturidade, com um peso de 41,01 por cento, como consequência de uma alteração estratégica na política interna da aplicação dos recursos.

Apesar da alteração estratégica adoptada e com uma variação negativa de cerca de 46 por cento, a rubrica Aplicações em OIC continuou a contribuir com um grande peso, com cerca de 39 pontos de percentagem, face ao total do agregado, seguindo-se as rubricas Activos financeiros disponíveis para venda e Caixa e disponibilidades com cerca de 17 e 3 por cento, respectivamente.

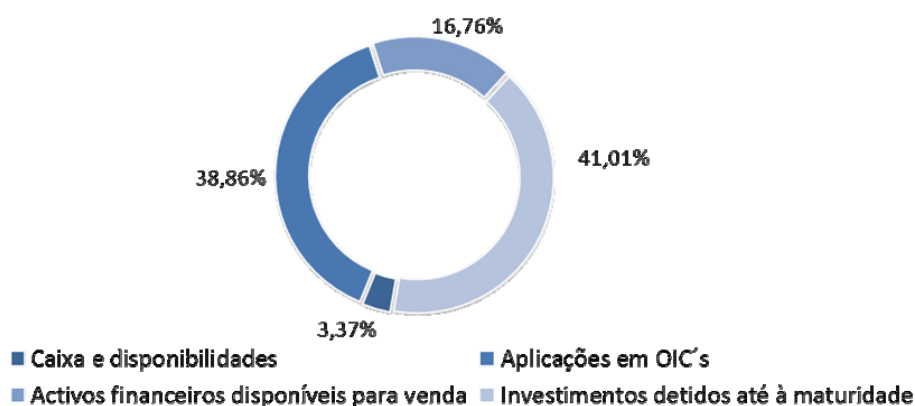
No exercício, o principal destino do volume de negócios não aplicado em crédito, passou a ser a rubrica Investimentos detidos até à maturidade (com um investimento de cerca de 112 milhões de euros), em detrimento das Aplicações em OIC (com uma redução de 89,5 milhões de euros) enquadrada na política interna de alteração de parte das aplicações em instituições de crédito e da rubrica Activos financeiros disponíveis para venda, para investimento em títulos de dívida pública da República Portuguesa, a deter até à maturidade.

A rubrica de Activos financeiros disponíveis para venda engloba os instrumentos de dívida e os instrumentos de capital. O montante aplicado em instrumentos de capital não sofreu alterações no exercício, estando fixo em cerca de 1.214 milhares de euros, sendo constituídos por títulos de capital da SIBS (99,73 por cento), da SWIFT (0,17 pontos percentuais) e da *Agrimútuo*, FCRL (0,10 pontos de percentagem).

### ACTIVIDADES FINANCEIRAS E DE INVESTIMENTO

| Rubricas                                   | 2013           |               | 2012           |               | (milhares de euros) |             |
|--|----------------|---------------|----------------|---------------|---------------------|-------------|
|  | Valor          | %             | Valor          | %             | Variação            |             |
| Caixa e disponibilidades                   | 9.213          | 3,37          | 10.928         | 4,17          | -1.715              | -15,69      |
| Aplicações em OIC                          | 106.174        | 38,86         | 195.654        | 74,60         | -89.480             | -45,73      |
| Activos financeiros disponíveis para venda | 45.797         | 16,76         | 55.684         | 21,23         | -9.887              | -17,76      |
| Investimentos detidos até à maturidade     | 112.056        | 41,01         | 0              | 0,00          | 112.056             | -           |
| <b>TOTAL</b>                               | <b>273.240</b> | <b>100,00</b> | <b>262.266</b> | <b>100,00</b> | <b>10.974</b>       | <b>4,18</b> |

### ACTIVIDADES FINANCEIRAS E DE INVESTIMENTO





## 7. GESTÃO DE RISCOS

A Gestão de Riscos é efectuada de forma centralizada respeitando o princípio de segregação de funções entre as áreas comerciais e de gestão de risco. Abrange a avaliação e o controlo dos riscos de crédito, concentração, operacional (incluindo o risco dos sistemas de informação), taxa de juro, liquidez, *compliance* e reputação, visando assegurar o equilíbrio e a sustentabilidade da Instituição no longo prazo.

A CCAML apresenta (historicamente) níveis de solvabilidade e liquidez elevados, reveladores de um perfil cauteloso face ao risco. Em Dezembro, apresentava um rácio de solvabilidade de 35,01 por cento e um rácio de crédito sobre depósitos de 35,4 por cento, indicadores que a distinguem, positivamente, relativamente aos níveis de referência, pelas entidades de supervisão, para o alcance de solidez e equilíbrio financeiro. A prossecução de um comportamento de prudência perante o risco é apoiado em políticas de fortalecimento contínuo dos mecanismos de controlo interno, que procuram, em permanência, identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos, como forma a acautelar o impacto na situação financeira da Instituição dos factores de risco, em particular, daqueles que resultam da situação económica que o país atravessa, com o objectivo de assegurar o equilíbrio e a solidez.

A CCAML procura desenvolver uma gestão pró-activa do risco, tendo estabelecido as seguintes políticas:

- Prosseguir com a estratégia de rigor na concessão de crédito, procedendo a uma análise diligente e selectiva das propostas, reduzindo, sempre que possível, aos limites individuais de exposição;
- Optimizar os processos de acompanhamento de crédito e recuperação de crédito vencido;
- Consolidar os procedimentos de análise e avaliação de imparidades;
- Reforçar o acompanhamento sobre a avaliação dos colaterais;
- Gerir pró-activamente as taxas de juro recorrendo a políticas de mitigação de risco;
- Robustecer os mecanismos de contingência;
- Prosseguir com uma estratégia de redução de limites na gestão das aplicações;
- Preservar os níveis robustos de solvabilidade e liquidez.

No plano operacional, a CCAML assegurou os processos de acompanhamento e reporte relativos aos Fundos Próprios e Requisitos regulamentares de Capital, aos níveis de liquidez, do risco de taxa de juro da carteira bancária, assim como, o desenvolvimento do processo de reporte do crédito em risco. No âmbito do Pilar II, efectuou-se o relatório do Processo de Auto-Avaliação da Adequação do Capital Interno (*ICAAP*), de Testes de Esforço, incluindo o exercício de *reverse stress tests* e de Risco de Concentração. Os resultados obtidos, pela realização destes trabalhos, apontam para a solidez da situação financeira da Instituição, face aos riscos e à ocorrência de eventos hipotéticos, de natureza excepcional mas plausível, não manifestando a necessidade de reforço dos capitais internos.

No âmbito do Pilar III, foi divulgado o relatório de Disciplina de Mercado (disponível no site em [www.caixacreditoleiria.pt/informação\\_financeira](http://www.caixacreditoleiria.pt/informação_financeira)), que informa de uma forma mais detalhada, sobre a solvabilidade, os riscos e os processos que suportam a sua gestão, tendo subjacente uma óptica predominantemente prudencial.

Entre os principais desenvolvimentos ocorridos no último ano, afectos à área de gestão de riscos, são de referir:

- A implementação do Plano de Acção para o Risco de Incumprimento (PARI) e do Procedimento Extrajudicial de Regularização de Situações de Incumprimento (PERSI), em resposta aos preceitos normativos que estabelecem os requisitos para o acompanhamento premente e sistemático da execução dos contratos de crédito celebrados com clientes particulares;
- O desenvolvimento do Modelo de Imparidade da Carteira de Crédito, em cumprimento da Instrução n.º 5/2013, do Banco de Portugal, com o objectivo de sistematizar a valorização da carteira de crédito;
- O desenvolvimento do Plano de Recuperação da CCAML, em cumprimento do Aviso do Banco de Portugal n.º 12/2012, tendo presente as recomendações da Autoridade Bancária Europeia (EBA), com o objectivo de identificar as medidas susceptíveis de serem adoptadas para corrigir, oportunamente, situações de desequilíbrio financeiro, resultantes de eventos de origem idiossincrática, sistémica ou pela sua combinação, restaurando a viabilidade e solidez financeiras da Instituição, desenvolvendo o planeamento e melhorando a capacidade de reacção a situações dessa natureza.



## Risco de Crédito

O Risco de Crédito é o principal risco subjacente à actividade, está associado às perdas e ao grau de incerteza quanto à capacidade de um cliente cumprir com as suas obrigações. Na CCAML está associado aos empréstimos concedidos, com um potencial de impacto nos resultados que resulta do nível de incumprimento verificado.

A concessão de empréstimos é efectuada com base numa análise efectuada pelo Serviço de Análise de Crédito, respeitando o princípio de segregação de funções, abrangendo a totalidade de clientes e operações. As propostas de crédito obedecem a uma estrutura documental de suporte pré-definida e são todas sujeitas a uma análise individual, da qual são emitidos pareceres, com base em elementos de natureza qualitativa e quantitativa. Esta análise é feita no momento da concessão do crédito, periodicamente e sempre que existam alterações no relacionamento com o cliente, ou se identifiquem factores que sugiram a necessidade de uma reavaliação do risco. É conferida uma atenção acrescida à situação financeira das empresas e particulares, com uma preocupação adicional sobre a análise das garantias apresentadas.

Durante o exercício a atenção foi reforçada na prevenção e acompanhamento de situações de incumprimento, de clientes particulares, com a implementação do PARI e do PERSI, no sentido de aumentar a sistematização dos procedimentos e medidas de acompanhamento da execução dos contratos de crédito, por via da detecção precoce de indícios de incumprimento e da adopção de medidas susceptíveis de prevenir o referido incumprimento (em cumprimento com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 227/2013, de 25 de Outubro).

Em 2013, foi desenvolvido um Modelo de Imparidade da Carteira de Crédito, em substituição do anterior modelo de análise de Provisões Económicas, visando assegurar uma adequada valorização da carteira de crédito, tornando-se, futuramente, o principal método de quantificação de perdas por imparidade. Este Modelo (estabelecido em cumprimento com o previsto pela Instrução n.º 5/2013, do Banco de Portugal) implica uma estrutura de governo interno relativa à política de valorização e procedimentos de cálculo de imparidades e registo de colaterais.

Os Requisitos regulamentares de Capital, calculados através do método padrão, registaram uma redução de 46,9 por cento. Esta redução de necessidades de capital resulta, fundamentalmente, do redireccionamento de activos para posições que proporcionam uma ponderação menos exigente ao nível de requisitos, pela percepção de risco que o método estabelece. Ocorreu uma redução das posições em Instituições de Crédito compensada por um crescimento das posições em Títulos do Tesouro.

Ao nível do **risco de concentração de crédito**, a CCAML tem adoptado uma política de restrição a grandes operações de crédito. Assim, atendendo ao número e ao volume de contratos de crédito realizados é possível fazer um acompanhamento próximo das maiores exposições. É efectuada uma avaliação regular a concentrações individuais e sectoriais. Para tal, é elaborado o Relatório Sobre o Risco de Concentração de Crédito, nos termos da Instrução n.º 5/2011 do Banco de Portugal. A posição da carteira da CCAML, nos vários sectores de actividade económica, está alinhada com os valores de referência nacionais, sem divergências que representem um acréscimo substancial de risco.

## Risco de Taxa de Juro

O Risco de Taxa de Juro inerente à actividade financeira, manifesta-se quando ocorre uma variação da taxa de juro e existe divergência entre as maturidades de revisão das taxas entre activos e passivos, diminuindo a rentabilidade ou aumentando o custo financeiro.



Em 2013 as taxas de juro de referência, para os empréstimos, mantiveram-se estáveis em níveis historicamente baixos, verificando-se uma tendência ténue de crescimento da *Euribor* a partir do segundo semestre. Foi um ano de consolidação da tendência de redução da remuneração dos depósitos, iniciada no segundo semestre de 2012, em consequência de uma melhoria das condições de financiamento das instituições junto do BCE e do mercado, permitindo uma redução nos custos de *funding*, aliviando alguma pressão sobre a margem financeira das instituições com maiores necessidades de financiamento, estreitando a margem em instituições com maior liquidez. Também se verificou uma redução ao nível das taxas sobre as Obrigações do Tesouro, nomeadamente sobre as praticadas no mercado secundário, proporcionando um ambiente mais favorável à emissão destes Títulos, reduzindo a percepção de risco associado.

Para o acompanhamento e controlo deste Risco, é efectuada regularmente uma medição do impacto, na margem financeira e nos fundos próprios, de cenários de variação das taxas de juro sobre os *gaps* (diferencial entre activos e passivos), obtidos através da agregação em intervalos residuais de revisão de taxa de juro, de todos os activos e passivos sensíveis a variações de taxa de juro. A realização destas análises permite efectuar uma gestão ponderada das taxas de juro.

No final do exercício, os impactos nos fundos próprios e na margem dos juros, apontavam para uma situação financeira equilibrada (- 5 por cento de impacto, a um ano, na margem financeira de uma variação na taxa de juro de 200 pontos base), mantendo valores muito próximos aos registados em anos anteriores, para as alterações nas taxas de juro.

### Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez manifesta-se sempre que existe um desfasamento entre os fluxos de pagamento e de recebimento, em resultado da natureza, volatilidade e maturidade dos mesmos, gerando dificuldades em cumprir com os compromissos assumidos, nas datas acordadas.

Para o seu acompanhamento e controlo é efectuada uma medição mensal, através da análise dos prazos residuais de maturidades dos diferentes activos e passivos do Balanço e dos *Mismatches* e liquidez, tanto do período como acumulados, com o reporte efectuado ao Banco de Portugal.

A CCAML apresenta uma estrutura de recursos que lhe permite uma gestão das disponibilidades, adequada às exigências considerando os prazos dos activos e passivos existentes, assegurando uma eficiente gestão da tesouraria, e de forma a prosseguir com uma política de estabilização dos recursos dos clientes. A existência de intervalos temporais com valores negativos reflecte uma análise previsional cautelosa de forma a avaliar em permanência as necessidades potenciais, por comparação com os níveis de liquidez.

Os indicadores de liquidez evidenciam uma estrutura financeira desalavancada, apresentando um rácio de crédito sobre depósitos, determinado, em Dezembro, em conformidade com a Instrução n.º 13/2009 do Banco de Portugal, no valor de 35,4 por cento (valor significativamente abaixo do limite de 120 por cento, imposto pelas entidades de supervisão para as Instituições de Crédito) e indicadores de "GAP de liquidez" positivos em todos os prazos.

### Risco Operacional

O Risco Operacional é o risco de perdas resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, do pessoal ou dos sistemas internos ou de acontecimentos externos. Sendo um risco primordial em qualquer organização, assume particular importância pela complexidade das operações realizadas e pela dependência que gera junto dos clientes, com repercussões ao nível da reputação, assumindo-se como um risco materialmente relevante.

A gestão do risco operacional na CCAML encontra-se integrada no sistema de controlo interno e é transversal a toda a organização, sendo assegurada pela intervenção das seguintes unidades de estrutura e funções com responsabilidades específicas neste processo:



- Departamento de Operações Gerais - Através do desenvolvimento e manutenção das operações gerais;
- Departamento de Informática - Através do desenvolvimento e manutenção dos serviços informáticos de suporte, ao nível dos equipamentos e da estruturação e manutenção dos sistemas de informação;
- Gabinete de Organização Planeamento e Continuidade de Negócio – Através da coordenação de procedimentos e da dinamização do processo de gestão da continuidade de negócio;
- Serviço de Segurança - Através dos serviços de manutenção e segurança dos edifícios;
- Chefes de projecto – A quem compete o papel de dinamizador de processos;
- Gabinete de Gestão de Risco – Através da identificação, avaliação e monitorização dos riscos e dinamização de processos de controlo;
- Conselho de Administração e Gabinete de Auditoria Interna na função de controlo interno através da dinamização e acompanhamento de acções de mitigação de risco operacional, de sistemas de informação e *Compliance*.

O sistema de identificação, através da recolha descentralizada de informação, e avaliação sobre eventos de risco operacional, registou, em 2013, 174 ocorrências. Os eventos com maior frequência estão relacionados com falhas na execução e gestão de processos operacionais (59 por cento das ocorrências, apesar de representarem, menos de 1 por cento das perdas financeiras por eventos de risco operacional). É na fraude externa que são identificadas as ocorrências de maior severidade, pelas perdas financeiras que causaram (cerca de 90 por cento, do total de perdas identificadas, apesar de apenas um evento de roubo ser responsável por 89 por cento das perdas), ainda que, não representem, no seu conjunto, perdas materialmente muito relevantes para os resultados operacionais da Instituição ou, a nível individual, indiciem uma exposição potenciadora de perdas maiores.

| Distribuição do tipo de eventos por frequência             | 2013 |
|--|------|
| Execução, entrega e gestão de processos                    | 59%  |
| Fraude Externa   | 14%  |
| Perturbação das actividades comerciais e falhas do sistema | 13%  |
| Identificação de deficiências das condições de segurança   | 7%   |
| Outros   | 7%   |

No que respeita ao PCN, em 2013, prosseguindo com o objectivo de preparar a resposta operacional para minimizar os impactos na actividade da instituição e eventuais perdas financeiras, mantendo as funções de negócio mais críticas em funcionamento, foram dinamizadas um conjunto de acções previstas para o ano, numa política de análise, revisão e reforço contínuo dos mecanismos de contingência. No domínio do plano de testes, foram efectuados um conjunto de testes a equipamentos informáticos passivos e a equipamentos não informáticos, assim como, foi efectuada uma análise operacional aos eventos ocorridos, procurando, verificar a actualidade dos procedimentos do PCN e a operacionalidade dos equipamentos; preparar e validar as acções necessárias na operacionalização, a nível micro do Plano; praticar os procedimentos de contingência; demonstrar a capacidade de recuperação; e identificar oportunidades de melhoria.

Um evento, ocorrido em Janeiro de 2013, pela sua importância, justifica um destaque, neste Relatório. Uma intempérie, com chuva e ventos fortes, ocorrida nos dias 19 e 20, causou estragos significativos em toda a região de Leiria, com consequências relevantes ao nível do fornecimento de energia e comunicações. O evento não causou danos directos consideráveis à CCAML, demonstrando alguma resiliência das infra-estruturas próprias perante este tipo de fenómenos. Contudo, a operação em algumas agências esteve condicionada nos dias seguintes devido à falta de comunicações e electricidade. Estes acontecimentos permitiram uma análise à operacionalidade de alguns dos mecanismos previstos com o PCN, no sentido de verificar a actualidade dos procedimentos de contingência e de identificação de oportunidades de melhoria.

Os Requisitos regulamentares de Capital para o Risco Operacional são determinados a partir do Método do Indicador Básico, definido pelo Aviso n.º 9 de 2007 do Banco de Portugal. Em Dezembro registava-se um crescimento nas necessidades mínimas de capital de 0,6 por cento, relativamente a idêntico período no ano anterior, que resulta, essencialmente, da aplicação do modelo que, por influência dos valores mais favoráveis que concorrem para o Indicador Relevante.



## 8. DIMENSÃO E ÁREA DE MEIOS

### 8.1 – Dimensão

Da análise e interpretação dos indicadores de dimensão da tabela infra, podemos concluir que a dimensão da CCAML, tem vindo a consolidar-se, crescendo o número de contas de D.O. activas (692 unidades) e de Terminais de pagamento automático (15 unidades).

Em relação ao número de trabalhadores verificou-se uma redução em 1 unidade, mantendo-se inalterado o número de agências e de Caixas Automáticos.

| INDICADORES DE DIMENSÃO        | Unidade          | 2013    | 2012    | 2011    |
|--------------------------------|------------------|---------|---------|---------|
| Activo líquido do balanço      | <i>mil euros</i> | 413.062 | 415.309 | 395.205 |
| Activo líquido médio           | <i>mil euros</i> | 414.886 | 406.330 | 395.226 |
| Recursos próprios do balanço   | <i>mil euros</i> | 61.064  | 57.457  | 41.063  |
| Recursos próprios médios       | <i>mil euros</i> | 59.043  | 52.763  | 39.912  |
| Número de trabalhadores        | <i>unidades</i>  | 102     | 103     | 104     |
| Agências                       | <i>unidades</i>  | 16      | 16      | 16      |
| Contas de D.O. activas         | <i>unidades</i>  | 44.789  | 44.097  | 44.266  |
| Caixas Automáticos             | <i>unidades</i>  | 21      | 21      | 22      |
| Terminais pagamento automático | <i>unidades</i>  | 303     | 288     | 237     |

### 8.2 – Recursos humanos

#### 8.2.1 – Quadro de pessoal

Neste exercício, o quadro de pessoal da CCAML, registou a saída de uma unidade, que se deveu a passagem à situação de reforma.

Em 31 de Dezembro de 2013, a CCAML tinha ao seu serviço 102 colaboradores.



## 8.2.2 – Formação

O reconhecimento de que os Colaboradores são uma das principais forças impulsionadoras do rumo e dos resultados alcançados, reflecte-se nos mecanismos implementados que visam a valorização no capital humano, tornando-o melhor e mais competitivo.

O plano de formação executado teve em consideração a especificidade das funções de cada colaborador e área de negócio, tanto na formação comportamental como técnica, dando sequência à sua estratégia de valorizar os recursos humanos, acrescentar qualidade ao desempenho pessoal e profissional, aumentar a responsabilidade profissional e desenvolver a cultura de interdependência e respeito, pautada por elevados padrões de ética.

As metodologias utilizadas nas formações variaram entre a formação *e-learning*, a formação presencial, seminários e a formação *on-job*.

O espaço da intranet tem sido completado com diversas matérias das acções de formação efectuadas, internas e externas, permitindo disponibilizar a todos os colaboradores o reforço da literacia e o conhecimento consistente dos assuntos ligados à sua actividade profissional.

### FORMAÇÃO

| Rubricas                                       | 2013     | 2012     | (em número) |        |
|--|----------|----------|-------------|--------|
|  |          |          | Variação    |        |
|  |          |          | N.º         | %      |
| Acções formativas:                             | 34       | 47       | -13         | -27,66 |
| - Internas                                     | 10       | 10       | 0           | 0,00   |
| - Externas                                     | 24       | 37       | -13         | -35,14 |
| Horas de formação                              | 272,50   | 543,50   | -271        | -49,86 |
| Horas de formação acumuladas dos colaboradores | 1.520,50 | 2.288,50 | -768        | -33,56 |
| Investimento em formação (euros)               | 12.142   | 17.629   | -5.487      | -31,12 |

No ano de 2013, foram efectuadas 1.520 horas de formação, uma média 15 horas de formação por colaborador, promovidas em 34 acções ao longo do ano.

| Acção/Formação INTERNA  | Colaboradores envolvidos |
|---|--------------------------|
| Departamento Análise Crédito                                    | 5                        |
| Crédito Habitação - Impacto Novas Regras (Lei 58 e 59)          | 26                       |
| Área de Seguros - Módulo I                                      | 54                       |
| Área Multibanco - Terminais Pagamento Automático                | 61                       |
| Área Seguros - Módulo II  | 57                       |
| Área Seguros - Módulo III                                       | 58                       |
| Sessão Extra - Área Seguros                                     | 13                       |
| Reporte estatístico de recirculação de numerário                | 12                       |
| Formação no Balcão  | 1                        |
| Branqueamento Capitais e Financiamento do Terrorismo (4 acções) | 92                       |



| Acção/Formação EXTERNA   | Colaboradores envolvidos |
|--|--------------------------|
| OE 2013 e Encerramento de contas 2011                                | 4                        |
| Novas regras na concessão, acompanhamento e recuperação do crédito   | 4                        |
| Contabilidade Bancária   | 2                        |
| Gestão e Recuperação de Crédito                                      | 3                        |
| Análise Económico-Financeira Empresas                                | 2                        |
| Conferência " <i>Coaching</i> para a Mudança Positiva"               | 1                        |
| O PARI & O PERSI   | 4                        |
| Avaliação Propriedades Rústicas                                      | 2                        |
| Higiene e Segurança no Trabalho                                      | 93                       |
| <i>Workshop</i> Técnico "Alterações à Legislação Laboral..."         | 2                        |
| O PARI & O PERSI   | 4                        |
| <i>Workshop</i> "Banca e troca internacional de Informações Fiscais" | 2                        |
| Insolvência e o Processo Especial de Revitalização                   | 2                        |
| Análise Risco de Crédito   | 3                        |
| Inventários e imparidades...OTOC                                     | 3                        |
| Insolvência e o Processo Especial de Revitalização                   | 2                        |
| <i>SmartCards</i> 2013   | 1                        |
| Conhecimento da Nota de Euro   | 59                       |
| Conhecimento da Moeda de Euro  | 6                        |
| Jornada Gestão: "Novas tendências da Contabilidade de gestão"        | 1                        |
| Formação <i>Imoquia</i>  | 4                        |
| Comunicação de Operações e Posições com o Exterior                   | 2                        |
| O PARI & O PERSI   | 4                        |
| Seminário BASILEIA III e CRD IV                                      | 3                        |

Destacamos também a presença enquanto oradores, numa acção de dinamização promovida por uma escola da região para o Plano Nacional de Formação Financeira.

Foi feita a aposta, uma vez mais com sucesso, no desenvolvimento de acções promovidas por colaboradores internos, dotando-os de conhecimentos pedagógicos que lhes permitiram transmitir os conhecimentos das áreas que dominam aos restantes colaboradores.



## 8.3 – Recursos tecnológicos e informáticos

O cumprimento das normas legais exigidas à banca, a contínua evolução dos níveis de operacionalidade, de segurança e de satisfação da clientela, tornam a eficácia dos recursos informáticos cada vez mais imprescindível em qualquer instituição de crédito.

Qualquer manutenção, mudança, transformação ou inovação carece quase obrigatoriamente de um acompanhamento desta área, que obriga a um investimento considerável neste departamento.

### 1. - Implementação de novo *Software* e/ou melhorias na Aplicação Bancária Central devido a normas legais de autoridades externas ou devido a necessidades internas da instituição:

- Prestação serviço manutenção Aplicacional HB;
- Serviço de Desenvolvimento/Actualização de Aplicações;

### - Adaptação dos módulos aplicativos, devido a normas legais/reguladoras:

- PARI/PERSI;
- SAFT;
- SEPA CT (inclui a migração das TC efectuadas no *Homebanking* e a migração do standard PS2 para C2B, através da adesão ao projecto da SIBS, SEPA 4 *Corporates*);
- SEPA DD;
- Estatística BP (*IPSYS*);
- Alteração da taxa dos juros moratórios;
- Outro Crédito Hipotecário.

### 2. - Outro *Software* (melhoramentos e/ou normas legais de autoridades externas)

- Estornos – Possibilitar movimentos seleccionados.
- Grupos Económicos – Correções.
- Notas/Facturas – Correções.

### 3. - *Hardware* e Comunicações

- Aquisições de novas *Firewalls/WatchGuard (Live Security e Security Bundle)*, para reforço segurança da rede informática interna;
- Aquisição de novos 25 *Workstations*, para renovar os postos de trabalho do *front-office* das agências, actualizando as máquinas mais antigas, potenciando futuras aplicações a implementar nos mesmos que exigem mais recursos das máquinas;
- Aquisição de novos 30 Leitores ópticos cheques e *Software* respectivo de extracção de imagem e OCR, substituindo os antigos em fim de vida e sem novas possibilidade de *upgrade* tecnológico;
- Aquisição /Upgrade de todos os equipamentos passivos das Agências (*Router/Switches* e Cablagem) com evolução para 1 *Gbit* – Implementação do projecto de comunicações ATMS/SIBS via rede comunicações da Caixa.



## 8.4 – Meios de pagamento

A área de prestação de Serviços de Pagamento mantém níveis de crescimento relevantes, que demonstram uma procura ainda crescente dos Clientes pelas soluções existentes e do esforço de dinamização efectuado em torno da promoção destes meios, como forma de aumentar a rapidez e eficiência na realização das operações financeiras.

A emissão de cartões bancários registou um crescimento de 0,7 por cento, no número de cartões activos, verificando-se um crescimento de 0,9 por cento no número de cartões de débito e uma diminuição de -6,5 por cento no número de cartões de crédito. A nível nacional, o mercado de cartões teve um crescimento de nível idêntico 0,7 por cento, verificando-se, porém, um crescimento relevante no número de cartões de débito 32 por cento, em compensação da diminuição ocorrida nos cartões de crédito -35 por cento, alterando-se uma tendência de crescimento do número de cartões com a funcionalidade de crédito, por oposição ao número de cartões de débito, ocorrida nos últimos anos. O número de cartões de crédito, que resultam da parceria existente com a Unicre, S.A., através da emissão de cartões Unibanco com a marca da CCAML, representa, um volume pouco expressivo quer na carteira de cartões da CCAML (2,1 por cento), quer relativamente a posições existentes no mercado por outras instituições, reflectindo uma postura de contenção na dinamização comercial deste tipo de cartões.

Relativamente aos cartões de débito, no final do ano foi efectuada a substituição de um número muito significativo de cartões (cerca de 45 por cento), por outros com a mais recente tecnologia ao nível de segurança DDA (*Dynamic data authentication*), abrangendo no final do exercício 91,4 por cento do número total de cartões da CCAML que cumpre com os requisitos internacionais mais actuais destinados à prevenção contra a fraude. Esta substituição ocorreu quando os cartões atingiam a data limite da sua validade, tendo-se potenciado essa substituição em simultâneo com a renovação da imagem da CCAML, como forma de maximização da sua vida útil.

No que respeita a terminais de pagamento, em 2013, registou-se um crescimento de 5,2 por cento no número de Terminais de Pagamento Automático (contra um decréscimo de 1,3 por cento, de toda a rede de Multibancos) e a manutenção do número de Caixas Automáticas (contra um decréscimo de 3,4 por cento, de toda a rede de Multibancos) tendo, estes, registado um crescimento de 3,4 por cento no número de operações efectuadas (em resultado, fundamentalmente, da diminuição de Caixas Automáticas).

O “Serviço CCAML On-Line” mantém e reforça a tendência de expansão registando um crescimento de 11,7 por cento no número de contratos activos, acompanhada de níveis de crescimento relevantes ao nível da utilização. Em 2013, foram efectuados mais de 220.000 acessos ao serviço de *Homebanking*, crescendo 15,3 por cento relativamente a 2012, registando-se um crescimento de 17,5 por cento no número de consultas de saldos e movimentos e de 22 por cento no número de transacções financeiras.

Ao nível dos serviços electrónicos prestados à distância, de referir ainda, um importante crescimento (60 por cento) no número de adesões ao Extracto Electrónico. Este serviço, ao emitir mais de 30.000 documentos electrónicos, permitiu uma importante economia de recursos e de poupança ambiental, além do aumento da eficácia na prestação da informação sobre os movimentos das contas e na redução do número de cadernetas a actualizar ou extractos a imprimir e expedir por correio.

Os desenvolvimentos efectuados em torno destes Serviços, no sentido de melhorar cada vez mais a sua disponibilidade e eficácia, mereceram, em 2013, uma vez mais, um esforço significativo. Desta vez, os trabalhos centraram-se em torno dos denominados “Requisitos SEPA”, estabelecidos pelo Regulamento da União Europeia n.º 260/2012. No sentido de obter cada vez mais uma maior integração no mercado de pagamentos a retalho, a Comissão Europeia, através desta norma, estabeleceu uma data limite (1 de Fevereiro de 2014) para que todas as operações de pagamento, efectuadas nos países da Área do Euro, obedeçam aos requisitos aí estabelecidos, cessando todas as outras operações processadas nos formatos mais tradicionais.



Esta determinação teve implicações directas nas transferências a crédito, que conduziram à necessidade de efectuar desenvolvimentos internos para a integração dos ficheiros, do desenvolvimento do canal de *Homebanking* para permitir a realização de operações internas/domésticas no novo formato e de operações transfronteiriças e do canal C2B para as empresas (cessando o formato de transferências interbancárias), e nas operações efectuadas por Débito Directo. Os aspectos mais visíveis são a introdução do IBAN e do BIC nas operações entre bancos, como forma de reduzir os obstáculos técnicos que possam causar impedimentos a uma maior integração monetária. No final de 2013, o programa interno de desenvolvimentos estabelecido para o cumprimento destes requisitos (acompanhado de perto pelo Banco de Portugal), desenrolava-se de acordo com o previsto, antevendo a CCAML o integral cumprimento da norma.



## 9. RESULTADOS, EFICIÊNCIA E RENDIBILIDADE

### 9.1 – Análise e decomposição dos resultados

O Resultado líquido do exercício após a dedução dos impostos fixou-se em 1.755 milhares de euros, a que correspondeu uma variação negativa, face ao ano 2012, de 58,30 por cento.

O comportamento de cada variável (com impacto positivo ou negativo) influenciou individualmente a formação do agregado Resultado de exploração antes de impostos, tendo-se registado uma variação global desfavorável de 2.739 milhares de euros.

As variáveis que mais contribuíram, de forma favorável, para a formação deste agregado foram o decréscimo de 611 milhares de euros da rubrica Imparidade de outros activos, o resultado positivo de 217 milhares de euros da rubrica de Outros resultados de exploração e a redução de 112 milhares de euros das Amortizações do exercício.

Os maiores impactos negativos decorreram, essencialmente, da evolução desfavorável, face ao ano de 2012, das variáveis Margem Financeira (- 2.903 milhares de euros) e Provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido, líquidas de reposições e anulações (- 540 milhares de euros).

### DISCRIMINAÇÃO DA EVOLUÇÃO ANUAL DOS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

(milhares de euros)

| Impacto positivo   |              | Impacto negativo   |              |
|--|--------------|--|--------------|
| Origem   | Valor        | Origem   | Valor        |
| Gastos gerais administrativos  | 72           | Margem financeira  | 2.903        |
| Amortizações do exercício  | 112          | Outros resultados  | 293          |
| Resultados de serviços e comissões                                     | 19           | Gastos com pessoal   | 60           |
| Outros resultados de exploração  | 217          | Provisões p/ crédito cobrança Duvidosa e crédito vencido, líquidas de reposições e anulações | 540          |
| Provisões p/ riscos gerais de crédito, líquidas reposições e anulações | 26           |  |              |
| Imparidade de outros activos   | 611          |  |              |
| <b>TOTAL</b>   | <b>1.057</b> | <b>TOTAL</b>   | <b>3.796</b> |

Variação = -2.739



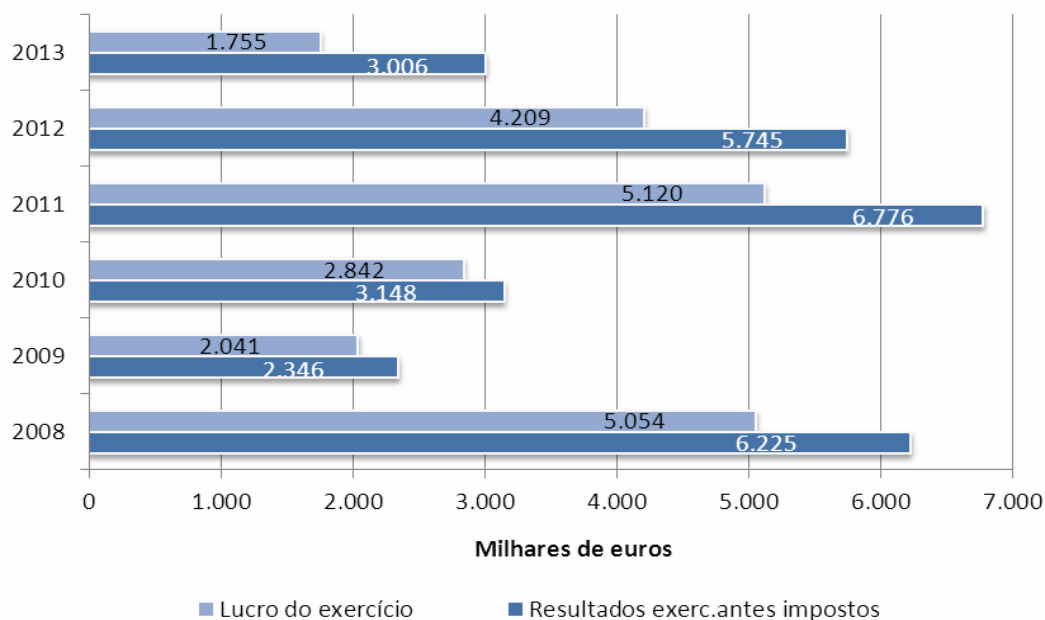
## EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS

(milhares de euros)

| Rubricas  | 2013          | 2012          | Variação      |               |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|
|   |               |               | Valor         | %             |
| 1 Juros e rendimentos similares   | 15.102        | 18.313        | -3.211        | -17,53        |
| 2 Juros e encargos similares  | 5.098         | 5.406         | -308          | -5,70         |
| <b>3 MARGEM FINANCEIRA (1-2)</b>  | <b>10.004</b> | <b>12.907</b> | <b>-2.903</b> | <b>-22,49</b> |
| 4 Rendimentos de instrumentos de capital                                    | 12            | 15            | -3,00         | -20,00        |
| 5 Rendimentos de serviços e comissões                                       | 1.309         | 1.266         | 43            | 3,40          |
| 6 Encargos com serviços e comissões   | 364           | 340           | 24            | 7,06          |
| 7 Resultados activos e passivos avaliados ao justo valor através resultados | 0             | 0             | 0             | -             |
| 8 Resultados activos financeiros disponíveis p/ venda                       | -403          | -26           | -377          | 1.450,00      |
| 9 Resultados de reavaliação cambial   | 15            | 16            | -1            | -6,25         |
| 10 Resultados de alienação de outros activos                                | 5             | -83           | 88            | -106,02       |
| 11 Outros resultados de exploração  | 421           | 204           | 217           | 106,37        |
| <b>12 PROD. BANCÁRIO EXPLORAÇÃO (3+4+5-6+7+8+9+10+11)</b>                   | <b>10.999</b> | <b>13.959</b> | <b>-2.960</b> | <b>-21,21</b> |
| 13 Gastos com o pessoal   | 4.394         | 4.334         | 60            | 1,38          |
| 14 Gastos gerais administrativos  | 1.958         | 2.030         | -72           | -3,55         |
| <b>15 GASTOS ADMINISTRATIVOS (13+14)</b>                                    | <b>6.352</b>  | <b>6.364</b>  | <b>-12</b>    | <b>-0,19</b>  |
| <b>16 RESULTADO OPERACIONAL (12-15)</b>                                     | <b>4.647</b>  | <b>7.595</b>  | <b>-2.948</b> | <b>-38,82</b> |
| 17 Amortizações do exercício  | 611           | 723           | -112          | -15,49        |
| 18 Provisões líquidas de reposições e anulações                             | -82           | -56           | -26           | 46,43         |
| 19 Reposição e anulação de provisões  | 988           | 448           | 540           | 120,54        |
| 20 Imparidade outros activos financeiros, líquidos reversões e recuperações | 0             | 0             | 0             | -             |
| 21 Imparidade outros activos, líquida de reversões e recuperações           | 124           | 735           | -611          | -83,13        |
| <b>22 RESULT. EX. ANTES DE IMPOSTOS (16-17-18-19-20-21)</b>                 | <b>3.006</b>  | <b>5.745</b>  | <b>-2.739</b> | <b>-47,68</b> |
| 23 Impostos correntes   | 1.289         | 2.179         | -890          | -40,84        |
| 24 Impostos diferidos   | -38           | -643          | 605           | -94,09        |
| <b>25 LUCRO DO EXERCÍCIO (22-23-24)</b>                                     | <b>1.755</b>  | <b>4.209</b>  | <b>-2.454</b> | <b>-58,30</b> |



## RESULTADOS DO EXERCÍCIO



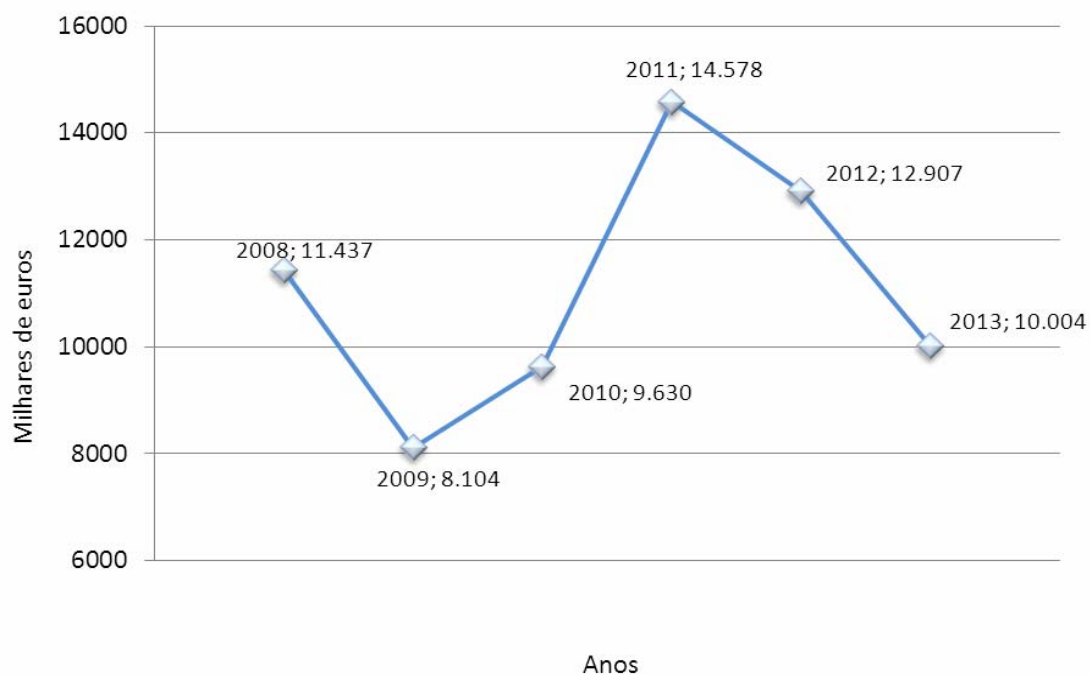
Os juros e rendimentos similares recebidos são formados na quase totalidade pelos juros recebidos, da remuneração das Aplicações em OIC (cerca de 36 por cento), dos Juros e rendimentos similares de outros activos financeiros (cerca de 31 por cento) e dos créditos concedidos a clientes (cerca de 30 por cento), enquanto que, os juros e encargos despendidos são formados, essencialmente, pelos juros pagos referentes à remuneração dos recursos dos clientes (absorvendo cerca de 95 por cento).

## FORMAÇÃO DA MARGEM FINANCEIRA

| Rubricas  | 2013          |               | 2012          |               | (milhares de euros) |               |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------------|---------------|
|   | Valor         | %             | Valor         | %             | Variação            |               |
| <b>Juros recebidos, das quais:</b>                  | <b>15.102</b> | <b>100,00</b> | <b>18.313</b> | <b>100,00</b> | <b>-3.211</b>       | <b>-17,53</b> |
| Aplicações em OIC                                   | 5.457         | 36,14         | 9.850         | 53,79         | -4.393              | -44,60        |
| Crédito a clientes                                  | 4.490         | 29,73         | 5.680         | 31,02         | -1.190              | -20,95        |
| Juros de crédito vencido                            | 490           | 3,24          | 316           | 1,73          | 174                 | 55,06         |
| Juros e rendi/ similares outros activos Financeiros | 4.665         | 30,89         | 2.467         | 13,46         | 2.198               | 89,10         |
| <b>Juros pagos, das quais:</b>                      | <b>5.098</b>  | <b>100,00</b> | <b>5.406</b>  | <b>100,00</b> | <b>-308</b>         | <b>-5,70</b>  |
| Recursos de clientes                                | 4.867         | 95,46         | 5.255         | 97,20         | -388                | -7,38         |
| Outros  | 231           | 4,54          | 151           | 2,80          | 80                  | 52,98         |
| <b>MARGEM FINANCEIRA</b>                            | <b>10.004</b> | <b>0,00</b>   | <b>12.907</b> | <b>0,00</b>   | <b>-2.903</b>       | <b>-22,49</b> |



## EVOLUÇÃO DA MARGEM FINANCEIRA



## FORMAÇÃO DAS COMISSÕES

(milhares de euros)

| Rubricas                                       | 2013       |             | 2012       |             | Variação  |             |
|--|------------|-------------|------------|-------------|-----------|-------------|
|  | Valor      | %           | Valor      | %           | Valor     | %           |
| Comissões recebidas, das quais:                | 1.309      | 100,00      | 1.266      | 100,00      | 43        | 3,40        |
| Por garantias prestadas                        | 75         | 5,72        | 80         | 6,34        | -5        | -6,25       |
| Por serviços prestados                         | 1.004      | 76,69       | 997        | 78,76       | 7         | 0,70        |
| Por operações realizadas p/ conta de terceiros | 198        | 15,15       | 158        | 12,48       | 40        | 25,32       |
| Outras comissões                               | 32         | 2,44        | 31         | 2,42        | 1         | 3,23        |
| Comissões pagas, das quais:                    | 364        | 100,00      | 340        | 100,00      | 24        | 7,06        |
| Por serviços bancários de terceiros            | 360        | 98,90       | 333        | 97,94       | 27        | 8,11        |
| Outras comissões pagas                         | 4          | 1,10        | 7          | 2,06        | -3        | -42,86      |
| <b>COMISSÕES LÍQUIDAS</b>                      | <b>945</b> | <b>0,00</b> | <b>926</b> | <b>0,00</b> | <b>19</b> | <b>2,05</b> |



## 9.2 – Produto bancário

No ano de 2013, o produto bancário fixou-se em cerca de 11 milhões de euros e situou-se abaixo do montante registado no ano anterior, em 2.960 milhares de euros (- 21,2 por cento), tendo contribuído para esta variação desfavorável, essencialmente, a margem financeira, com uma queda de 2.903 milhares de euros (- 22,49 por cento).

### PRODUTO BANCÁRIO DE EXPLORAÇÃO



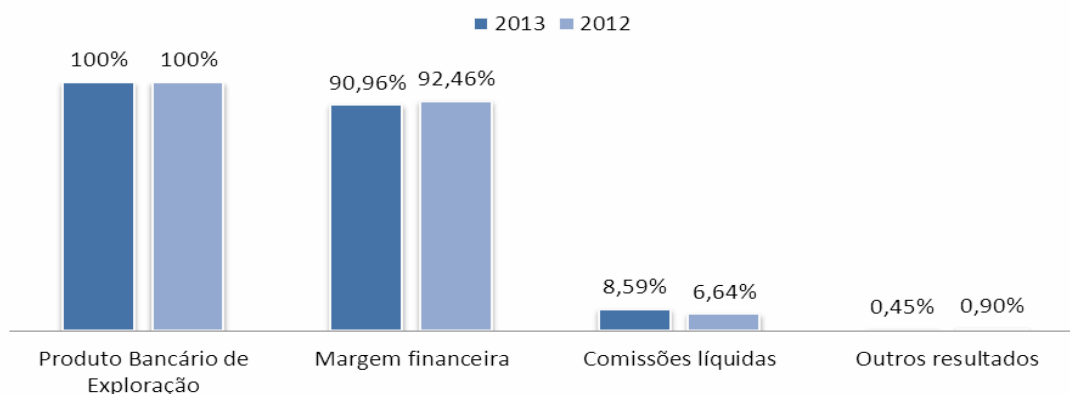
Apesar dos condicionalismos resultantes da conjuntura económica e financeira mundial, no exercício em análise foi possível apurar uma margem financeira de 10.004 milhares de euros, a que correspondeu uma parcela de 90,96 por cento da formação total do produto bancário de exploração, contra 8,59 pontos percentagem referente às comissões líquidas e 0,45 em relação aos Outros resultados.

### FORMAÇÃO DO PRODUTO BANCÁRIO

|                                       | 2013          |               | 2012          |               | Variação      |               |
|---------------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
|                                       | Valor         | %             | Valor         | %             | Valor         | %             |
| Margem financeira                     | 10.004        | 90,96         | 12.907        | 92,46         | -2.903        | -22,49        |
| Comissões                             | 945           | 8,59          | 926           | 6,64          | 19            | 2,05          |
| Outros resultados                     | 50            | 0,45          | 126           | 0,90          | -76           | -60,32        |
| <b>PRODUTO BANCÁRIO DE EXPLORAÇÃO</b> | <b>10.999</b> | <b>100,00</b> | <b>13.959</b> | <b>100,00</b> | <b>-2.960</b> | <b>-21,21</b> |



## FORMAÇÃO DO PRODUTO BANCÁRIO



Na perspectiva da aplicação/distribuição do produto bancário, constatou-se que o Resultado operacional continuou a ser a rubrica que registou o maior peso com 42,25 por cento face aos 54,41 do ano anterior, seguindo-se a rubrica Gastos com pessoal com 39,95 por cento (31,04 em 2012) e, finalmente, a rubrica Gastos gerais administrativos com 17,80 por cento (14,55 em 2012).

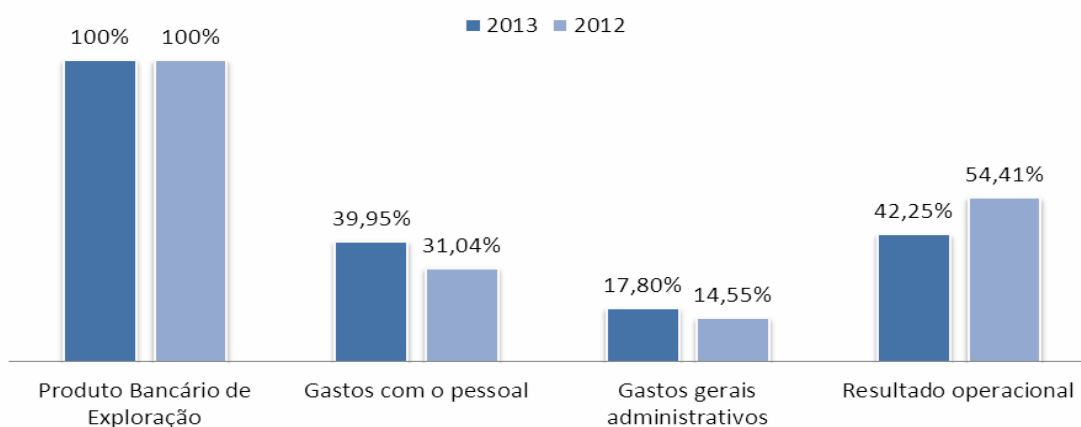
O rácio que relaciona as rubricas Gastos com o pessoal com o produto bancário foi menos favorável no exercício em análise, tendo-se registado uma contracção de 8,91 pontos percentuais, resultado esse, fortemente influenciado pelo decréscimo verificado no resultado operacional (- 38,82 por cento), como consequência da redução da margem financeira.

## APLICAÇÃO DO PRODUTO BANCÁRIO

|                                       | 2013          |               | 2012          |               |
|---------------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
|                                       | Valor         | %             | Valor         | %             |
| Gastos com o pessoal                  | 4.394         | 39,95         | 4.334         | 31,04         |
| Gastos gerais administrativos         | 1.958         | 17,80         | 2.030         | 14,55         |
| Resultado operacional                 | 4.647         | 42,25         | 7.595         | 54,41         |
| <b>PRODUTO BANCÁRIO DE EXPLORAÇÃO</b> | <b>10.999</b> | <b>100,00</b> | <b>13.959</b> | <b>100,00</b> |

(milhares de euros)

## APLICAÇÃO DO PRODUTO BANCÁRIO





### 9.3 – Eficiência

A CCAML, embora mantendo a prática de políticas de gestão são, diligentes e seguras, em linha com os objectivos delineados de melhoria da eficiência interna, obteve um rácio *cost-to-income*, medido pelo peso dos gastos operacionais no produto bancário, de 63,31 por cento, face aos 50,77 e 43,50 por cento, registados em 2012 e 2011, evidenciando uma perda de eficiência de 12,54 e 19,81 por cento, respectivamente, influenciada pela evolução das rubricas que integram este cálculo.

Esta perda de eficiência resultou determinantemente do decréscimo da margem financeira e em consequência do produto bancário de exploração em 2.960 milhares de euros (- 21,21 por cento face a 2012), apesar do ligeiro decréscimo da rubrica de Gastos de funcionamento ou de estrutura em 1,75 por cento (- 124 milhares de euros).

#### CÁLCULO DO RÁCIO DE EFICIÊNCIA TOTAL (*cost-to-income*) (a)

|  | Unidade   | 2013   | 2012   |
|--|-----------|--------|--------|
| 1. Gastos com o pessoal  | mil euros | 4.394  | 4.334  |
| 2. Gastos gerais administrativos (Fornecimentos e serviços de terceiros) | mil euros | 1.958  | 2.030  |
| 3. Amortizações do exercício   | mil euros | 611    | 723    |
| 4. Gastos de funcionamento (1+2) + Amortizações (3)                      | mil euros | 6.963  | 7.087  |
| 5. Produto bancário  | mil euros | 10.999 | 13.959 |
| 6. RÁCIO COST-TO-INCOME (4/5)  | %         | 63,31  | 50,77  |

#### EFICIÊNCIA RELATIVA

| Rácios  | 2013  | 2012  | (em percentagem) |            |
|---|-------|-------|------------------|------------|
|   |       |       | Variação         |            |
|   |       |       | Valor            | em %       |
| 1. Gastos com pessoal / Produto bancário (a)        | 39,95 | 31,04 | 8,91             | p.p. 28,71 |
| 2. Gastos gerais administrativos / Produto bancário | 17,80 | 14,55 | 3,25             | p.p. 22,34 |
| 3. Amortizações exercício / Produto bancário        | 5,56  | 5,18  | 0,38             | p.p. 7,34  |
| 4. RÁCIO COST-TO-INCOME (1+2+3)                     | 63,31 | 50,77 | 12,54            | p.p. 24,70 |

(a) De acordo com a definição constante da Instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal.



## EVOLUÇÃO DOS GASTOS DE ESTRUTURA

(milhares de euros)

| Contas  | 2013          | 2012          | Variação          |               |
|---|---------------|---------------|-------------------|---------------|
|   |               |               | Valor             | %             |
| <b>1. Gastos com pessoal</b>  | <b>4.394</b>  | <b>4.334</b>  | <b>60</b>         | <b>1,38</b>   |
| Remuneração de órgãos de gestão e fiscalização                                  | 416           | 350           | 66                | 18,86         |
| Remuneração de empregados   | 3.008         | 3.013         | -5                | -0,17         |
| Encargos sociais obrigatórios   | 906           | 897           | 9                 | 1,00          |
| Outros custos com pessoal   | 64            | 74            | -10               | -13,51        |
| <b>2. Gastos gerais administrativos (Fornecimentos e serviços de terceiros)</b> | <b>1.958</b>  | <b>2.030</b>  | <b>-72</b>        | <b>-3,55</b>  |
| Fornecimento de terceiros   | 235           | 224           | 11                | 4,91          |
| Rendas e alugueres  | 21            | 25            | -4                | -16,00        |
| Comunicações  | 255           | 264           | -9                | -3,41         |
| Deslocações, estadas e representações   | 47            | 52            | -5                | -9,62         |
| Publicidade e edição de publicações   | 36            | 48            | -12               | -25,00        |
| Conservação e reparação   | 265           | 287           | -22               | -7,67         |
| Transportes   | 19            | 17            | 2                 | 11,76         |
| Formação de pessoal   | 12            | 18            | -6                | -33,33        |
| Seguros   | 31            | 28            | 3                 | 10,71         |
| Serviços especializados   | 901           | 921           | -20               | -2,17         |
| Outros serviços de terceiros  | 136           | 146           | -10               | -6,85         |
| <b>3. Amortizações do exercício</b>   | <b>611</b>    | <b>723</b>    | <b>-112</b>       | <b>-15,49</b> |
| Imóveis   | 239           | 235           | 4                 | 1,70          |
| Equipamento   | 210           | 307           | -97               | -31,60        |
| Software  | 162           | 181           | -19               | -10,50        |
| <b>4. TOTAL DOS CUSTOS DE ESTRUTURA</b>   | <b>6.963</b>  | <b>7.087</b>  | <b>-124</b>       | <b>-1,75</b>  |
| <b>5. PRODUTO BANCÁRIO DE EXPLORAÇÃO</b>  | <b>10.999</b> | <b>13.959</b> | <b>-2.960</b>     | <b>-21,21</b> |
| Margem financeira   | 10.004        | 12.907        | -2.903            | -22,49        |
| Resultado de comissões e de outros  | 995           | 1.052         | -57               | -5,42         |
| <b>6. RÁCIO COST-TO-INCOME (4/5)</b>  | <b>63,31%</b> | <b>50,77%</b> | <b>12,54 p.p.</b> | <b>24,70</b>  |

| INDICADORES DE FUNCIONAMENTO/PRODUTIVIDADE      | Unidade   | 2013  | 2012  |
|---|-----------|-------|-------|
| Activo líquido / n.º de trabalhadores           | mil euros | 4.050 | 4.032 |
| Gastos administrativos / activo líquido         | %         | 1,54% | 1,53% |
| Depósitos / N.º trabalhadores                   | mil euros | 3.330 | 3.338 |
| Gastos com pessoal / Recursos alheios           | %         | 1,29% | 1,26% |
| Produto bancário Exploração / n.º trabalhadores | mil euros | 108   | 136   |
| Volume de negócios / n.º trabalhadores          | mil euros | 7.330 | 7.319 |
| Total de trabalhadores / N.º balcões            | em n.º    | 6,38  | 6,44  |

O aumento do volume de negócios e a redução de um colaborador, face ao ano de 2012, conduziram à melhoria de alguns dos indicadores de funcionamento e de produtividade, com destaque para a produtividade do trabalho, em que o activo líquido por colaborador cresceu 18 milhares de euros, fixando-se nos 4.050 milhares de euros (+ 0,45 por cento); o aumento do volume de negócios por colaborador, que se fixou em 2013 em 7.330 milhares de euros; e a redução do número de colaboradores médio por agência de 6,38 (em 2013) face aos 6,44 (em 2012).



## 9.4 – Rendibilidade

Em relação aos Indicadores de Rendibilidade, os níveis alcançados fixaram-se abaixo dos valores obtidos no período homólogo anterior, ou seja, a Rendibilidade do Activo (ROA) cifrou-se em 0,42 face aos 1,04 por cento, a Rendibilidade do Capital (ROE) sofreu uma redução fixando-se em 2,97 por cento (- 5,01 pontos percentuais face a 2012) e o peso do Produto Bancário no Activo Líquido Médio fixou-se em 2,65 por cento (face aos 3,44 por cento alcançados em 2012).

| INDICADORES DE RENDIBILIDADE   | Unidade | 2013  | 2012   |
|--|---------|-------|--------|
| A. Margem de lucro (ml) = Resultados do exercício / Proveitos totais     | %       | 9,06% | 18,71% |
| B. Rendimento dos activos (ra) = Proveitos totais / Activo líquido médio | %       | 4,67% | 5,54%  |
| C. Rendibilidade do activo líquido (ROA) = (ml) x (ra)                   | %       | 0,42% | 1,04%  |
| D. Relação Activo líquido médio / Capitais próprios médios               | n.º     | 7,03  | 7,70   |
| E. Rendibilidade dos capitais próprios (ROE) = C x D                     | %       | 2,97% | 7,98%  |
| F. Resultados antes impostos / Activo líquido médio (1)                  | %       | 0,72% | 1,41%  |
| G. Produto bancário / Activo líquido médio (1)                           | %       | 2,65% | 3,44%  |
| H. Resultados antes impostos / Capitais próprios médios (1)              | %       | 5,09% | 10,89% |

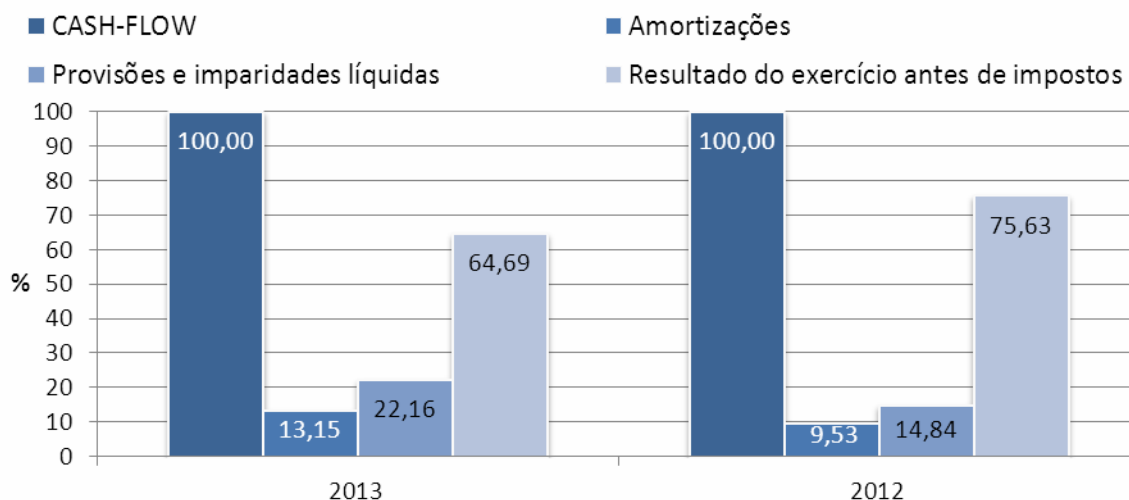
(1) De acordo com a definição constante da Instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal.

O *cash-flow* fixou-se em 4.647 milhares de euros, correspondente a um decréscimo, face ao ano anterior, de 2.948 milhares de euros (- 38,82 por cento), devendo-se essencialmente ao decréscimo registado no Resultado do exercício antes de impostos em cerca de 2.7 milhares de euros (-47,68 por cento).

## ESTRUTURA DO CASH-FLOW

| Rubricas                                 | 2013         |               | 2012         |               | (milhares de euros) |               |
|--|--------------|---------------|--------------|---------------|---------------------|---------------|
|  | Valor        | %             | Valor        | %             | Variação            |               |
| Amortizações                             | 611          | 13,15         | 723          | 9,53          | -112                | -15,49        |
| Provisões e imparidades líquidas         | 1.030        | 22,16         | 1.127        | 14,84         | -97                 | -8,61         |
| Resultado do exercício antes de impostos | 3.006        | 64,69         | 5.745        | 75,63         | -2.739              | -47,68        |
| <b>CASH-FLOW</b>                         | <b>4.647</b> | <b>100,00</b> | <b>7.595</b> | <b>100,00</b> | <b>-2.948</b>       | <b>-38,82</b> |

## CASH-FLOW





## 10. INDICADORES PRUDENCIAIS

Os rácios de solvabilidade e da relação entre o imobilizado líquido e os fundos próprios evidenciaram valores que cumprem largamente os valores de referência estabelecidos pelo órgão regulador, tendo o primeiro inclusivamente subido substancialmente.

Os restantes indicadores prudenciais analisados afiguram-se compatíveis e adequados às normas recomendadas pela entidade de supervisão.

| INDICADORES PRUDENCIAIS  | Unidade | 2013  | 2012  |
|--|---------|-------|-------|
| Rácio de solvabilidade (Rácio da Adequação de Fundos Próprios) | %       | 35,01 | 18,58 |
| Imobilizado líquido / Fundos próprios                          | %       | 19,47 | 21,58 |
| Provisões crédito / Crédito e juros vencidos                   | %       | 90,03 | 77,12 |
| Provisões para riscos gerais crédito / Crédito concedido       | %       | 0,94  | 0,91  |

O rácio de transformação sofreu um decréscimo de 3,49 pontos percentuais, fixando-se em 35,35 por cento, valor significativamente abaixo do limite de 120 por cento imposto pelo Banco de Portugal para as instituições de crédito, para o final de 2013.

## TRANSFORMAÇÃO (a)

| Rubricas                                       | 2013           | 2012           | (milhares de euros)<br>Variação |                   |
|--|----------------|----------------|---------------------------------|-------------------|
|  |                |                | Valor                           | %                 |
| A. Crédito total bruto                         | 134.634        | 147.608        | -12.974                         | -8,79             |
| B. Provisões/Imparidade acumulada para crédito | 14.617         | 14.061         | 556                             | 3,95              |
| <b>C. Crédito total líquido (A-B)</b>          | <b>120.017</b> | <b>133.547</b> | <b>-13.530</b>                  | <b>-10,13</b>     |
| D. Depósitos de clientes                       | 339.475        | 343.798        | -4.323                          | -1,26             |
| <b>E. Rácio de transformação (C/D)</b>         | <b>35,35</b>   | <b>38,84</b>   | <b>-3,49</b>                    | <b>p.p. -8,99</b> |

O rácio de Adequação de Fundos Próprios (Rácio de Solvabilidade) registou um aumento de 16,43 pontos percentuais, permitindo uma maior margem de conforto no valor de 35,01 por cento (face aos 18,58 por cento de 2012).

## ADEQUAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS (a)

| Rubricas   | 2013           | 2012           | (milhares de euros)<br>Variação |                   |
|--|----------------|----------------|---------------------------------|-------------------|
|  |                |                | Valor                           | %                 |
| Fundos próprios base elegíveis                                   | 63.743         | 59.169         | 4.574                           | 7,73              |
| Fundos próprios complementares elegíveis                         | 1.630          | 1.712          | -82                             | -4,79             |
| Deduções   | 1.227          | 1.112          | 115                             | 10,34             |
| <b>1. Fundos próprios elegíveis</b>                              | <b>64.146</b>  | <b>59.769</b>  | <b>4.377</b>                    | <b>7,32</b>       |
| <b>2. Activos e elementos extrapatrimoniais ponderados</b>       | <b>156.581</b> | <b>295.156</b> | <b>-138.575</b>                 | <b>-46,95</b>     |
| <b>3. Requisitos de fundos próprios</b>                          | <b>14.657</b>  | <b>25.731</b>  | <b>-11.074</b>                  | <b>-43,04</b>     |
| <b>4. Fundos próprios disponíveis (1-3)</b>                      | <b>49.489</b>  | <b>34.038</b>  | <b>15.451</b>                   | <b>45,39</b>      |
| <b>5. RÁCIO DE ADEQUAÇÃO DE FUNDOS PRÓPRIOS (1 / (3 x 12,5))</b> | <b>35,01%</b>  | <b>18,58%</b>  | <b>16,43</b>                    | <b>p.p. 88,41</b> |



O rácio *Core Tier 1* atingiu 34,79 por cento, o que representou uma variação homóloga muito positiva de 16,39 pontos percentuais, superando largamente o valor mínimo de 10 por cento fixado pelo Banco de Portugal para Dezembro de 2013.

A CCAML voltou a aumentar a rubrica de Fundos próprios de base elegíveis em 4.574 milhares de euros (+ 7,73 por cento face a 2012), reforçando os níveis de capital, a solidez e a sustentabilidade da instituição.

## ADEQUAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE (a)

| Rubricas   | 2013          | 2012          | (milhares de euros) |              |
|--|---------------|---------------|---------------------|--------------|
|  |               |               | Varição<br>Valor    | %            |
| 1. Fundos próprios de base                               | 63.743        | 59.169        | 4.574               | 7,73         |
| 2. Requisitos de fundos próprios x (12,5)                | 183.213       | 321.638       | -138.425            | -43,04       |
| <b>3. RÁCIO DE ADEQUAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE</b> | <b>34,79%</b> | <b>18,40%</b> | <b>16,39 p.p.</b>   | <b>89,08</b> |
| <b>4. RÁCIO <i>CORE TIER 1</i></b>                       | <b>34,79%</b> | <b>18,40%</b> | <b>16,39 p.p.</b>   | <b>89,08</b> |

a) Rácios calculados de acordo com as determinações do Banco de Portugal instituídas através da Instrução 16/2004, com as alterações introduzidas pelas Instruções n.º 16/2008, n.º 23/2011 e n.º 23/2012.



## 11. ÁREA SOCIAL

No final do exercício o número de associados da CCAML elevava-se a 12.409 associados, registando o seguinte movimento:

|  |        |
|--|--------|
| Sócios em 31 de Dezembro de 2012 .....             | 12 659 |
| Sócios admitidos no ano de 2013 .....              | 37     |
|  | <hr/>  |
|  | 12 696 |
| Sócios demitidos a seu pedido no ano de 2013 ..... | 51     |
| Sócios falecidos e excluídos no ano de 2013        | 236    |
|  | <hr/>  |
| Sócios existentes em 31 de Dezembro de 2013 .....  | 12 409 |

### Nota final:

Nenhum facto relevante ocorreu desde o fim do exercício até esta data, que justifique referência especial neste relatório.

Leiria, 6 de Março de 2014

O Conselho de Administração



## CAPÍTULO II - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe à Assembleia-Geral, para os resultados líquidos apurados no fim do exercício de 2013, no montante 1.755.069,60 euros, a seguinte distribuição:

(em euros)

|  |              |
|--|--------------|
| ▪ Cobertura de resultados transitados negativos (derivados de ajustamentos pela aplicação das NCA's) ..... | 78.777,97    |
| ▪ Reserva legal .....  | 1.500.000,00 |
| ▪ Reserva especial .....   | 174.291,63   |
| ▪ Reserva para educação e formação cooperativa .....   | 1.000,00     |
| ▪ Reserva para mutualismo .....  | 1.000,00     |

Se esta proposta de distribuição dos excedentes líquidos merecer a aprovação da Assembleia-Geral, a situação líquida da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria passa a discriminar-se assim:

|  |                      |
|--|----------------------|
| <b>Capital Social</b> .....                              | <b>40.077.780,00</b> |
| <b>Reservas</b> .....                                    | <b>20.986.475,11</b> |
| Reserva legal .....                                      | 19.500.000,00        |
| Reserva para educação e formação Cooperativa .....       | 20.000,00            |
| Reserva para mutualismo .....                            | 27.000,00            |
| Reservas resultantes da valorização ao justo valor ..... | (669.170,31)         |
| Reserva de reavaliação legais .....                      | 551.018,29           |
| Outras reservas de reavaliação .....                     | 530.838,00           |
| Reservas por impostos diferidos .....                    | 44.140,17            |
| Reserva especial .....                                   | 982.648,96           |
| <b>Situação líquida</b> .....                            | <b>61.064.255,11</b> |

**Nota:** Os resultados transitados negativos, no montante de euros devem-se, fundamentalmente, ao reconhecimento de parte dos impactos da transição para as NCA's, decorrentes da adopção da IAS 19, referentes ao Fundo de Pensões e Encargos com o SAMS.

Leiria, 6 de Março de 2014

O Conselho de Administração

*[Handwritten signatures of the Board of Administration members]*



## CAPÍTULO III – ESTRUTURA DE GOVERNAÇÃO

A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria CRL. (CCAML) é uma instituição de crédito, sob a forma de cooperativa de responsabilidade limitada, que rege a sua actividade de acordo com o Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, tendo como âmbito territorial os concelhos de Leiria, Marinha Grande e Ourém.

Para além das disposições legais, estatutárias e das normas regulamentares emitidas pelo Banco de Portugal, todas as actividades desenvolvidas pela CCAML regem-se, também, pelo cumprimento das deliberações dos órgãos associativos e das normas internas.

O Normativo Interno é divulgado a todos os colaboradores através de um portal interno (intranet), estruturado por temas do qual fazem parte integrante o Código de Conduta e o Plano de Continuidade de Negócio.

A informação financeira e prudencial, nos termos das disposições legais e regulamentares aplicáveis, assim como informação de carácter Institucional, são divulgadas no sítio da Internet [www.caixacreditoleiria.pt](http://www.caixacreditoleiria.pt).

O modelo de governação da CCAML é composto pela Assembleia Geral, dirigida pela sua Mesa, pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal, que exercem funções com uma duração de mandato de três anos. O modelo prevê, ainda, a existência de um órgão com funções, predominantemente, consultivas, denominado de Conselho Consultivo e do Revisor Oficial de Contas.

### 1. ASSEMBLEIA GERAL

Conforme definido nos estatutos, compete à Assembleia Geral:

- a) Eleger, suspender e destituir os titulares dos cargos sociais;
- b) Votar a proposta de plano de actividades e de orçamento da Caixa Agrícola para o exercício seguinte;
- c) Votar o relatório, o balanço e as contas do exercício anterior;
- d) Aprovar a fusão, a cisão e a dissolução da Caixa Agrícola;
- e) Aprovar a associação e a exoneração da Caixa Agrícola de organismos cooperativos de grau superior;
- f) Fixar a remuneração dos titulares dos órgãos sociais da Caixa Agrícola;
- g) Decidir do exercício do direito de acção cível ou penal contra Administradores, gerentes, outros mandatários ou membros do Conselho Fiscal, do Conselho Consultivo ou da Mesa da Assembleia Geral;
- h) Decidir da alteração dos Estatutos.

Os membros da mesa da Assembleia Geral, à semelhança dos restantes membros dos órgãos sociais, são eleitos trienalmente em Assembleia Geral. As reuniões da Assembleia Geral são dirigidas pelo Presidente da Mesa, a qual é composta, para além do Presidente, por um Vice-Presidente e um Secretário:

**Presidente:** Guilherme Alves da Silva

**Vice-Presidente:** Artur Francisco

**Secretário:** Adelino de Sousa

### 2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Sem prejuízo do mais previsto nas leis e nos estatutos, compete ao Conselho de Administração:

- a) Administrar e representar a Caixa Agrícola;
- b) Elaborar, para votação pela Assembleia Geral, uma proposta de plano de actividades e de orçamento para o exercício seguinte;
- c) Elaborar, para votação pela Assembleia Geral, o relatório e as contas relativas ao exercício anterior;



- d) Adoptar as medidas necessárias à garantia da solvabilidade e liquidez da Caixa Agrícola;
- e) Decidir das operações de crédito da Caixa Agrícola;
- f) Fiscalizar a aplicação dos capitais mutuados;
- g) Promover a cobrança coerciva dos créditos da Caixa Agrícola, vencidos e não pagos;
- h) Organizar, dirigir e disciplinar os serviços.

A Administração da CCAML é exercida pelo Conselho de Administração, eleita trienalmente em Assembleia Geral, com mandato de 2013 a 2015, é constituída por cinco administradores, eleitos para os cargos de Presidente, Vice Presidente e três Vogais:

**Presidente:** Mário Ferreira Matias

**Vice-Presidente:** Jorge Manuel Pereira Cova

**Vogal:** Ernestina Maria Lourenço Tavares Santos

**Vogal:** Adriano Silva Marques Ferreira

**Vogal:** António José Almeida Sequeira

### 3. CONSELHO FISCAL

Sem prejuízo do disposto na lei e nos estatutos, compete ao Conselho Fiscal:

- a) Acompanhar assiduamente a acção do Conselho de Administração, colaborando com ela quando para tanto for solicitado;
- b) Examinar, sempre que o julgar conveniente, a escrita e documentação da Caixa Agrícola, verificando a existência de valores de qualquer natureza;
- c) Emitir pareceres sobre o relatório e contas da Caixa Agrícola e sobre a proposta de Plano de Actividades e de Orçamento;
- d) Zelar pela correcta aplicação das regras legais e estatutárias e das deliberações da Assembleia Geral.

O Conselho Fiscal, enquanto órgão fiscalizador, é composto por três membros efectivos e um suplente. Dos membros efectivos, um assume a função de Presidente e os restantes de vogais:

**Presidente:** Oliveira de Jesus Soares

**Vogal:** Filipe José Cândido da Silva

**Vogal:** Luís Heleno Cardoso

**Suplente:** Alexandre Moura Valente

### 4. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

#### 4.1 - Política de remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização

Para cumprimento da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, que estabelece o regime de aprovação e divulgação da política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização das entidades de interesse público, e nos termos do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011 que, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de Abril, estabelece as regras a observar em matéria de Política de Remuneração, é divulgada e submetida à aprovação da Assembleia Geral a declaração sobre a política de remuneração.

A declaração sobre a política de remuneração resulta da proposta do Conselho de Administração aprovada em Assembleia-Geral (realizada em 21 de Dezembro de 2012), respeitante ao mandato cessante, onde consta a composição discriminada das remunerações dos órgãos de administração e de fiscalização, que veio a ser aprovada por unanimidade.

A Declaração sobre a política de remuneração é apresentada no Anexo I à Estrutura de Governação.



## 4.2 - Análise sobre a Política de Remuneração

Em cumprimento do disposto na alínea d) do ponto 24 do Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de Abril, na redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 88/2011, de 20 de Julho, é apresentado em anexo (Anexo II - Relatório de avaliação à política de remuneração de 2013), uma análise sobre a Política de Remunerações dos órgãos de administração e fiscalização, elaborado pelas funções de controlo.

## 4.3 - Informação sobre a remuneração dos membros dos órgãos sociais

Relativamente aos deveres de informação quantitativa sobre a Política de Remunerações, o quadro abaixo apresenta o valor discriminado, dos órgãos de administração e fiscalização, do montante anual bruto das remunerações auferidas.

### INFORMAÇÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS EM 2013

| Órgãos Sociais                                | Cargo            | Remuneração         | Notas |
|---|------------------|---------------------|-------|
| <b>Conselho de Administração</b>              | <b>Total</b>     | <b>€ 386.260,00</b> |       |
| - Mário Ferreira Matias                       | Presidente       | € 80.850,00         |       |
| - Jorge Manuel Pereira Cova                   | Vice-Presidente  | € 91.630,00         | (1)   |
| - Ernestina Maria Lourenço Tavares dos Santos | Vogal            | € 76.350,00         |       |
| - Adriano da Silva Marques Ferreira           | Vogal            | € 76.350,00         |       |
| - António José Almeida Sequeira               | Vogal            | € 61.080,00         | (2)   |
| <b>Conselho Fiscal</b>                        | <b>Total</b>     | <b>€ 31.061,80</b>  |       |
| - Oliveira de Jesus Soares                    | Presidente       | € 9.250,00          |       |
| - Filipe José Cândido da Silva                | Vogal            | € 7.250,00          |       |
| - Luís Heleno Cardoso                         | Vogal            | € 7.311,80          |       |
| - Alexandre Moura Valente                     | Vogal (suplente) | € 7.250,00          |       |

Nota 1: O valor da remuneração do Vice-presidente integra um montante correspondente ao prémio de antiguidade (Em conformidade com a Política de Remuneração, aplicável a administradores pertencentes ao quadro de pessoal da CCL, que têm o vínculo laboral suspenso, sem prejuízo da contagem de tempo de serviço para efeitos de antiguidade e do previsto na cláusula 127ª do Acordo Colectivo de Trabalho);

Nota 2: A remuneração do Membro do Conselho de Administração, António José Almeida Sequeira, foi inferior à dos restantes Vogais, na proporção correspondente a um dia útil por semana, de acordo com a sua intenção própria manifestada no início do mandato. Esta solicitação foi apreciada e aprovada em reunião do Conselho de Administração.

Em 2013, não se registaram alterações na composição dos órgãos sociais, nem se registaram admissões ou rescisões do contrato de trabalho, no quadro de colaboradores que exercem funções de controlo.

Os colaboradores que exercem em exclusivo as funções de controlo auferiram, conjuntamente, em 2013, € 62.986,21.

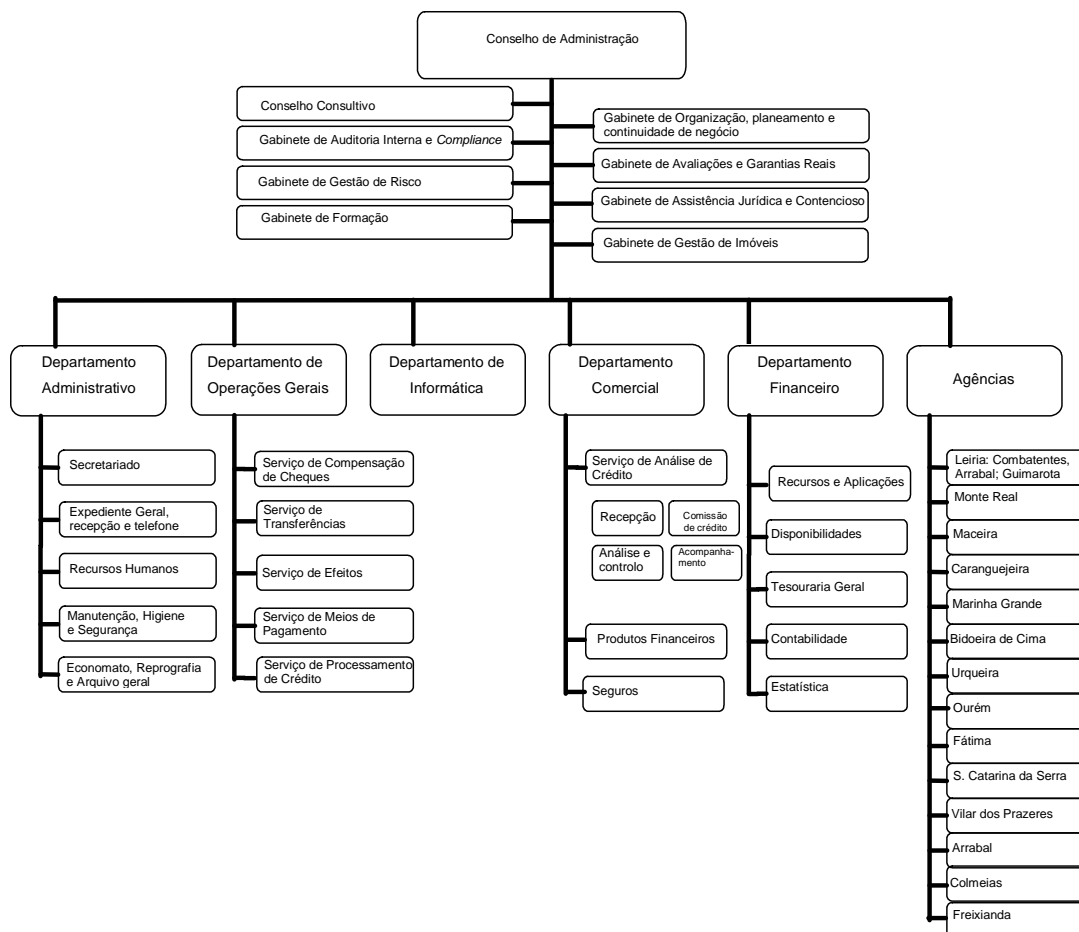
O total de honorários facturados durante o exercício de 2013 pela sociedade de revisores oficiais de contas, foi de € 35.000,00 (valor sem o IVA Incluído), dos quais € 29.000,00 correspondem aos serviços de revisão legal de contas, sendo que os restantes, no montante de € 6.000,00, dizem respeito a outros serviços de garantia de fiabilidade (especificamente para cumprimento da Instrução n.º 5/2013 do Banco de Portugal, relativo ao serviço de Auditoria externa para o Modelo de imparidade da carteira de crédito).



## 5. ORGANOGRAMA

O modelo organizativo e a repartição de funções e responsabilidades entre as diferentes unidades de estrutura é da responsabilidade do Conselho de Administração, o qual define o modelo de estrutura organizacional e a repartição de funções entre as diversas unidades.

O organograma da CCAML tem a seguinte configuração:



## 6. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

O sistema de controlo interno define-se como o conjunto das estratégias, sistemas, processos, políticas e procedimentos definidos pelo órgão de administração, bem como das acções empreendidas por este órgão e pelos restantes colaboradores da instituição, com vista a garantir:

- Um desempenho eficiente e rendível da actividade, no médio e longo prazo;
- A existência de informação financeira e de gestão completa, pertinente, fiável e tempestiva;
- O respeito pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Para assegurar uma adequada gestão do sistema de controlo interno, estão implementadas as funções de Gestão de Riscos, de *Compliance* e de Auditoria Interna, com competências específicas e transversais para que, em conjunto e em articulação com toda a estrutura, possam desenvolver as actividades conducentes à existência de um ambiente de controlo, sistema de gestão de riscos, sistema de informação e comunicação e um processo de monitorização, adequados às necessidades da Instituição e nos termos das normas regulamentares estabelecidas pelo Banco de Portugal.



## 7. REVISOR OFICIAL DE CONTAS E AUDITORIA EXTERNA

O revisor oficial de contas é designado pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho de Administração.

A sociedade Oliveira, Reis & Associados - SROC, Lda. é o Auditor Externo responsável pelos serviços de Auditoria e Revisão Oficial de Contas da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria.

O revisor oficial de contas tem, especialmente, o dever de proceder a todos os exames e verificações necessários à revisão e certificação legal das contas, nos termos previstos na lei, à análise aos mapas prudenciais e à emissão de parecer sobre o sistema de controlo interno.

Leiria, 6 de Março de 2014

O Conselho de Administração

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
Em nome do Conselho de Administração  
Alfonso L. M. Marques, Presidente



## ANEXO I - DECLARAÇÃO SOBRE POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

### Declaração Sobre Política de Remuneração

A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, CRL, é uma cooperativa de crédito, fundada em 3 de Janeiro de 1915 e tem como áreas de acção os concelhos de Leiria, Marinha Grande e Ourém.

Nos primeiros 65 anos da sua existência, isto é, até 1980, os Órgãos Sociais foram constituídos exclusivamente por agricultores associados, sem remuneração.

O crescimento da Instituição, a abertura de agências, o aumento do volume de negócio e o controlo das autoridades monetárias, recomendaram que a partir daquela data a Administração da CCAML passasse a ser feita por profissionais qualificados oriundos dos quadros da própria CCAML.

Em face ao antecedente a política de remuneração dos Órgãos Sociais da CCAML, considerando a Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, e nos termos do n.º 2 do Artigo 12.º dos Estatutos, sobre a remuneração dos Órgãos Sociais, a política de remuneração dos órgãos de administração e fiscalização da CCAML, obedece aos seguintes princípios:

1.º A remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é aprovada pela Assembleia Geral, nos termos dos estatutos, não havendo recurso, nesta matéria, a consultores externos, nem à existência de uma Comissão de Remunerações, por não se considerar adequado face as características de dimensão, organização interna e natureza das actividades exercidas;

2.º A política de remuneração procura ajustar-se às características particulares da Instituição, nomeadamente face à sua forma jurídica, de âmbito regional, com um número limitado de operações autorizadas e de natureza não complexa e ao nível do apuramento das necessidades de capital e dos riscos associados. Assentando numa componente remuneratória fixa, entende-se ser a forma mais equilibrada de não incentivar o crescimento e a assunção excessiva de riscos;

3.º O desempenho do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é apreciado pela Assembleia Geral, considerando a informação divulgada, e analisada pelos órgãos de fiscalização, sobre o desempenho económico e financeiro da Instituição, a informação prudencial sobre os riscos e o cumprimento das regras aplicáveis;

4.º A remuneração do Conselho de Administração é constituída por:

- A cada um dos administradores 15 (quinze) mensalidades tendo como base a remuneração do Nível 18 do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) das Instituições de Crédito Agrícola Mútuo, acrescidas do valor correspondente a duas horas de isenção de horário de trabalho, do valor correspondente ao subsídio compensatório, e do subsídio de almoço, conforme o ACT;
- O Presidente e o Vice-Presidente terão ainda um subsídio de função no valor de 300,00 Euros cada;
- O valor final deverá ser arredondado para a dezena de euros imediatamente inferior;
- Para os administradores pertencentes ao quadro de pessoal da Caixa fica suspenso o vínculo laboral enquanto se mantiverem nos cargos de administração, isto sem prejuízo da contagem de tempo de serviço para efeitos de antiguidade e do previsto na cláusula 127ª (Prémio de antiguidade) do ACT;

5.º A remuneração do Conselho Fiscal é constituída por:

- A cada um dos conselheiros 250,00 (duzentos e cinquenta) Euros por cada presença nas reuniões de trabalho;

6.º A remuneração do Revisor Oficial de Contas é constituída por:

- Em cada trimestre o valor de 7.250,00 Euros;



7.º A inexistência de uma remuneração variável com base nos eventuais lucros da CCAML, fundamenta-se não só, na cultura da Instituição, que traduz os princípios expressos no Artigo 99º do regime Jurídico, aprovado pelo Decreto n.º 5219 de 8 de Janeiro de 1919, mas, ainda, e principalmente, porque se entendeu de elevado risco estimular quem iria beneficiar do crescimento que essencialmente seria pelo crescimento do crédito. A associação da remuneração ao desempenho, ao nível dos resultados, com uma ponderação da evolução dos rácios prudenciais e dos riscos associados, dependeria, quase na sua exclusividade, do crescimento do crédito, podendo, assim, comprometer a independência necessária à sua decisão e ser geradora de conflito de interesses;

8.º A aplicação da política de remuneração é sujeita, pelo menos uma vez por ano, a uma análise interna centralizada e independente, efectuada pelas unidades de estrutura responsáveis pelas funções de controlo, visando verificar a implementação das políticas e procedimentos de remuneração adoptados para os órgãos de administração e de fiscalização, da qual é elaborado um relatório com os resultados dessa avaliação, para apresentação à Assembleia geral;

9.º A política de remuneração dos colaboradores que exercem funções de controlo, nomeadamente, Auditoria Interna, Compliance e Gestão de Riscos, é estabelecida pelo Conselho de Administração, com os seguintes princípios:

- A remuneração assenta na sua componente fixa, garantindo a independência em relação ao desempenho financeiro das áreas financeiras onde se exerce o controlo;
- A remuneração é estabelecida em função do nível e nas condições estabelecidas pelo Acordo Colectivo de Trabalho;
- A remuneração é processada por 15 meses;
- A avaliação do desempenho individual é efectuada pelo Conselho de Administração, baseada nos objectivos específicos relacionados com as funções exercidas, nomeadamente pelo cumprimento dos planos de actividades e de desenvolvimentos das funções traçados, independentemente do desempenho das áreas sob controlo.

Leiria, 6 de Março de 2014

O Conselho de Administração



## ANEXO II - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO À POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DE 2013

### Relatório de avaliação à política de remuneração 2013

#### 1. Enquadramento

---

A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, CRL., de acordo com n.º 2 do Artigo 12.º dos Estatutos, cumprindo com o artigo 5.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011 e seguindo o disposto pela Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, é definida pela Assembleia Geral.

A política de remuneração, objecto desta análise, é a que consta na "Declaração sobre política de remuneração", sendo o período de referência o que decorre de 01/01/2013 a 31/12/2013.

Em conformidade com a alínea d) do ponto 24 do Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de Abril, na redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 88/2011, de 20 de Julho, e com o artigo 14.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, deve ser efectuada uma análise interna centralizada e independente, sobre a política de remuneração e a sua implementação, em especial sobre o efeito na gestão de riscos, de capital e liquidez da Instituição. No desenvolvimento desta análise, e na consequente elaboração do presente relatório, participam de forma activa as áreas de Auditoria Interna, *Compliance* e Gestão de Riscos, representadas por Rui Alexandre Marques Simões, do Gabinete de Auditoria Interna e *Compliance*, e Miguel Coelho Soares, do Gabinete de Gestão de Risco.

#### 2. Conclusões sobre a política de remuneração e sua implementação

---

Procedeu-se a uma análise dos deveres enunciados quanto à política de remuneração, previstos no Aviso n.º 10/2011, à proposta de remuneração dos órgãos sociais e à informação recolhida sobre a remuneração dos órgãos de administração e fiscalização da CCAML. A análise foi efectuada com o objectivo de verificar o cumprimento das políticas e procedimentos de remuneração aprovados e analisar a sua implementação, nomeadamente sobre o efeito na gestão de riscos, de capital e liquidez da Instituição, considerando o dever de identificar as medidas necessárias para a correcção de eventuais insuficiências detectadas.

Compulsados os documentos em apreço, deliberou-se, conjuntamente, pela emissão das seguintes conclusões:

1.º Considerando o enquadramento legal, particularmente o Código Cooperativo e o Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, e nos termos dos Estatutos da CCAML, a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização é aprovada pela Assembleia Geral. A proposta sobre a política de remuneração, onde vem discriminada a composição das remunerações dos órgãos sociais, de forma clara, da qual resulta a "Declaração sobre a política de remuneração", foi aprovada na Assembleia Geral realizada em 21 de Dezembro de 2012, cumprindo-se com o estabelecido quanto à necessidade da existência de uma política, formalmente documentada, e aprovada pelo órgão societário competente;

2.º O Aviso do Banco de Portugal número n.º 10/2011 regula os princípios gerais em matéria de políticas e práticas de remuneração. A Política de Remuneração, revela-se ajustada, considerando o princípio da proporcionalidade, nomeadamente no que respeita à dimensão, organização interna, natureza, âmbito e complexidade da actividade da instituição, à natureza e magnitude dos riscos e ao grau de centralização e delegação de poderes estabelecido na CCAML, não obstante o facto da política aprovada em Assembleia Geral não contemplar uma componente variável da remuneração;



3.º Relativamente ao risco, a política de remunerações não incentiva a assunção excessiva e imprudente de riscos e é compatível com os interesses de longo prazo da CCAML. Assentando exclusivamente na componente fixa, não contempla componentes variáveis que estimulem o crescimento e a assunção excessiva e incontrolada de riscos. Reflecte uma posição que não estimula o crescimento da actividade, e com ela dos riscos, por via da remuneração variável, não obstante das componentes variáveis poderem ser convertidas num instrumento de redução de risco. Os actuais níveis de liquidez e capital não reflectem a necessidade de reforçar esses mecanismos, revelando-se consentâneas com uma gestão sã e prudente.

Gabinete de Auditoria Interna e Compliance

Gabinete de Gestão de Risco

18 de Fevereiro de 2014



CAIXA DE CRÉDITO DE LEIRIA

## CAPÍTULO IV – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, C.R.L.

Matriculada na C.R.C. de Leiria, com o n.º único de matrícula e de identificação fiscal 500 978 921

Sede: Largo Cândido dos Reis, n.º 19 a 25 - 2400-112 LEIRIA

#### Balanço em base individual (NCA)

31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012

|  | Notas/<br>/Quadros<br>anexos | 31-Dez-2013  |  |                    | 31-Dez-2012        |
|--|------------------------------|--|--|--------------------|--------------------|
|  |                              | Valor antes<br>de provisões,<br>imparidade e<br>amortizações | Provisões,<br>imparidade e<br>amortizações | Valor<br>líquido   | Valor<br>líquido   |
|  |                              | 1  | 2  | 3 = 1 - 2          |                    |
| <b>Activo</b>  |                              |  |  |                    |                    |
| Caixa e disponibilidades em bancos centrais                      | 13                           | 5.709.138  |  | 5.709.138          | 6.562.942          |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito               | 14                           | 3.503.398  |  | 3.503.398          | 4.365.222          |
| Activos financeiros detidos para negociação                      |                              |  |  |                    |                    |
| Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados  |                              |  |  |                    |                    |
| Activos financeiros disponíveis para venda                       | 15                           | 45.796.563   | 0  | 45.796.563         | 55.683.564         |
| Aplicações em instituições de crédito                            | 16                           | 106.173.750  | 0  | 106.173.750        | 195.654.343        |
| Crédito a clientes   | 17                           | 134.634.315  | 14.617.386                                 | 120.016.929        | 133.546.594        |
| Investimentos detidos até à maturidade                           | 18                           | 112.055.818  |  | 112.055.818        |                    |
| Activos com acordo de recompra                                   |                              |  |  |                    |                    |
| Derivados de cobertura   |                              |  |  |                    |                    |
| Activos não correntes detidos para venda                         | 19                           | 7.368.614  | 1.831.167                                  | 5.537.447          | 4.435.635          |
| Propriedades de investimento                                     |                              |  |  |                    |                    |
| Outros activos tangíveis   | 20                           | 17.755.190   | 7.089.363                                  | 10.665.827         | 11.013.530         |
| Activos intangíveis  | 21                           | 1.832.222  | 1.820.336                                  | 11.886             | 174.156            |
| Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos | 22                           | 2.500  |  | 2.500              | 2.500              |
| Activos por impostos correntes                                   | 30                           | 81.160   |  | 81.160             | 0                  |
| Activos por impostos diferidos                                   | 31                           | 2.622.185  |  | 2.622.185          | 3.035.458          |
| Outros activos   | 23                           | 918.135  | 32.654                                     | 885.481            | 835.124            |
| <b>Total de Activo</b>   |                              | <b>438.452.988</b>   | <b>25.390.906</b>                          | <b>413.062.082</b> | <b>415.309.068</b> |

O Responsável pela Contabilidade

O Conselho de Administração



## CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, C.R.L.

Matriculada na C.R.C. de Leiria, com o n.º único de matrícula e de identificação fiscal 500 978 921

Sede: Largo Cândido dos Reis, n.º 19 a 25 - 2400-112 LEIRIA

### Balanço em base individual (NCA) 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012

|  |                              | €                  |                    |
|--|------------------------------|--------------------|--------------------|
|  | Notas/<br>/Quadros<br>anexos | 31-Dez-2013        | 31-Dez-2012        |
| <b>Passivo</b>   |                              |                    |                    |
| Recursos de bancos centrais                                      |                              |                    |                    |
| Passivos financeiros detidos para negociação                     |                              |                    |                    |
| Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados |                              |                    |                    |
| Recursos de outras instituições de crédito                       | 24                           | 203.256            | 127.274            |
| Recursos de clientes e outros empréstimos                        | 25                           | 339.622.903        | 343.847.833        |
| Responsabilidades representadas por títulos                      |                              |                    |                    |
| Passivos financeiros associados a activos transferidos           |                              |                    |                    |
| Derivados de cobertura   |                              |                    |                    |
| Passivos não correntes detidos para venda                        |                              |                    |                    |
| Provisões  | 26                           | 1.260.653          | 1.342.743          |
| Passivos por impostos correntes                                  | 30                           | 0                  | 264.305            |
| Passivos por impostos diferidos                                  | 31                           | 402.288            | 338.034            |
| Instrumentos representativos de capital                          | 28                           | 4.865.606          | 5.199.230          |
| Outros passivos subordinados                                     |                              |                    |                    |
| Outros passivos  | 27                           | 5.643.121          | 6.732.226          |
| <b>Total de Passivo</b>  |                              | <b>351.997.827</b> | <b>357.851.645</b> |
| <b>Capital</b>   |                              |                    |                    |
| Capital  | 28                           | 40.077.780         | 40.101.210         |
| Prémios de emissão   |                              |                    |                    |
| Outros instrumentos de capital                                   |                              |                    |                    |
| Acções próprias  |                              |                    |                    |
| Reservas de reavaliação  | 29                           | 456.826            | -1.497.144         |
| Outras reservas e resultados transitados                         | 29                           | 18.774.579         | 14.644.704         |
| Resultado do exercício   |                              | 1.755.070          | 4.208.653          |
| Dividendos antecipados   |                              |                    |                    |
| <b>Total de Capital</b>  |                              | <b>61.064.255</b>  | <b>57.457.423</b>  |
| <b>Total de Passivo + Capital</b>                                |                              | <b>413.062.082</b> | <b>415.309.068</b> |

O Responsável pela Contabilidade

O Conselho de Administração



## CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, C.R.L.

Matriculada na C.R.C. de Leiria, com o n.º único de matrícula e de identificação fiscal 500 978 921

Sede: Largo Cândido dos Reis, n.º 19 a 25 - 2400-112 LEIRIA

### Demonstração de Resultados em base individual (NCA) 31 de Dezembro de 2013 e 2012

|   |                        | €           |             |
|---|------------------------|-------------|-------------|
|   | Notas/ /Quadros anexos | 31-Dez-2013 | 31-Dez-2012 |
| Júros e rendimentos similares   | 2                      | 15.101.937  | 18.312.910  |
| Júros e encargos similares  | 2                      | 5.098.151   | 5.405.960   |
| <b>Margem Financeira</b>  |                        | 10.003.786  | 12.906.950  |
| Rendimentos de instrumentos de capital  | 3                      | 11.890      | 14.500      |
| Rendimentos de serviços e comissões   | 4                      | 1.309.477   | 1.266.443   |
| Encargos com serviços e comissões   | 4                      | 364.229     | 339.817     |
| Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados   |                        |             |             |
| Resultados de activos financeiros disponíveis para venda  | 5                      | -402.658    | -25.917     |
| Resultados de reavaliação cambial   | 6                      | 14.620      | 16.220      |
| Resultados de alienação de outros activos   | 7                      | 4.671       | -82.536     |
| Outros resultados de exploração   | 8                      | 421.046     | 203.572     |
| <b>Produto bancário</b>   |                        | 10.998.603  | 13.959.415  |
| Custos com pessoal  | 9                      | 4.393.580   | 4.333.531   |
| Gastos gerais administrativos   | 10                     | 1.958.280   | 2.030.397   |
| Amortizações do exercício   | 20 e 21                | 611.180     | 723.479     |
| Provisões líquidas de reposições e anulações  | 11                     | -82.090     | -55.740     |
| Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações) | 12 e 17                | 987.547     | 447.915     |
| Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações  |                        |             |             |
| Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações  | 19                     | 124.325     | 735.301     |
| <b>Resultado antes de impostos</b>  |                        | 3.005.781   | 5.744.532   |
| Impostos:   |                        |             |             |
| Correntes   | 30                     | 1.289.488   | 2.179.221   |
| Diferidos   |                        | -38.777     | -643.342    |
| <b>Resultado após impostos</b>  |                        | 1.755.070   | 4.208.653   |
| Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas  |                        | 3.500       | -85.117     |

O Responsável pela Contabilidade

O Conselho de Administração



## CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, C.R.L.

### Demonstração de Fluxos de Caixa

31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Montantes expressos em Euros)

|   | 31-Dez-2013       | 31-Dez-2012       |
|---|-------------------|-------------------|
| <b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>                        |                   |                   |
| Recebimentos de juros e comissões   | 16.411.414        | 19.579.353        |
| Pagamento de Juros e Comissões  | -5.462.380        | -5.745.777        |
| Pagamentos ao pessoal e fornecedores                                      | -6.310.640        | -6.359.173        |
| Contribuições para o Fundo de Pensões                                     | -41.220           | -4.755            |
| Recebimento / (Pagamento) de imposto sobre o rendimento                   | -1.289.488        | -2.179.221        |
| Outros recebimentos / (Pagamentos) relativos à actividade Operacional     | 435.666           | 219.792           |
| Resultados operacionais antes das alterações nos ativos operacionais      | 3.743.352         | 5.510.219         |
| <b>(Aumentos) / Diminuições de activos operacionais</b>                   |                   |                   |
| Ativos financeiros detidos para negociação e outros ativos ao Justo Valor |                   |                   |
| Ativos disponíveis para venda   | -11.419.657       | -2.118.829        |
| Aplicações em instituições de Crédito                                     | -89.480.593       | 19.299.844        |
| Crédito a clientes  | -12.542.118       | -6.910.637        |
| Investimentos detidos até à maturidade                                    | 112.055.818       | 0                 |
| Derivados de Cobertura  |                   |                   |
| Ativos não correntes detidos para venda                                   | 1.222.637         | 413.096           |
| Outros Ativos   | 206.174           | 165.359           |
| (...)   |                   |                   |
|   | 42.261            | 10.848.833        |
| <b>(Aumentos) / Diminuições de passivos operacionais</b>                  |                   |                   |
| Passivos financeiros detidos para negociação e derivados de cobertura     |                   |                   |
| Recursos de outras instituições de Crédito                                | 75.982            | -62.697           |
| Recursos de clientes e outros empréstimos                                 | -4.224.930        | 5.058.099         |
| Outros passivos   | -1.353.410        | -518.612          |
| (...)   |                   |                   |
|   | -5.502.358        | 4.476.790         |
| <b>Caixa líquida das actividades operacionais</b>                         | <b>-1.801.267</b> | <b>-861.824</b>   |
| <b>Fluxos de caixa de atividades de investimento</b>                      |                   |                   |
| Variação de ativos tangíveis e intangíveis                                | 100.035           | 378.253           |
| Recebimento de dividendos   | -11.890           | -14.500           |
| Variação de partes de capital de empresas filiais e associadas            | 0                 | 0                 |
| (...)   |                   |                   |
| <b>Caixa líquida de actividades de investimento</b>                       | <b>88.145</b>     | <b>363.753</b>    |
| <b>Fluxos de caixa de atividades de financiamento</b>                     |                   |                   |
| Aumentos de capital   | 18.000            | 18.000            |
| Diminuição de capital   | -41.430           | -28.845           |
| Pagamento de dividendos   | 0                 | 0                 |
| Variação de passivos subordinados   | -333.624          | -1.011.608        |
| Reservas  | 530.838           | 0                 |
| <b>Caixa líquida de actividades de financiamento</b>                      | <b>173.784</b>    | <b>-1.022.453</b> |
| <b>Aumento / (diminuição) de caixa e seus equivalentes</b>                | <b>-1.715.628</b> | <b>-2.248.030</b> |
| <b>Caixa e seus equivalentes no início do exercício</b>                   | <b>10.928.164</b> | <b>13.176.194</b> |
| <b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>                        | <b>9.212.536</b>  | <b>10.928.164</b> |

O Responsável pela Contabilidade

O Conselho de Administração



## CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, C.R.L.

### Demonstrações do Rendimento Integral

31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Montantes expressos em Euros)

|   | 31-Dez-2013             | 31-Dez-2012              |
|---|-------------------------|--------------------------|
| <b>Resultado Individual</b>   | <u>1.755.070</u>        | <u>4.208.653</u>         |
| Reservas de reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda | 1.935.315               | 16.057.759               |
| Reservas por impostos diferidos                                       | -516.304                | -3.786.808               |
| Reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda              |                         |                          |
| Impacto fiscal  |                         |                          |
| Pensões - regime transitório  | -74.657                 | -74.657                  |
| Outros movimentos:  |                         |                          |
| Ganhos e Perdas Actuariais  | 530.838                 |                          |
| <b>Total outro rendimento integral do exercício</b>                   | <u>1.875.192</u>        | <u>12.196.294</u>        |
| <b>Rendimento integral individual</b>                                 | <u><u>3.630.262</u></u> | <u><u>16.404.947</u></u> |

O Responsável pela Contabilidade

O Conselho de Administração



## CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, C.R.L.

### Demonstrações de Alterações no Capital Próprio

31 de Dezembro de 2013

(Montantes expressos em Euros)

|   | Capital           | Prémios de emissão | Reservas de reavaliação | Outras Reservas e resultados transitados |                        |                   | Resultado do exercício | Total             |
|---|-------------------|--------------------|-------------------------|--|------------------------|-------------------|------------------------|-------------------|
|   |                   |                    |                         | Outras Reservas                          | Resultados transitados | Total             |                        |                   |
| <b>Saldos em 31 de Dezembro de 2011</b>   | <b>37.112.055</b> | <b>0</b>           | <b>-13.765.843</b>      | <b>12.673.477</b>                        | <b>-75.931</b>         | <b>12.597.546</b> | <b>5.119.563</b>       | <b>41.063.321</b> |
| Aplicação de resultados do exercício de 2011                                      |                   |                    |                         |  |                        |                   |                        |                   |
| Transferência para reservas   |                   |                    |                         | 5.043.632                                | 75.931                 | 5.119.563         | -5.119.563             | 0                 |
| Incorporação em Capital   | 3.000.000         |                    |                         | -3.000.000                               |                        | -3.000.000        |                        | 0                 |
| Aumento de capital por entrada de novos sócios                                    | 18.000            |                    |                         |  |                        |                   |                        | 18.000            |
| Pedidos de exoneração   | -28.845           |                    |                         |  |                        |                   |                        | -28.845           |
| Reembolsos de capital   |                   |                    |                         |  |                        |                   |                        |                   |
| Reservas resultantes da valorização de activos financeiros disponíveis para venda |                   |                    | 16.057.759              |  |                        |                   |                        | 16.057.759        |
| Reservas por Impostos Diferidos   |                   |                    | -3.789.060              |  | 2.252                  | 2.252             |                        | -3.786.808        |
| Reservas para Formação e Educação Cooperativa                                     |                   |                    |                         |  |                        |                   |                        |                   |
| Reservas para Mutualismo  |                   |                    |                         |  |                        |                   |                        |                   |
| Reserva Especial por Gratificação por Aplicação de Resultados                     |                   |                    |                         |  |                        |                   |                        |                   |
| Reserva para reforço de benefícios  |                   |                    |                         |  |                        |                   |                        |                   |
| Diferenças resultantes da alteração de políticas contabilísticas                  |                   |                    |                         |  |                        |                   |                        |                   |
| Responsabilidades com pensões   |                   |                    |                         |  | -10.718                | -10.718           |                        | -10.718           |
| Encargos com saúde  |                   |                    |                         |  | -63.939                | -63.939           |                        | -63.939           |
| Resultado líquido do exercício de 2012  |                   |                    |                         |  |                        |                   | 4.208.653              | 4.208.653         |
| <b>Saldos em 31 de Dezembro de 2012</b>   | <b>40.101.210</b> | <b>0</b>           | <b>-1.497.144</b>       | <b>14.717.109</b>                        | <b>-72.405</b>         | <b>14.644.704</b> | <b>4.208.653</b>       | <b>57.457.423</b> |
| Aplicação de resultados do exercício de 2012                                      |                   |                    |                         |  |                        |                   |                        |                   |
| Transferência para reservas   |                   |                    |                         | 4.136.248                                | 72.405                 | 4.208.653         | -4.208.653             | 0                 |
| Incorporação em Capital   |                   |                    |                         |  |                        |                   |                        | 0                 |
| Aumento de capital por entrada de novos sócios                                    | 18.000            |                    |                         |  |                        |                   |                        | 18.000            |
| Pedidos de exoneração   | -41.430           |                    |                         |  |                        |                   |                        | -41.430           |
| Reembolsos de capital   |                   |                    |                         |  |                        |                   |                        |                   |
| Reservas resultantes da valorização de activos financeiros disponíveis para venda |                   |                    | 1.935.315               |  |                        |                   |                        | 1.935.315         |
| Reservas por Impostos Diferidos   |                   |                    | -512.183                |  | -4.121                 | -4.121            |                        | -516.304          |
| Reservas para Formação e Educação Cooperativa                                     |                   |                    |                         |  |                        |                   |                        |                   |
| Reservas para Mutualismo  |                   |                    |                         |  |                        |                   |                        |                   |
| Reserva Especial por Gratificação por Aplicação de Resultados                     |                   |                    |                         |  |                        |                   |                        |                   |
| Reserva para reforço de benefícios  |                   |                    | 530.838                 |  |                        |                   |                        | 530.838           |
| Diferenças resultantes da alteração de políticas contabilísticas                  |                   |                    |                         |  |                        |                   |                        |                   |
| Responsabilidades com pensões   |                   |                    |                         |  | -10.718                | -10.718           |                        | -10.718           |
| Encargos com saúde  |                   |                    |                         |  | -63.939                | -63.939           |                        | -63.939           |
| Resultado líquido do exercício de 2013  |                   |                    |                         |  |                        |                   | 1.755.070              | 1.755.070         |
| <b>Saldos em 31 de Dezembro de 2013</b>   | <b>40.077.780</b> | <b>0</b>           | <b>456.826</b>          | <b>18.853.357</b>                        | <b>-78.778</b>         | <b>18.774.579</b> | <b>1.755.070</b>       | <b>61.064.255</b> |

O Responsável pela Contabilidade

O Conselho de Administração



## ANEXO I – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, C.R.L. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS – NCA'S EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

#### NOTA INTRODUTÓRIA

A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria (adiante apenas designada por "CCAM") foi constituída em 3 de Janeiro de 1915, tem actualmente como âmbito de acção e actividade os concelhos de Leiria, Marinha Grande e Ourém, sendo a cobertura feita através de uma rede de dezasseis balcões ligados "on line" entre si e a sede.

A CCAM é uma instituição de crédito sob a forma de cooperativa de responsabilidade limitada que pratica as operações permitidas pelo Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo (RJCAM), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/91, de 11 de Janeiro, e alterado por vários diplomas subsequentes, tendo obtido autorização para a prática de operações de crédito com não associados, nos limites e condições previstos no n.º 2 do artigo 28.º do RJCAM, bem como operações de crédito com finalidades distintas das previstas no artigo 27.º e com os limites estabelecidos no n.º 6 do artigo 36.º-A do mesmo RJCAM.

#### NOTA 1 – BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

##### A) Bases de Apresentação

Os valores apresentados estão expressos em euros.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, as demonstrações financeiras da CCAM foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal, no Aviso n.º 1/2005, de 28 de Fevereiro, e outra legislação subsequente.

Em consequência, para as matérias reguladas no Aviso n.º 1/2005 e nos Avisos que determinam o quadro mínimo de referência para a constituição de provisões, não são aplicáveis as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), sendo estas aplicáveis às restantes matérias.

As matérias reguladas no Aviso n.º 1/2005 são, em síntese, as seguintes:

##### A.1 - CRÉDITO A CLIENTES E VALORES A RECEBER DE OUTROS DEVEDORES

Entende-se por crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (crédito e contas a receber) os activos financeiros correspondentes ao fornecimento de dinheiro, bens ou serviços a um devedor, abrangendo a actividade típica da concessão de crédito a clientes, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros, realizadas no âmbito da actividade da instituição e exclui as operações com instituições de crédito.

Na valorimetria dos créditos a clientes e valores a receber de outros devedores (crédito e contas a receber), é observado o seguinte:

- a) Na data do reconhecimento inicial, os activos financeiros são registados pelo valor nominal, não podendo, quer nessa data quer em data de reconhecimento subsequente, ser incluídos em reclassificações para as restantes categorias de activos financeiros;



- b) A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios/descontos, é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de resultados;
- c) Os proveitos são reconhecidos quando obtidos e distribuídos por períodos mensais, segundo a regra *pro rata temporis*, quando se trate de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês;
- d) Sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria são, igualmente, periodificados ao longo do período de vigência dos créditos, segundo a regra da alínea anterior;
- e) Os créditos e valores a receber de outros devedores são objecto de correcção de acordo com o quadro mínimo de referência para a constituição de provisões para risco específico, conforme determina o Banco de Portugal no Aviso n.º 3/95, de 30 de Junho;
- f) Para efeitos da provisão para risco específico, os créditos e juros vencidos são classificados por classe de risco, classes I a XII, de 3 a 60 meses, conforme Instrução do Banco de Portugal n.º 6/2005, de 28 de Fevereiro. As prestações vencidas e não cobradas relativas a um mesmo contrato são consideradas na classe de risco da que se encontra por cobrar há mais tempo;
- g) A provisão para risco específico varia até atingir 100%, sendo que esta cobertura pode ser atingida na classe V ou na classe XII, consoante a natureza do crédito e a garantia adstrita;
- h) São também provisionados os créditos de cobrança duvidosa correspondentes a prestações vincendas de uma mesma operação de crédito, nas condições do n.º 4.º do Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal;
- i) São ainda constituídas provisões genéricas para o total do crédito em carteira, incluindo o representado por aceites, garantias, compromissos irrevogáveis e outros instrumentos de natureza análoga, abatido do sujeito a provisões específicas. As provisões genéricas variam entre 0,5% e 1,5% dos créditos.

## A.2 - RESTANTES ACTIVOS FINANCEIROS

No âmbito da valorização (e cálculo da imparidade) dos restantes activos financeiros é considerado o quadro mínimo de referência estabelecido no Aviso n.º 3/95 e na Instrução n.º 7/2005, de 28 de Fevereiro, do Banco de Portugal.

## A.3 - ACTIVOS TANGÍVEIS

Os activos tangíveis são mantidos ao custo de aquisição, salvo quando se verifiquem reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que os ajustamentos de valor daí resultantes serão incorporados em sub-rubrica apropriada da conta "Reservas de reavaliação legais".

## **B) Principais Políticas Contabilísticas**

### B1 - CRÉDITO A CLIENTES

O crédito a clientes (e os valores a receber de outros devedores) é registado de acordo com os critérios acima referidos nas bases de apresentação.

As comissões e outros ganhos e perdas associadas às operações de crédito, por se considerarem imateriais, são directamente reconhecidas em resultados do exercício.

A anulação contabilística de créditos é feita por utilização das provisões para crédito vencido quando estas



correspondam a 100% do valor do crédito.

## Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As garantias prestadas emitidas pela CCAM, são passivos eventuais uma vez que garantem o cumprimento perante terceiros das obrigações dos seus clientes no caso de estes falharem os compromissos assumidos.

Os compromissos irrevogáveis, na generalidade, são acordos contratuais de curto prazo para utilização de linhas de crédito que geralmente têm associados prazos fixos, ou outras cláusulas de expiração, e requerem o pagamento de uma comissão. Os compromissos da CCAM com linhas de crédito estão na sua maioria condicionados à manutenção pelo cliente de determinados parâmetros, à data de utilização dessa facilidade.

As garantias prestadas e os compromissos irrevogáveis são reconhecidos pelo valor em risco, sendo as comissões ou juros associados a estas operações, registados em resultados ao longo da sua vida.

## B2 - ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no Balanço na data de negociação ou contratação, salvo excepções de carácter contratual, legal ou regulamentar.

No momento inicial são reconhecidos ao justo valor acrescido dos custos de transacção directamente atribuíveis, com excepção dos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, em que os custos de transacção são de imediato reconhecidos em resultados.

### B2.1 - ACTIVOS FINANCEIROS DE NEGOCIAÇÃO OU RECONHECIDOS AO JUSTO VALOR EM RESULTADOS E PASSIVOS FINANCEIROS DE NEGOCIAÇÃO

Estas rubricas incluem os activos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo.

A CCAM regista nesta rubrica os títulos de rendimento fixo ou de rendimento variável transaccionados em mercados activos classificados como de negociação.

Estes activos e passivos financeiros são avaliados ao justo valor, com os custos e proveitos associados às transacções, registados em resultados; os ganhos e perdas resultantes das alterações do justo valor são reconhecidos em resultados.

Os juros corridos e não cobrados das obrigações e outros títulos de rendimento fixo são reconhecidos no valor de Balanço.

### B2.2 - ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica inclui os activos financeiros não derivados que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou activos financeiros pelo justo valor através da conta de resultados (i.e. instrumentos financeiros de negociação).

A CCAM regista nesta rubrica os títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação ou de crédito e os títulos de rendimento variável disponíveis para venda.

Os activos classificados como disponíveis para venda são avaliados ao justo valor, os respectivos ganhos e perdas são reconhecidos directamente nos capitais próprios na rubrica "reservas de reavaliação de justo valor" (excepto no caso de perdas de imparidade) até que o activo seja vendido. Nesse momento o ganho ou perda anteriormente reconhecida no



capital próprio é revertido para resultados.

Os juros corridos de obrigações e de outros títulos de rendimento fixo são registados em resultados à taxa de juro nominal.

## B2.3 – INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Esta categoria inclui os activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidade fixada, que uma entidade tem a intenção positiva e a capacidade de deter até à maturidade, sendo mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efectivo.

O custo amortizado de um activo financeiro ou de um passivo financeiro é a quantia pela qual o activo financeiro ou o passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa usando o método do juro efectivo de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade, e menos qualquer redução (directamente ou por meio do uso de uma conta de abatimento) quanto à imparidade ou incobrabilidade.

Os activos financeiros não devem ser classificados como detidos até à maturidade se a entidade tiver, durante o ano financeiro corrente ou durante os dois anos financeiros precedentes, vendido ou reclassificado mais do que uma quantia insignificante de investimentos detidos até à maturidade antes da maturidade (mais do que insignificante em relação à quantia total dos investimentos detidos até à maturidade) que não seja por vendas ou reclassificações que:

- i) estejam tão próximas da maturidade ou da data de compra do activo financeiro (por exemplo, menos de três meses antes da maturidade) que as alterações na taxa de juro do mercado não teriam um efeito significativo no justo valor do activo financeiro;
- ii) ocorram depois de se ter substancialmente recebido todo o capital original do activo financeiro através de pagamentos escalonados ou de pré-pagamentos;
- iii) sejam atribuíveis a um acontecimento isolado que esteja fora do controlo da entidade, não seja recorrente e não pudesse ter sido razoavelmente previsto.

## B3 - ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Os activos não correntes detidos para venda são aqui classificados quando se prevê que o seu valor de Balanço seja recuperado através de alienação. A sua valorização deve ser efectuada ao menor dos valores entre o custo de aquisição e o valor de avaliação periódica; caso exista uma perda por imparidade, na avaliação inicial ou subsequente esta deve ser registada em resultados. As mais-valias potenciais não são reconhecidas no Balanço. Estes activos não são objecto de qualquer amortização.

Esta rubrica inclui imóveis, equipamento e outros bens recebidos em dação em cumprimento que passaram à posse da CCAM para regularização de crédito concedido.



## B4 - ACTIVOS TANGÍVEIS

Os activos tangíveis são registados ao custo de aquisição e a respectiva depreciação é calculada segundo o método das quotas constantes, por duodécimos, aplicada ao custo histórico, às taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, de acordo com os seguintes períodos, que se considera não diferirem substancialmente da vida útil estimada dos bens:

|   | <u>Número de anos</u> |
|---|-----------------------|
| Imóveis                                 | 50                    |
| Beneficiações em imóveis arrendados     | 10                    |
| Equipamento informático e de escritório | 3 a 10                |
| Mobiliário e instalações interiores     | 6 a 12                |
| Viaturas                                | 4                     |

## B5 - ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os activos intangíveis são compostos, essencialmente, por aquisição de software (sistemas de tratamento automático de dados) e outros activos intangíveis, cujo impacto se repercute para além do exercício em que são gerados. Estes activos são amortizados no período de 3 anos pelo método das quotas constantes, por duodécimos, de acordo com o critério fiscal aplicável.

## B6 - OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica residual inclui todos os activos não enquadrados em outras rubricas, não existindo uma valorimetria específica; é observado o princípio definido na Instrução n.º 7/2005 de que os activos não financeiros estão em imparidade quando a sua quantia escriturada excede a quantia recuperável.

## B7 - DEPÓSITOS E OUTROS RECURSOS

Os depósitos e recursos financeiros de clientes e instituições de crédito são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

A taxa de juro efectiva resulta do desconto dos pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do passivo financeiro para o valor líquido actual de Balanço. O cálculo inclui as comissões consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção.

As comissões e outros ganhos e perdas associadas aos depósitos e outros recursos, por se considerarem imateriais, são directamente reconhecidas em resultados do exercício.

## B8 - PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS

Esta rubrica inclui as provisões constituídas para fazer face a outros riscos específicos, nomeadamente, processos judiciais e outras perdas expectáveis decorrentes da actividade. O seu reconhecimento efectua-se sempre que exista uma obrigação presente, legal ou construtiva, seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.



## B9 - IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

O encargo do exercício com impostos sobre os lucros, para a *CCAM*, é calculado tendo em consideração o disposto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e os incentivos e benefícios fiscais aplicáveis à Instituição.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no Balanço e a sua base tributável.

Os prejuízos fiscais reportáveis e os créditos fiscais são também registados como activos por impostos diferidos.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos até ao montante em que seja expectável existirem lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis.

O imposto corrente ou imposto diferido deve ser debitado ou creditado directamente ao capital próprio se o imposto se relacionar com itens que sejam creditados ou debitados, no mesmo ou num diferente período, também directamente ao capital próprio. Foi adoptado este reconhecimento relativamente aos títulos de dívida pública classificados como activos financeiros disponíveis para venda.

As Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da *CCAM* durante um período de quatro anos, podendo por isso resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios ainda susceptíveis de revisão.

## B10 - RESPONSABILIDADE COM PENSÕES E OUTROS BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

### B10.1 - FUNDO DE PENSÕES

Face às responsabilidades assumidas para com os seus funcionários, a *CCAM* aderiu ao *Fundo de Pensões do Crédito Agrícola Mútuo* que se destina a financiar os complementos de pensões de reforma por velhice ou invalidez e pensões de viuvez e orfandade efectuadas pela Segurança Social, relativamente à totalidade do seu pessoal abrangido pelo Acordo Colectivo de Trabalho das *Instituições de Crédito Agrícola Mútuo (ACT)*, sendo esses complementos calculados, por referência ao *ACT*, de acordo com:

- (i) a pensão garantida à idade presumível de reforma;
- (ii) o coeficiente entre o número de anos de serviço prestados até à data do cálculo;
- (iii) o número total de anos de serviço à data de reforma.

A partir do exercício de 2008, inclusive, o financiamento das responsabilidades com o SAMS passou também a ser assegurado pelo Fundo de Pensões.

A 1 de Janeiro de 2013 entraram em vigor as alterações à norma "IAS 19 - Benefícios aos empregados", decorrentes da revisão de 2011. Esta revisão introduz diferenças significativas no reconhecimento e mensuração dos gastos com benefícios definidos e benefícios de cessação de emprego, bem como nas divulgações a efectuar. Relativamente ao reconhecimento, as principais alterações são:

- a) Eliminação da possibilidade de reconhecimento diferido dos ganhos e perdas actuariais, ou seja, da utilização do método do corredor. Os ganhos e perdas actuariais passam a ser totalmente reconhecidos em "outro rendimento integral" no ano em que ocorrem;



### b) Eliminação do conceito “retorno esperado dos activos”.

O valor global das *responsabilidades com pensões e outros benefícios*, encontra-se, consoante a respectiva natureza, registado em Outros Passivos ou em Outros Activos. O valor correspondente ao exercício de 2013, no montante de 92.312 euros, por ter natureza devedora, é apresentado na rubrica Outros Activos.

Nos termos do n.º 2 do n.º 11.º do Aviso n.º 12/2001, as instituições de crédito que apliquem as NCA's, devem divulgar em nota adequada do anexo às contas, diversa informação relativa às responsabilidades com pensões de reforma e de sobrevivência, a qual será detalhada mais adiante na Nota 23.

### B10.2 – PRÉMIOS DE ANTIGUIDADE

Nos termos do ACT a CCAM assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados no activo, que completem os quinze, vinte e cinco e trinta anos de serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, respectivamente, a um, dois e três meses de remuneração mensal no ano de atribuição.

De acordo com a Carta Circular 12/06/DSBDR de 20 de Janeiro de 2006, a CCAM reconheceu em Outros Passivos, aquelas responsabilidades (ver Nota 23). O decréscimo do exercício, no montante de 13.093 euros, foi apurado com base nos critérios utilizados pelo Crédito Agrícola. No mesmo período, foi colocado à disposição dos beneficiários o total de 21.374 euros.

### B10.3 – ENCARGOS COM O SAMS

Conforme já foi referido, a partir do exercício de 2008, inclusive, o financiamento das responsabilidades com o SAMS passou a ser assegurado pelo Fundo de Pensões do Crédito Agrícola, tendo-se procedido à reclassificação dessas responsabilidades. No final do ano de 2008, o Banco de Portugal emitiu um novo aviso (Aviso n.º 7/2008), no qual permite diferir os impactos decorrentes da transição para a IAS 19, por um período adicional de três anos face ao período estipulado inicialmente. Assim, o montante de 575.450 euros, que em 31-12-2007 ainda estava por reconhecer em resultados transitados, é imputado ao longo de nove anos, sendo o montante a reconhecer anualmente de 63.939 euros.

### B11 – CAPITAL

Nos termos do art.º 14.º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo (RJCAM) o Capital Social das CCAM é variável, não podendo ser inferior a um mínimo fixado por portaria do Ministério das Finanças (i.e. € 7.500.000); prevê ainda no art.º 15.º um capital mínimo a subscrever em títulos de capital por cada associado (i.e. € 500).

O capital pode ser reduzido por amortização dos títulos de capital nos termos do art.º 17.º do RJCAM e restantes condições estatutárias.

Sempre que existam títulos de capital “extraordinário”, o montante total destes títulos é reclassificado para a respectiva rubrica de Passivo, “Instrumentos representativos de capital”.

### B12 - FUNDO DE GARANTIA DE DEPÓSITOS

A CCAM aderiu ao *Fundo de Garantia de Depósitos*, que foi constituído em Novembro de 1994 com o objectivo de garantir o reembolso de depósitos constituídos nas instituições de crédito aderentes.



O limite do compromisso irrevogável de pagamento (montante “até ao qual as instituições de crédito participantes podem substituir o pagamento da referida contribuição pelo compromisso irrevogável de o efectuarem em qualquer momento em que o Fundo o solicite, no todo ou em parte”) a aplicar naquela contribuição anual foi fixado em 0% para o exercício de 2013, tal como já tinha sido em 2012, deixando de ser possível a substituição da contribuição anual pelo compromisso irrevogável de pagamento.

Em 2013, a taxa contributiva de base aplicável é de 0,03%, sendo a respectiva contribuição paga, de 79.697 euros, reconhecida em custos de forma linear ao longo do exercício.

Em 31 de Dezembro de 2013, para garantir o eventual pagamento destas responsabilidades, a CCAM tinha dado em penhor 700.000 euros em OT 4,45% – Junho 2008-2018 e 900.000 euros em OT 3,85% – Abril 2005-2021, para caução do compromisso irrevogável de pagamento de contribuições relativas aos contratos celebrados com o referido Fundo de Garantia de Depósitos.

### **B13 - FUNDO DE RESOLUÇÃO**

O Decreto-Lei nº 31-A/2012, introduziu um novo paradigma no regime de saneamento consagrado no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) introduzindo medidas que visam recuperar uma instituição que se encontre em desequilíbrio financeiro ou, caso tal se revele inviável, preparar a sua liquidação ordenada com salvaguarda do interesse público e manutenção da estabilidade financeira – neste último caso, denominadas de medidas de resolução.

O referido Decreto-Lei estabelece a criação de um Fundo de Resolução, cujo objecto consiste, precisamente, em prestar apoio financeiro à aplicação de medidas de resolução.

De acordo com o regime jurídico da resolução, a participação no Fundo de Resolução é obrigatória no caso das instituições de crédito com sede em Portugal, ficando as mesmas instituições de crédito abrangidas por diversas obrigações de reporte ao Banco de Portugal.

O Fundo de Resolução é financiado pelas instituições financeiras, nomeadamente por via de contribuições iniciais e periódicas das instituições participantes e pela afectação ao Fundo das receitas provenientes da contribuição sobre o sector bancário, para além de outros meios de financiamento complementares.

Conforme o estabelecido no Decreto-Lei n.º 24/2013, no exercício de 2013 a CCAM entregou ao Fundo de Resolução uma contribuição inicial no montante de 5.000 euros.

Em relação à contribuição periódica, a taxa base aplicável em 2013 é de 0,015%, sendo a respectiva contribuição paga, de 3.365 euros.

### **B14 - ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS**

A CCAM segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, nomeadamente no que se refere ao reconhecimento contabilístico dos juros das operações activas e passivas que são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou cobrança.

### **B15 – OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA**

A compra e a venda de notas e moedas estrangeiras são convertidas para euros com base na taxa de câmbio no dia da operação; as existências no final do ano foram convertidas para euros com base no câmbio médio à vista de referência à data de 31 de Dezembro de 2013, divulgados pelo Banco Central Europeu e pelo *Banco de Portugal*. As restantes operações em moeda estrangeira, são realizadas por uma instituição bancária em regime de comissão (prestação de serviços).



## **B16 – PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS FILIAIS E ASSOCIADAS**

As participações financeiras podem ser consideradas empresas filiais, sempre que a CCAM detém o controlo ou o poder para o controlo da gestão da entidade, ou empresas associadas, aquelas em que a CCAM exerce directa ou indirectamente uma influência significativa sobre a sua gestão mas não detém o controlo da empresa. Presume-se que existe influência significativa quando a participação no capital é igual ou superior a 20%.

## **B17 – CAIXA E SEUS EQUIVALENTES**

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, a CCAM considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas de “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

## **NOTA 2 – MARGEM FINANCEIRA**

O valor desta rubrica é composto por:

|  | 31-12-2013        | 31-12-2012        |
|--|-------------------|-------------------|
| <b>Juros e Rendimentos Similares</b>                               |                   |                   |
| Juros de disponibilidades em Bancos Centrais                       | 17,158            | 28,240            |
| Juros de disponibilidades e aplicações em Instituições Financeiras | 5,440,136         | 9,821,386         |
| Juros de Crédito   | 4,980,039         | 5,996,408         |
| Juros de Activos Financeiros disponíveis para Venda                | 2,289,247         | 2,466,875         |
| Juros de Investimentos Detidos Até à Maturidade                    | 2,013,570         | 0                 |
| Outros Juros e Rendimentos Similares                               | 361,787           | 1                 |
|  | <b>15,101,937</b> | <b>18,312,910</b> |
| <b>Juros e Encargos Similares</b>                                  |                   |                   |
| Juros de Recursos de Bancos Centrais e Instituições de Crédito     | 399               | 881               |
| Juros de Depósitos de Clientes                                     | 4,866,554         | 5,254,557         |
| Outros Juros e Encargos Similares                                  | 231,198           | 150,522           |
|  | <b>5,098,151</b>  | <b>5,405,960</b>  |
| <b>Margem Financeira</b>   | <b>10,003,786</b> | <b>12,906,950</b> |

## **NOTA 3 – RENDIMENTO DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL**

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

|  | 31-12-2013    | 31-12-2012    |
|--|---------------|---------------|
| Activos Financeiros Disponíveis para Venda | 11,890        | 14,500        |
|  | <b>11,890</b> | <b>14,500</b> |



## NOTA 4 – RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

|   | 31-12-2013       | 31-12-2012       |
|---|------------------|------------------|
| <b>Rendimentos de Serviços e Comissões</b>      |                  |                  |
| Por garantias prestadas                         | 74.931           | 80.274           |
| Por serviços bancários prestados                | 1.004.299        | 997.412          |
| Por operações realizadas por conta de terceiros | 198.402          | 158.086          |
| Outras comissões recebidas                      | 31.845           | 30.671           |
|   | <b>1.309.477</b> | <b>1.266.443</b> |
| <b>Encargos com Serviços e Comissões</b>        |                  |                  |
| Por serviços bancários prestados por terceiros  | 359.627          | 333.498          |
| Por operações realizadas por terceiros          | 0                | 0                |

## NOTA 5 – RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

|                               | 31-12-2013 |                |                 | 31-12-2012 |               |                |
|-------------------------------|------------|----------------|-----------------|------------|---------------|----------------|
|                               | Proveitos  | Custos         | Resultado       | Proveitos  | Custos        | Resultado      |
| <b>Instrumentos de Dívida</b> |            |                |                 |            |               |                |
| De Dívida Pública             |            |                |                 |            |               |                |
| Títulos de Dívida Pública     | 0          | 402,658        | -402,658        | 0          | 25,917        | -25,917        |
|                               | <b>0</b>   | <b>402,658</b> | <b>-402,658</b> | <b>0</b>   | <b>25,917</b> | <b>-25,917</b> |

## NOTA 6 – RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

|                                   | 31-12-2013    |              |               | 31-12-2012    |              |               |
|-----------------------------------|---------------|--------------|---------------|---------------|--------------|---------------|
|                                   | Proveitos     | Custos       | Resultado     | Proveitos     | Custos       | Resultado     |
| <b>Reavaliação Cambial</b>        |               |              |               |               |              |               |
| Ganhos/Perdas Diferenças Cambiais | 18,073        | 3,453        | 14,620        | 19,284        | 3,064        | 16,220        |
|                                   | <b>18,073</b> | <b>3,453</b> | <b>14,620</b> | <b>19,284</b> | <b>3,064</b> | <b>16,220</b> |



## NOTA 7 – RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

|  | 31-12-2013   |          |              | 31-12-2012   |               |                |
|--|--------------|----------|--------------|--------------|---------------|----------------|
|  | Proveitos    | Custos   | Resultado    | Proveitos    | Custos        | Resultado      |
| <b>Alienação de Outros Activos</b>     |              |          |              |              |               |                |
| Activos Não Correntes Detidos p/ Venda | 3,500        | 0        | 3,500        | 4,627        | 89,744        | -85,117        |
| Outros Activos Tangíveis               | 1,171        | 0        | 1,171        | 2,581        | 0             | 2,581          |
|  | <b>4,671</b> | <b>0</b> | <b>4,671</b> | <b>7,208</b> | <b>89,744</b> | <b>-82,536</b> |

## NOTA 8 – OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

|   | 31-12-2013     | 31-12-2012     |
|---|----------------|----------------|
| <b>Outros Proveitos Operacionais</b>          |                |                |
| Outros Ganhos e Rendimentos Operacionais      |                |                |
| Reembolso de Despesas                         | 83,781         | 91,908         |
| Recuperação de Créditos, Juros e Despesas     | 170,866        | 113,848        |
| Rendimentos da Prestação de Serviços Diversos | 17,842         | 18,875         |
| Outros  | 469,041        | 266,753        |
|   | <b>741,530</b> | <b>491,384</b> |
| <b>Outros Custos Operacionais</b>             |                |                |
| Impostos Directos e Indirectos                | 28,351         | 28,932         |
| Quotizações e Donativos                       | 123,221        | 139,712        |
| Contribuições para o FGD                      | 79,697         | 80,764         |
| Outros Encargos e Gastos Operacionais         | 89,215         | 38,404         |
|   | <b>320,484</b> | <b>287,812</b> |
|   | <b>421,046</b> | <b>203,572</b> |



## NOTA 9 – CUSTOS COM O PESSOAL

O valor desta rubrica é composto por:

|  | 31-12-2013       | 31-12-2012       |
|--|------------------|------------------|
| <b>Vencimentos e Salários</b>                |                  |                  |
| Remuneração Órgãos de Gestão e Fiscalização  | 415,918          | 350,468          |
| Remuneração Empregados                       | 3,007,617        | 3,012,572        |
| <b>Encargos Sociais Obrigatórios</b>         |                  |                  |
| Segurança Social                             | 685,017          | 709,932          |
| SAMS   | 157,011          | 151,753          |
| Fundo de Pensões                             | 41,220           | 4,755            |
| Outros Encargos Obrigatórios                 | 23,024           | 30,768           |
| <b>Outros Custos com o Pessoal</b>           |                  |                  |
| Serviços Clínicos                            | 4,600            | 4,600            |
| Contribuições para Associações de Empregados | 16,000           | 16,000           |
| Outros                                       | 43,173           | 52,683           |
|  | <b>4,393,580</b> | <b>4,333,531</b> |

## NOTA 10 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

|                                      | 31-12-2013       | 31-12-2012       |
|--------------------------------------|------------------|------------------|
| Água, Energia e Combustíveis         | 148,256          | 140,267          |
| Material de Consumo Corrente         | 66,155           | 60,666           |
| Publicações                          | 2,539            | 3,012            |
| Material de Higiene e Limpeza        | 1,966            | 3,478            |
| Outros Fornecimentos de Terceiros    | 15,587           | 16,333           |
| Rendas e Alugueres                   | 20,724           | 25,380           |
| Comunicações                         | 255,144          | 263,510          |
| Deslocações, Estadas e Representação | 47,442           | 52,086           |
| Publicidade e Edição de Publicações  | 35,851           | 47,981           |
| Conservação e Reparação              | 264,761          | 286,613          |
| Transportes                          | 19,319           | 17,365           |
| Formação de Pessoal                  | 12,142           | 17,629           |
| Seguros                              | 30,847           | 28,472           |
| <b>Serviços Especializados</b>       |                  |                  |
| Avenças e Honorários                 | 73,737           | 73,471           |
| Judiciais, Contencioso e Notariado   | 95,102           | 54,956           |
| Informática                          | 404,272          | 463,606          |
| Segurança e Vigilância               | 31,139           | 33,424           |
| Limpeza                              | 85,714           | 77,806           |
| Informações                          | 0                | 368              |
| Outros Serviços Especializados       | 211,988          | 217,698          |
| Outros Serviços de Terceiros         | 135,595          | 146,276          |
|                                      | <b>1,958,280</b> | <b>2,030,397</b> |

**NOTA 11 – PROVISÕES LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES**

Esta rubrica apresenta a decomposição seguinte:

|                                     | 31-12-2013     | 31-12-2012     |
|-------------------------------------|----------------|----------------|
| Dotações                            | 38,023         | 39,903         |
| Reversões                           | 120,113        | 95,643         |
| <b>Saldo (Dotações - Reversões)</b> | <b>-82,090</b> | <b>-55,740</b> |

**NOTA 12 – CORRECÇÕES DE VALOR ASSOCIADAS AO CRÉDITO A CLIENTES E VALORES A RECEBER DE OUTROS DEVEDORES (LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES)**

O valor desta rubrica apresenta a seguinte variação:

|                                     | 31-12-2013     | 31-12-2012     |
|-------------------------------------|----------------|----------------|
| Dotações                            | 2,519,018      | 2,064,880      |
| Reversões                           | 1,531,471      | 1,616,965      |
| <b>Saldo (Dotações - Reversões)</b> | <b>987,547</b> | <b>447,915</b> |

**NOTA 13 – CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS**

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

|   | 31-12-2013       | 31-12-2012       |
|---|------------------|------------------|
| <b>Caixa</b>                                | <b>2,471,933</b> | <b>3,095,536</b> |
| <b>Depósitos à Ordem em Bancos Centrais</b> |                  |                  |
| Banco de Portugal                           | 3,237,205        | 3,467,406        |
|   | <b>5,709,138</b> | <b>6,562,942</b> |

A rubrica Depósitos à Ordem em Bancos Centrais – Banco de Portugal inclui depósitos de carácter obrigatório, que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa.

**NOTA 14 – DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO**

O valor desta rubrica é composto por:

|  | 31-12-2013       | 31-12-2012       |
|--|------------------|------------------|
| <b>Disponibilidade em Outras Instituições de Crédito no País</b> |                  |                  |
| Depósitos à ordem  | 2,330,734        | 3,096,481        |
| Cheques a Cobrar   | 1,172,664        | 1,268,741        |
|  | <b>3,503,398</b> | <b>4,365,222</b> |



## NOTA 15 – ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

| 31-12-2013                     |                   |                   |                |                        |                  |            |                   |
|--------------------------------|-------------------|-------------------|----------------|------------------------|------------------|------------|-------------------|
|                                | Valor Nominal     | Valor Mercado     | Juros corridos | Reserva de Justo Valor |                  | Imparidade | Valor Balanço     |
|                                |                   |                   |                | Positiva               | Negativa         |            |                   |
| <b>Instrumentos de Dívida</b>  |                   |                   |                |                        |                  |            |                   |
| De Dívida Pública              |                   |                   |                |                        |                  |            |                   |
| Títulos de Dívida Pública      | 45,154,441        | 43,851,095        | 732,806        | 1,494,607              | 1,743,791        |            | 44,583,901        |
| <b>Instrumentos de Capital</b> |                   |                   |                |                        |                  |            |                   |
| Participações Financeiras      |                   |                   |                |                        |                  |            |                   |
| Acções                         | 50,125            | 1,212,662         |                |                        |                  |            | 1,212,662         |
| Outras                         |                   |                   |                |                        |                  |            |                   |
|                                | <b>45,204,566</b> | <b>45,063,757</b> | <b>732,806</b> | <b>1,494,607</b>       | <b>1,743,791</b> | <b>0</b>   | <b>45,796,563</b> |

| 31-12-2012                     |                   |                   |                |                        |                  |            |                   |
|--------------------------------|-------------------|-------------------|----------------|------------------------|------------------|------------|-------------------|
|                                | Valor Nominal     | Valor Mercado     | Juros corridos | Reserva de Justo Valor |                  | Imparidade | Valor Balanço     |
|                                |                   |                   |                | Positiva               | Negativa         |            |                   |
| <b>Instrumentos de Dívida</b>  |                   |                   |                |                        |                  |            |                   |
| De Dívida Pública              |                   |                   |                |                        |                  |            |                   |
| Títulos de Dívida Pública      | 56,404,441        | 53,568,437        | 902,465        | 1,122,907              | 3,307,406        |            | 54,470,902        |
| <b>Instrumentos de Capital</b> |                   |                   |                |                        |                  |            |                   |
| Participações Financeiras      |                   |                   |                |                        |                  |            |                   |
| Acções                         | 50,125            | 1,212,662         |                |                        |                  |            | 1,212,662         |
| Outras                         |                   |                   |                |                        |                  |            |                   |
|                                | <b>56,454,566</b> | <b>54,781,099</b> | <b>902,465</b> | <b>1,122,907</b>       | <b>3,307,406</b> | <b>0</b>   | <b>55,683,564</b> |

## NOTA 16 – APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O valor desta rubrica é composto por:

|  | 31-12-2013         | 31-12-2012         |
|--|--------------------|--------------------|
| <b>Aplicações em Instituições de Crédito no País</b> |                    |                    |
| Depósitos  | 105,715,000        | 193,860,500        |
| <b>Juros e Rendimentos Similares</b>                 |                    |                    |
| Juros de Aplicações em Instituições de Crédito       | 458,750            | 1,793,843          |
|  | <b>106,173,750</b> | <b>195,654,343</b> |



## NOTA 17 – CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

|  | 31-12-2013         | 31-12-2012         |
|--|--------------------|--------------------|
| <b>Crédito Interno + Juros</b>                   |                    |                    |
| <b>Empresas e Administrações Públicas</b>        |                    |                    |
| Desconto e Outros Créditos Titulados Por Efeitos | 967,715            | 1,363,789          |
| Empréstimos                                      | 42,456,504         | 47,954,823         |
| Créditos em Conta Corrente                       | 7,567,870          | 7,853,664          |
| Descobertos em Depósitos à Ordem                 | 7,035              | 9,313              |
| <b>Particulares</b>                              |                    |                    |
| Habituação                                       | 44,563,024         | 45,344,789         |
| Consumo  | 3,616,266          | 3,946,842          |
| Outras Finalidades                               |                    |                    |
| Desconto e Outros Créditos Titulados Por Efeito  | 219,328            | 245,247            |
| Empréstimos                                      | 16,476,579         | 19,454,617         |
| Créditos em Conta Corrente                       | 1,118,024          | 1,455,952          |
| Descobertos em Depósitos à Ordem                 | 5,889              | 4,818              |
|  | <b>116,998,234</b> | <b>127,633,854</b> |
| <b>Crédito e Juros Vencidos</b>                  |                    |                    |
| <b>Empresas e Administrações Públicas</b>        | 11,834,282         | 13,320,137         |
| <b>Particulares</b>                              |                    |                    |
| Habituação                                       | 1,345,047          | 1,604,769          |
| Consumo  | 361,125            | 382,481            |
| Outras Finalidades                               | 4,086,826          | 4,599,433          |
| <b>Juros Vencidos a Regularizar</b>              | 8,801              | 67,314             |
|  | <b>17,636,081</b>  | <b>19,974,134</b>  |
| <b>Provisões Acumuladas</b>                      |                    |                    |
| Para Crédito de Cobrança Duvidosa                | -102,390           | -83,527            |
| Para Crédito Vencido                             | -14,514,996        | -13,977,867        |
|  | <b>-14,617,386</b> | <b>-14,061,394</b> |
|  | <b>120,016,929</b> | <b>133,546,594</b> |

Os movimentos ocorridos nas provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido, foram os seguintes:

|                      | 31-12-2013        | 31-12-2012        |
|----------------------|-------------------|-------------------|
| <b>Saldo Inicial</b> | <b>14,061,394</b> | <b>13,613,479</b> |
| Dotações             | 2,519,018         | 2,064,880         |
| Utilizações          | 431,555           | 0                 |
| Reversões            | 1,531,471         | 1,616,965         |
| <b>Saldo Final</b>   | <b>14,617,386</b> | <b>14,061,394</b> |

**NOTA 18 – INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE**

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

|                               | 31-12-2013         |                       |                  |                   |                 |            | Valor Balanço      |
|-------------------------------|--------------------|-----------------------|------------------|-------------------|-----------------|------------|--------------------|
|                               | Valor Nominal      | Valor Aquis. Ajustado | Juros corridos   | Desconto Imputado | Prémio Imputado | Imparidade |                    |
| <b>Instrumentos de Dívida</b> |                    |                       |                  |                   |                 |            |                    |
| De Dívida Pública             |                    |                       |                  |                   |                 |            |                    |
| Títulos de Dívida Pública     | 116,050,000        | 109,440,399           | 2,615,419        | 361,787           | 104,167         |            | 112,055,818        |
|                               | <b>116,050,000</b> | <b>109,440,399</b>    | <b>2,615,419</b> | <b>361,787</b>    | <b>104,167</b>  | <b>0</b>   | <b>112,055,818</b> |

Em 31 de Dezembro de 2012 não havia investimentos contabilizados nesta rubrica.

**NOTA 19 – ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA**

O valor desta rubrica é composto por:

|  | 31-12-2013       | 31-12-2012       |
|--|------------------|------------------|
| <b>Activos Não Correntes Detidos para Venda</b>            |                  |                  |
| Imóveis  | 7,362,876        | 6,198,687        |
| Outros Activos   | 5,738            | 5,738            |
| <b>Provisões para Imparidade - Activos Não Financeiros</b> |                  |                  |
| Activos Tangíveis Não Correntes Detidos p/ Venda           | -1,831,167       | -1,768,790       |
|  | <b>5,537,447</b> | <b>4,435,635</b> |

O movimento ocorrido nas provisões desta rubrica:

|                      | 31-12-2013       | 31-12-2012       |
|----------------------|------------------|------------------|
| <b>Saldo Inicial</b> | <b>1,768,790</b> | <b>1,099,335</b> |
| Dotações             | 124,345          | 735,301          |
| Utilizações          | 61,948           | 65,846           |
| Reversões            | 20               | 0                |
| <b>Saldo Final</b>   | <b>1,831,167</b> | <b>1,768,790</b> |



## NOTA 20 – OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

|                                   | 31-12-2013        | 31-12-2012        |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|
| <b>Imóveis</b>                    |                   |                   |
| De Serviço Próprio                | 12,667,286        | 12,667,286        |
| Obras em Imóveis Arrendados       | 135,877           | 135,877           |
| <b>Equipamento</b>                |                   |                   |
| Mobiliário e Material             | 892,773           | 892,896           |
| Máquinas e Ferramentas            | 357,813           | 386,830           |
| Equipamento Informático           | 2,158,863         | 2,642,735         |
| Instalações Interiores            | 409,001           | 400,439           |
| Material de Transporte            | 421,770           | 421,770           |
| Equipamento de Segurança          | 476,769           | 476,769           |
| Outro Equipamento                 | 958               | 958               |
| <b>Outros Activos Tangíveis</b>   |                   |                   |
| Diversos                          | 0                 | 0                 |
| Património Artístico              | 96,648            | 89,759            |
| <b>Activos Tangíveis em Curso</b> |                   |                   |
| Imóveis                           | 137,432           | 137,432           |
| Equipamento                       | 0                 | 0                 |
|                                   | <b>17,755,190</b> | <b>18,252,751</b> |
| <b>Amortizações Acumuladas</b>    |                   |                   |
| Imóveis                           | -2,513,996        | -2,285,221        |
| Equipamento                       | -4,523,152        | -4,911,519        |
| Outros Activos Tangíveis          | -52,215           | -42,481           |
|                                   | <b>-7,089,363</b> | <b>-7,239,221</b> |
|                                   | <b>10,665,827</b> | <b>11,013,530</b> |

O movimento desta rubrica foi o seguinte:

|                                    | Imóveis    | Equipamento | Outros<br>Activos<br>Tangíveis | Activos<br>Tangíveis em<br>Curso | Total      |
|------------------------------------|------------|-------------|--------------------------------|----------------------------------|------------|
| <b>Saldo Líquido a 31-Dez-2012</b> | 10,517,942 | 310,878     | 47,278                         | 137,432                          | 11,013,530 |
| Compras                            |            | 94,967      | 6,889                          |                                  | 101,856    |
| Abates (Líquido)                   |            | 649         |                                |                                  | 649        |
| Amortizações do Exercício          | 228,776    | 210,400     | 9,734                          |                                  | 448,910    |
| Transferências                     |            |             |                                |                                  | 0          |
| <b>Saldo Líquido a 31-Dez-2013</b> | 10,289,166 | 194,796     | 44,433                         | 137,432                          | 10,665,827 |

**NOTA 21 – ACTIVOS INTANGÍVEIS**

Esta rubrica decompõe-se como segue:

|  | 31-12-2013        | 31-12-2012        |
|--|-------------------|-------------------|
| <b>Outros Activos Intangíveis</b>          |                   |                   |
| Sistemas de Tratamento Automático de Dados | 1,819,194         | 1,819,194         |
| Outros Activos Intangíveis                 | 6,480             | 6,480             |
| Activos Intangíveis em Curso               | 6,548             | 6,548             |
|  | <b>1,832,222</b>  | <b>1,832,222</b>  |
| <b>Amortizações Acumuladas</b>             |                   |                   |
| Activos Intangíveis                        | -1,820,336        | -1,658,066        |
|  | <b>-1,820,336</b> | <b>-1,658,066</b> |
|  | <b>11,886</b>     | <b>174,156</b>    |

O movimento desta rubrica foi o seguinte:

|                                    | Sistemas de Tratamento Automático de Dados | Outros Activos Intangíveis | Activos Intangíveis em Curso | Total         |
|------------------------------------|--|----------------------------|------------------------------|---------------|
| <b>Saldo Líquido a 31-Dez-2012</b> | 167,608                                    | 0                          | 6,548                        | 174,156       |
| Compras                            |  |                            |                              | 0             |
| Abates (Líquido)                   |  |                            |                              | 0             |
| Amortizações do Exercício          | 162,270                                    |                            |                              | 162,270       |
| Transferências                     |  |                            |                              | 0             |
| <b>Saldo Líquido a 31-Dez-2013</b> | <b>5,338</b>                               | <b>0</b>                   | <b>6,548</b>                 | <b>11,886</b> |

**NOTA 22 – INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS**

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

|  | 31-12-2013   | 31-12-2012   |
|--|--------------|--------------|
| Investimentos em Associadas                | 1,250        | 1,250        |
| Investimentos em Empreendimentos Conjuntos | 1,250        | 1,250        |
|  | <b>2,500</b> | <b>2,500</b> |



## NOTA 23 – OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

|   | 31-12-2013     | 31-12-2012     |
|---|----------------|----------------|
| <b>Devedores e Outras Aplicações</b>                |                |                |
| Aplicações Diversas                                 | 0              | 0              |
| Devedores Diversos                                  | 210,382        | 193,062        |
| <b>Outros Activos</b>                               |                |                |
| Outros Metais Preciosos, Numismática e Medalhística | 0              | 77             |
| <b>Rendimentos a Receber</b>                        |                |                |
| Outros Rendimentos a Receber                        | 3,162          | 3,312          |
| <b>Despesas com Encargo Diferido</b>                |                |                |
| Outras Despesas com Encargo Diferido                | 286,204        | 370,062        |
| <b>Responsab. com Pensões e Outros Benefícios</b>   |                |                |
| Resp. c/ Pensões Outros Benefícios (saldo devedor)  | 92,312         | 0              |
| <b>Outras Contas de Regularização</b>               |                |                |
| Outras Operações a Regularizar                      | 293,421        | 268,611        |
|   | <b>885,481</b> | <b>835,124</b> |

Nas Despesas com Encargo Diferido estão incluídos os Encargos Diferidos com o *SAMS* ainda não reconhecidos em resultados, cujo saldo em 31-12-2013 se cifrava em 191.816 euros (255.755 euros em 31-12-2012), conforme explicado atrás na Nota B10.3.

Em relação às responsabilidades com pensões e outros benefícios, o saldo global, por ter natureza devedora, é apresentado nesta rubrica, e resulta do valor patrimonial do fundo de pensões de 1.384.472 euros, deduzido do valor das responsabilidades totais, no montante de 1.292.160 euros.

Com a implementação em 1 de Janeiro de 2013 das alterações decorrentes da revisão da IAS 19, os desvios actuariais por amortizar, apurados à data de 31 de Dezembro de 2012, no montante de 482.845 euros, foram transferidos para uma rubrica do rendimento integral "reservas de reavaliação".

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência e respectivos encargos pós-reforma com o serviço de assistência médico-social (*SAMS*), apresentadas nesta rubrica, estão cobertas pelo Fundo de Pensões do Crédito Agrícola, do qual é Associada a CCAM de Leiria, e que se encontra sob a gestão da Crédito Agrícola Vida – Companhia de Seguros, S.A..

No final do exercício de 2008, as responsabilidades com cuidados médicos pós-emprego (*SAMS*) passaram a ser financiadas através do Fundo de Pensões. De acordo com a cláusula 116.<sup>a</sup> do acordo colectivo de trabalho (ACT), constituem contribuições obrigatórias das instituições de crédito para o *SAMS* a verba correspondente a 6,5% das pensões de reforma e sobrevivência.

A avaliação actuarial contempla os trabalhadores no activo, licenças sem vencimento, pré-reformados, reformados e pensionistas, e os benefícios a atribuir pelo Plano de Pensões, são os definidos no Acordo Colectivo de Trabalho das Instituições do Crédito Agrícola Mútuo (ICAM). De acordo com as Cláusulas 109.º, 110.º e 111.º do ACT, os participantes ao abrigo deste Plano terão direito a uma pensão de invalidez ou velhice, em função do nível e diuturnidades, calculados e actualizados com base na totalidade do tempo de serviço prestado até à data do evento.



Em 31 de Dezembro de 2013, a população da CCAM de Leiria, abrangida, distribuía-se de acordo com o seguinte quadro:

| Trabalhadores no Activo e Licenças sem Vencimento |             |
|---|-------------|
| Número de participantes                           | 104         |
| Idade média                                       | 45.5        |
| Antiguidade média na banca                        | 19.9        |
| Salário médio anual                               | 27,628 €    |
| Folha anual de salários                           | 2,873,364 € |
| Reformados e Pensionistas                         |             |
| Número de beneficiários                           | 12          |
| Idade média                                       | 70.9        |
| Pensão média anual a cargo do Fundo               | 1,270 €     |

Na avaliação actuarial, foram considerados os seguintes pressupostos financeiros e demográficos:

| Pressupostos Financeiros  |            |
|---|------------|
| Taxa de crescimento salarial futura   | 1.65%      |
| Taxa de crescimento do Salário Mínimo Nacional  | 1.75%      |
| Taxa de desconto para trabalhadores no activo e licenças sem vencimento com idade actuarial inferior a 55 anos          | 4.25%      |
| Taxa de desconto para trabalhadores no activo e licenças sem vencimento com idade actuarial igual ou superior a 55 anos | 4.00%      |
| Taxa de desconto para pré-reformados, reformados e pensionistas   | 3.50%      |
| Taxa de crescimento das pensões   | 1.40%      |
| Taxa de revalorização de salários para a Seg. Social (n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 187/2007)                 | 1.46%      |
| Taxa de revalorização de salários para a Seg. Social (n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 187/2007)                 | 1.40%      |
| Pressupostos Demográficos   |            |
| Tábua de mortalidade  | TV - 88/90 |
| Tábua de invalidez  | EVK 80     |
| Idade normal de reforma   | 65 anos    |

Na determinação da pensão da Segurança Social, tomou-se, como crescimento salarial para a carreira contributiva passada, o do Índice de Preços no Consumidor Sem Habitação.

Para efeito da presente avaliação actuarial, considerou-se que a esperança média de vida aos 65 anos aumenta um ano em cada período de dez anos.

Para estimação da pensão a cargo do Fundo, utilizou-se a tabela do ACT das Instituições do Crédito Agrícola, com as promoções obrigatórias por antiguidade, de acordo com a cláusula 15.ª do ACT, bem como as diuturnidades até à aposentação, definidas na cláusula 81.ª do mesmo documento.

O método de cálculo utilizado para as responsabilidades com pensões diferidas de velhice e sobrevivência, foi o do *Projected Unit Credit*.

Em 31 de Dezembro de 2013, o valor actual das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência e com o pagamento dos encargos pós-emprego com o SAMS na parte que cabe ao empregador (6,5% das pensões totais), referente aos trabalhadores no activo e licenças sem vencimento foi o que seguidamente se indica:



## Valor Actual das Responsabilidades em 31-12-2013

|                       |                  |
|-----------------------|------------------|
| Por Serviços Passados | 963,770          |
| Por Serviços Futuros  | 812,275          |
|                       | <b>1,776,045</b> |

Relativamente às responsabilidades com pensões em pagamento aos actuais reformados e pensionistas, o valor das responsabilidades totais, incluindo as responsabilidades com o pagamento dos encargos com o *SAMS*, ascendem a 328.392 euros.

Verificou-se um acréscimo anual de responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência referente a esta Caixa, conforme a seguir se apresenta:

## Responsabilidades com Pensões de Reforma e Sobrevivência

|   |              |
|---|--------------|
| (+) Custo do serviço corrente   | 50,845       |
| (+) Custo dos juros líquido "Net Interest"                              | -235         |
| (+/-) Ganhos e perdas actuariais  | -47,993      |
| (+) Acréscimos de responsabilidades resultantes de reformas antecipadas | 0            |
| <b>Acréscimo Anual de Responsabilidades</b>                             | <b>2,617</b> |

Conforme já foi referido, com a entrada em vigor das alterações à IAS 19, o ganho actuarial verificado neste exercício, no montante de 47.993 euros, foi totalmente reconhecido na rubrica do rendimento integral "reservas de reavaliação".

O movimento ocorrido durante o exercício de 2013 relativo ao valor actual das responsabilidades por serviços passados, foi o seguinte:

|   |                  |
|---|------------------|
| <b>Responsabilidades Totais em 31-12-2012</b>                           | <b>1,257,133</b> |
| (+) Custo do serviço corrente   | 50,845           |
| (+) Custo dos juros   | 58,325           |
| (+/-) Ganhos e perdas actuariais nas responsabilidades                  | -45,704          |
| (+) Acréscimos de responsabilidades resultantes de reformas antecipadas | 0                |
| (-) Pensões pagas pelo fundo de pensões                                 | 15,137           |
| (-) SAMS pago pelo fundo de pensões                                     | 13,302           |
| <b>Responsabilidades Totais em 31-12-2013</b>                           | <b>1,292,160</b> |



Em relação à quota-parte do fundo de pensões referente à CCAM de Leiria, o movimento ocorrido durante o exercício de 2013, foi o que se indica a seguir:

|   |                  |
|---|------------------|
| <b>Valor da quota-parte do fundo de pensões em 31-12-2012</b> | <b>1,287,785</b> |
| (+) Contribuições efectuadas                                  | 40,809           |
| Pela CCAM de Leiria   | 0                |
| Pelos empregados  | 40,809           |
| (+) Capitais recebidos de seguro                              | 30,922           |
| (+) Rendimento dos activos do fundo de pensões (líquido)      | 60,849           |
| (-) Prémios de seguros pagos                                  | 31,419           |
| (+) Participação de resultados no seguro                      | 23,965           |
| (-) Pensões pagas pelo fundo de pensões                       | 15,137           |
| (-) SAMS pago pelo fundo de pensões                           | 13,302           |
| <b>Valor da quota-parte do fundo de pensões em 31-12-2013</b> | <b>1,384,472</b> |

O valor das responsabilidades por amortizar em 31-12-2013 era de 208.537 euros (172.772 euros referentes a serviços passados e 35.765 euros referentes a reformados e pensionistas). Deste modo, de acordo com o Aviso n.º 12/2001 do Banco de Portugal (com os serviços passados de pessoal no activo financiados a um nível mínimo de 95%, sem prejuízo do cumprimento dos níveis mínimos de solvência determinados pelo Instituto de Seguros de Portugal), o valor das responsabilidades por serviços passados a reconhecer em 31 de Dezembro de 2013, era de 1.044.074 euros.

Assim, nesta data e para os parâmetros em vigor, o nível de financiamento global da quota-parte desta Caixa cifra-se em 107,1% enquanto que o nível de financiamento de acordo com o Aviso n.º 12/2001 atinge os 132,6%.

## NOTA 24 – RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica decompõe-se como segue:

|   | 31-12-2013     | 31-12-2012     |
|---|----------------|----------------|
| <b>Recursos de Outras Instituições de Crédito</b> |                |                |
| Depósitos à Ordem                                 | 203,256        | 127,274        |
| Depósitos a Prazo                                 | 0              | 0              |
| Outros Recursos                                   | 0              | 0              |
|   | <b>203,256</b> | <b>127,274</b> |



## NOTA 25 – RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

|                                    | 31-12-2013         | 31-12-2012         |
|------------------------------------|--------------------|--------------------|
| <b>Depósitos de Residentes</b>     |                    |                    |
| Do Sector Público Administrativo   |                    |                    |
| Depósitos à Ordem                  | 4,142,410          | 2,557,494          |
| Depósitos a Prazo                  | 715,198            | 2,717,217          |
| De Emigrantes                      |                    |                    |
| Depósitos à Ordem                  | 897,515            | 967,927            |
| Depósitos a Prazo                  | 6,742,617          | 7,061,769          |
| De Outros Residentes               |                    |                    |
| Depósitos à Ordem                  | 78,465,798         | 77,600,201         |
| Depósitos a Prazo                  | 211,410,894        | 216,019,735        |
| Depósitos de Poupança              |                    |                    |
| Poupança Reformados                | 28,695,352         | 28,749,492         |
| Poupança Outros                    | 295,989            | 324,530            |
| Outros                             | 8,108,798          | 7,800,101          |
| <b>Outros Recursos de Clientes</b> |                    |                    |
| Cheques e Ordens a Pagar           | 148,332            | 49,367             |
|                                    | <b>339,622,903</b> | <b>343,847,833</b> |

## NOTA 26 – PROVISÕES

O valor desta rubrica é composto por:

|                            | Provisão para<br>Riscos Gerais<br>de Crédito | Provisão para<br>Garantias e<br>Compromissos<br>Assumidos | Total     |
|----------------------------|--|---|-----------|
| <b>Saldo a 31-Dez-2012</b> | 1,125,405                                    | 217,338   | 1,342,743 |
| Dotações                   | 38,023                                       | 0   | 38,023    |
| Utilizações                | 0  | 0   | 0         |
| Reversões                  | 120,113                                      | 0   | 120,113   |
| <b>Saldo a 31-Dez-2013</b> | 1,043,315                                    | 217,338   | 1,260,653 |



## NOTA 27 – OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

|   | 31-12-2013 | 31-12-2012 |
|---|------------|------------|
| <b>Credores e Outros Recursos</b>                               |            |            |
| Recursos Diversos   | 1.815.463  | 1.815.462  |
| Sector Público Administrativo                                   | 313.896    | 325.177    |
| Cobranças por Conta de Terceiros                                | 5.443      | 5.281      |
| Contribuições para Outros Sistemas de Saúde                     | 13.592     | 13.167     |
| Credores Diversos   | 1.907.827  | 2.104.643  |
| <b>Responsabilidades com Pensões e Outros Benefícios</b>        |            |            |
| Responsabilidades c/ Pensões e Outros Benefícios (saldo credor) | 0          | 452.193    |
| <b>Receitas Com Rendimento Diferido</b>                         |            |            |
| Outras Receitas c/ Rendimento Diferido (s/ crédito)             | 5.587      | 6.068      |
| <b>Encargos a Pagar</b>   |            |            |
| Outros Encargos a Pagar   |            |            |
| Por Gastos com Pessoal  |            |            |
| Rem. Órgãos Gestão e Fiscalização                               | 67.856     | 62.441     |
| Remunerações de Empregados                                      | 470.146    | 464.100    |
| Outros Gastos c/ Pessoal - Prémios de Antiguidade               | 548.254    | 561.347    |
| <b>Outras Contas de Regularização</b>                           |            |            |

As componentes mais significativas desta rubrica são os Recursos Diversos e os Credores Diversos, e o seu elevado montante está relacionado com a aquisição de bens sitos em Paredes de Vitória, que eram de Soares & Barosa, Lda., no âmbito do processo de insolvência da referida sociedade, que se encontram registados na rubrica Activos Não Correntes Detidos para Venda (Ver Nota 19), e a posterior celebração de contratos-promessa de compra e venda com os promitentes-compradores.

Assim, em 31-12-2013, nos Recursos Diversos está incluído o montante de 1.814.500 euros (1.814.500 euros também em 2012), referente a uma caução bancária a favor da Massa Falida de Soares & Barosa, Lda., em resultado da aquisição dos bens anteriormente referidos, que corresponde à parte do preço não depositada, por dispensa conforme despacho nos autos. Nos Credores Diversos está incluído o montante de 1.718.035 euros (1.718.035 euros também em 2012) referente a adiantamentos recebidos nos termos dos contratos-promessa de compra e venda relativos aos mesmos imóveis, já celebrados com os promitentes-compradores.

## NOTA 28 – CAPITAL

Esta rubrica apresenta a seguinte variação:

|                                 | Incorporação de<br>reservas | Entradas/Saídas<br>de Sócios | Total             |
|---------------------------------|-----------------------------|------------------------------|-------------------|
| <b>Saldo em 31-Dez-2011</b>     | <b>36,000,000</b>           | <b>1,112,055</b>             | <b>37,112,055</b> |
| Emissão de títulos de capital   | 3,000,000                   | 18,000                       | 3,018,000         |
| Reembolso de títulos de capital |                             | -28,845                      | -28,845           |
| <b>Saldo em 31-Dez-2012</b>     | <b>39,000,000</b>           | <b>1,101,210</b>             | <b>40,101,210</b> |
| Emissão de títulos de capital   |                             | 18,000                       | 18,000            |
| Reembolso de títulos de capital |                             | -41,430                      | -41,430           |
| <b>Saldo em 31-Dez-2013</b>     | <b>39,000,000</b>           | <b>1,077,780</b>             | <b>40,077,780</b> |



O montante relativo às emissões de Capital Especial/Extraordinário, foi reclassificado devido à aplicação das NCA, apresentando-se agora na rubrica do passivo "Instrumentos Representativos de Capital", sendo o seu valor nominal em 31-12-2013 de 4.738.575 euros, ascendendo os respectivos juros decorridos a 127.031 euros.

Em 31 de Dezembro de 2013, o capital da *CCAM LEIRIA, C.R.L.* encontra-se disperso por 12.409 associados, não existindo nenhum associado a deter mais de 35.000 euros (7.000 títulos de capital) no capital da *CCAM*.

## NOTA 29 – RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

| Reservas de Reavaliação          |  |                                |                                |                                 |            |
|----------------------------------|--|--------------------------------|--------------------------------|---------------------------------|------------|
|                                  | Reservas de Reavaliação ao Justo Valor | Reservas de Reavaliação Legais | Outras Reservas de Reavaliação | Reservas por Impostos Diferidos | Total      |
| <b>Saldo Final a 31-Dez-2012</b> | -2,604,485                             | 546,739                        | 0                              | 560,602                         | -1,497,144 |
| Constituições                    | -1,501,002                             | 0                              | 530,838                        | -91,067                         | -1,061,231 |
| Anulações                        | 3,436,317                              | 4,279                          | 0                              | -425,395                        | 3,015,201  |
| Transferências                   | 0                                      | 0                              | 0                              | 0                               | 0          |
| <b>Saldo Final a 31-Dez-2013</b> | -669,170                               | 551,018                        | 530,838                        | 44,140                          | 456,826    |

| Outras Reservas                  |               |                  |  |                         |            |
|----------------------------------|---------------|------------------|--|-------------------------|------------|
|                                  | Reserva Legal | Reserva Especial | Reserva para Formação e Educação Cooperativa | Reserva para Mutualismo | Total      |
| <b>Saldo Final a 31-Dez-2012</b> | 14,500,000    | 174,109          | 18,000                                       | 25,000                  | 14,717,109 |
| Constituições                    | 3,500,000     | 634,248          | 1,000  | 1,000                   | 4,136,248  |
| Anulações                        | 0             | 0                | 0  | 0                       | 0          |
| Transferências                   | 0             | 0                | 0  | 0                       | 0          |
| <b>Saldo Final a 31-Dez-2013</b> | 18,000,000    | 808,357          | 19,000                                       | 26,000                  | 18,853,357 |

| Resultados Transitados  |         |
|---|---------|
| <b>Saldo Final a 31-Dez-2012</b>  | -72,405 |
| Cobertura do Saldo Negativo do Exercício Anterior através dos Resultados Líquidos | 72,405  |
| Regularização de Excedentes em Passivos por Impostos Diferidos                    | -4,279  |
| Parte do Impacto da Transição para a IAS 19 referente ao Fundo de Pensões         | -10,718 |
| Parte do Impacto da Transição para a IAS 19 referente aos Encargos com o SAMS     | -63,939 |
| Regularização de Excedentes em Activos por Impostos Diferidos                     | 158     |
| <b>Saldo Final a 31-Dez-2013</b>  | -78,778 |



## NOTA 30 – IMPOSTO CORRENTE SOBRE OS LUCROS

Em 31 de Dezembro de 2013 o imposto corrente sobre os lucros e as correspondentes derramas, foram calculados de acordo com as disposições do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC), o Estatuto dos Benefícios Fiscais, a Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, e outros incentivos e benefícios fiscais, na parte aplicável, apurando-se o montante de 1.289.488 euros, conforme detalhe seguinte:

|  | 31-Dez-13        | 31-Dez-12        |
|--|------------------|------------------|
| <b>Lucro contabilístico antes de impostos</b>                                      | <b>3,005,781</b> | <b>5,744,532</b> |
| *Lucro tributável imputado por ACE   | 0                | 0                |
| *Reintegrações e amortizações não aceites  | 9,734            | 13,731           |
| *Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais                          | 2,188,045        | 1,866,438        |
| *Donativos não previstos ou além dos limites legais                                | 1,800            | 1,125            |
| *Multas e penalidades  | 0                | 0                |
| *Menos-valias contabilísticas  | 0                | 0                |
| *Mais-valias fiscais   | 563              | 1,290            |
| *40% aumento das reintegrações resultantes de reavaliações                         | 10,233           | 10,233           |
| *Correcções relativas a exercícios anteriores                                      | 35,214           | 10               |
| *Prémios de Antiguidade (Art.º 18.º, n.º 12 e Art.º 23.º)                          | 0                | 52,601           |
| *Realizações de utilidade social não dedutíveis                                    | 0                | 4,755            |
| *Alterações na mensuração de activos (Art.º 5.º, n.ºs 1, 5 e 6 do DL n.º 159/2009) | 0                | 59,856           |
| *Diferença positiva entre VPT definitivo do imóvel e o valor do contrato de venda  | 93,782           | 18,430           |
| *Contribuição sobre o sector bancário (Art.º 45.º, n.º 1, alínea o))               | 14,022           | 12,836           |
| *Variação patrimonial por reconhecimento ganhos e perdas actuariais em reservas    | 530,838          | 0                |
| *Variação patrimonial referente Resp. c/ Fundo Pensões/SAMS (Art.º 43.º, n.º 13)   | -61,660          | 0                |
| *Prejuízo fiscal imputado por ACE  | 0                | 0                |
| *Redução de provisões tributadas   | -1,344,442       | -84,160          |
| *Mais-valias contabilísticas   | -1,171           | -2,581           |
| *Menos-valias fiscais  | 0                | 0                |
| *Diferença positiva entre o VPT definitivo do imóvel e o custo de aquisição        | -520             | 0                |
| *Benefícios fiscais  | -33,030          | -39,726          |
| *Prémios de Antiguidade (Art.º 18.º, n.º 12 e Art.º 23.º)                          | 0                | 0                |
| *Alterações na mensuração de activos (Art.º 5.º, n.ºs 1, 5 e 6 do DL n.º 159/2009) | 0                | 0                |
| *Pagamento de reformas antecipadas/SAMS (Art.º 18.º, n.º 12 e Art.º 23.º)          | -13,093          | -364             |
| <b>Prejuízo fiscal (Regime Geral)</b>  | <b>0</b>         | <b>0</b>         |
| <b>Lucro tributável (Regime Geral)</b>   | <b>4,436,096</b> | <b>7,659,006</b> |
| Prejuízos Fiscais Dedutíveis (Regime Geral)  | 0                | 0                |
| <b>Matéria colectável (Regime Geral)</b>   | <b>4,436,096</b> | <b>7,659,006</b> |
| Taxa normal de imposto sobre a matéria colectável                                  | 25.00%           | 25.00%           |
| Colecta  | 1,109,024        | 1,914,752        |
| Deduções à colecta   | -9,348           | 0                |
| Derrama  | 66,098           | 114,119          |
| Derrama estadual (Art.º 87.º - A)  | 88,083           | 184,770          |
| Tributações autónomas  | 8,724            | 10,461           |
| <b>Estimativa de impostos sobre os lucros do exercício</b>                         | <b>1,262,581</b> | <b>2,224,102</b> |
| Correcções de impostos relativas a exercícios anteriores                           | 26,907           | -44,881          |
| <b>Imposto Corrente sobre os Lucros</b>  | <b>1,289,488</b> | <b>2,179,221</b> |
| Retenções na fonte   | 14,451           | 8,432            |
| Pagamentos por conta/adicionais por conta (Art.os 105.º e 105.º - A)               | 1,329,290        | 1,951,365        |
| <b>IRC a pagar / receber</b>   | <b>-81,160</b>   | <b>264,305</b>   |
| Taxa efectiva de imposto sobre o lucro contabilístico                              | 42.01%           | 38.72%           |

A dedução à colecta apresentada no exercício de 2013, no montante de 9.348 euros, refere-se ao benefício fiscal aprovado pela Lei n.º 49/2013, de 16 de Julho, que estabeleceu um Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento (CFEI), mediante o preenchimento de determinadas condições.



## NOTA 31 – IMPOSTOS DIFERIDOS

Em consequência da aplicação das NCA's a CCAM apurou impostos diferidos conforme detalhe seguinte:

|  | 31-12-2013       | 31-12-2012       |
|--|------------------|------------------|
| <b>Activos por impostos diferidos</b>  |                  |                  |
| Reservas resultantes da valoriz. ao justo valor - Títulos de dívida pública  | 427,229          | 874,362          |
| Reservas result. valoriz. justo valor - Activos adquir. reembolso de crédito | 0                | 0                |
| Provisões tributadas a deduzir em períodos futuros                           | 2,060,634        | 2,012,339        |
| Responsabilidades com prémios de antiguidade                                 | 134,322          | 148,757          |
| Prejuízos fiscais  | 0                | 0                |
| Benefícios fiscais (p.e. criação emprego a jovens)                           | 0                | 0                |
| Outros   | 0                | 0                |
|  | <b>2,622,185</b> | <b>3,035,458</b> |
| <b>Passivos por impostos diferidos</b>                                       |                  |                  |
| Reservas de reavaliações legais  | 35,197           | 39,476           |
| Reservas resultantes da valoriz. ao justo valor - Títulos de dívida pública  | 366,178          | 297,570          |
| Responsabilidades com reformas antecipadas                                   | 913              | 988              |
| Reinvestimentos de mais-valias fiscais                                       | 0                | 0                |
| Outros   | 0                | 0                |
|  | <b>402,288</b>   | <b>338,034</b>   |
| <b>Impacto total dos Impostos diferidos</b>                                  | <b>2,219,897</b> | <b>2,697,424</b> |

## NOTA 32 – PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS OU DE RESSEGUROS

A CCAM de Leiria está inscrita no Instituto de Seguros de Portugal, com o estatuto de Mediador de Seguros Ligado, de acordo com o artigo 8.º, alínea a), subalínea i), do Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de Julho, desenvolvendo a actividade de intermediação em exclusividade com a Crédito Agrícola Seguros – Companhia de Seguros de Ramos Reais, S.A. (CA Seguros), relativamente ao exercício da actividade de seguros para todos os Ramos Não Vida, e autorizada, relativamente ao exercício da actividade de seguros para o Ramo Vida, com as seguradoras *ALICO - American Life Insurance Company*, substituída pela *Metlife Europe Limited*, e Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, S.A..

No âmbito dos serviços de mediação de seguros a CCAM efectua a venda de contratos de seguros, presta apoio pós-venda aos segurados e participa no encaminhamento das participações de sinistros que sejam entregues nos Balcões da CCAM.

Como contrapartida dos serviços de mediação de seguros prestados às referidas seguradoras, a CCAM recebe remunerações pela mediação de seguros, as quais estão definidas em Protocolo estabelecido entre a CCAM e as referidas Seguradoras.

As remunerações de mediação de seguros são reconhecidas como um rendimento na Demonstração de Resultados, na rubrica de Rendimentos de Serviços e Comissões. Os valores de remunerações a pagar pelas Seguradoras, à data de 31 de Dezembro de cada ano, estão reconhecidas como um activo no Balanço, na rubrica de Outros Activos. À data de emissão das presentes demonstrações financeiras, as remunerações de mediação que estavam por pagar em 31 de Dezembro de 2013, encontram-se já integralmente pagas pelas referidas Seguradoras.

O quadro seguinte evidencia o valor total das remunerações de mediação de seguros, auferidas pela CCAM nos últimos 2 anos (valores em euros):



| Origem         | Seguradora | 31-12-2013 | 31-12-2012 | % por Origem<br>31-12-2013 |
|----------------|------------|------------|------------|----------------------------|
| Ramos Não Vida | CA Seguros | 89.633     | 70.557     | 45,2%                      |
| Ramo Vida      | ALICO      | 249        | 22.997     | 0,1%                       |
| Ramo Vida      | Metlife    | 63.990     | 0          | 32,3%                      |
| Ramo Vida      | Fidelidade | 44.529     | 31.423     | 22,4%                      |
| Total          |            | 198.401    | 124.977    | 100,0%                     |

A CCAM não efectua a cobrança de prémios por conta das seguradoras, nem efectua a movimentação de quaisquer tipos de fundos relativos a contratos de seguros. Desta forma, não há qualquer outro activo, passivo, rendimento ou gasto a reportar, relativo à actividade de mediação de seguros, exercida pela CCAM.

### NOTA 33 – INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

De acordo com o previsto no artigo n.º 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, apresenta-se a seguinte informação:

- Das operações não incluídas no balanço, aquelas em que o impacto nas contas tem maior relevância são as que se referem a Garantias Prestadas a Clientes, cujo montante, em 31 de Dezembro de 2013, ascendia a 4.048.478 euros. Para além dos impactos referidos nas Notas 4, 23 e 27, existe o risco da CCAM ter que assumir o cumprimento das obrigações dos seus clientes perante terceiros, no caso de estes falharem os seus compromissos. No entanto, em termos históricos, tais situações têm tido um impacto materialmente irrelevante;
- O total de honorários facturados durante o exercício de 2013 pela sociedade de revisores oficiais de contas foi de 35.000 euros, dos quais 29.000 euros correspondem aos serviços de revisão legal de contas, sendo que os restantes, no montante de 6.000 euros, dizem respeito a outros serviços de garantia de fiabilidade.

O Responsável pela Contabilidade

O Conselho de Administração



## CAPÍTULO V – PARECER DO CONSELHO FISCAL

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos da lei e dos estatutos, o Conselho Fiscal da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria apresenta o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e emite parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a Proposta para a Aplicação dos Resultados, elaborados pelo Conselho de Administração e relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Este Conselho efetuou um acompanhamento direto da evolução da atividade da Caixa. Comprovou o cumprimento das normas aplicáveis à contabilização das operações, analisou peças contabilísticas e verificou a informação de reporte periódico remetido ao B.P.

Examinou os relatórios de Auditoria Interna, de *Compliance*, de Acompanhamento das Deficiências do SCI e de Riscos.

Analisou o Relatório do Sistema do Controlo Interno e o Relatório de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, tendo elaborado os respetivos pareceres que, nos termos dos avisos 5/2008 e 9/2012 foram enviados ao Banco de Portugal. O Conselho Fiscal emitiu, também, parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento para 2014.

Ao longo do ano reuniu com membros da Administração e com chefes de vários departamentos que sempre se mostraram disponíveis para prestar todas as informações e esclarecimentos que este Conselho lhes solicitou. Reuniu, ainda, com o Revisor Oficial de Contas.

Após o encerramento das contas analisou o Balanço em 31 de dezembro de 2013, as Demonstrações de Resultados, de Fluxos de Caixa, de Rendimento Integral e de Alterações no Capital Próprio e o Anexo (notas explicativas às demonstrações financeiras). Fez uma leitura muito atenta do Relatório de Gestão preparado pelo Conselho de Administração. Examinou a Proposta de Aplicação de Resultados. Apreciou a Certificação Legal de Contas que mereceu o seu acordo.

No âmbito das suas funções concluiu que:

- O Relatório de Gestão é coerente e suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios da CCAM de Leiria;
- O Balanço, a Demonstração dos Resultados e as restantes peças contabilísticas permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Caixa;
- As políticas e os critérios volumétricos são adequados;
- A Proposta de Aplicação de Resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.



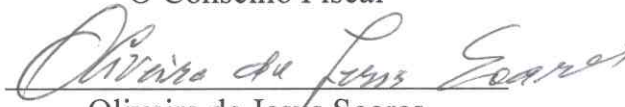
## CAIXA DE CRÉDITO DE LEIRIA

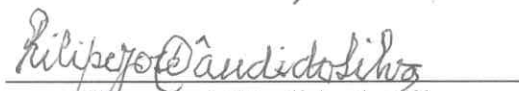
Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de opinião que o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a Proposta para a Aplicação dos Resultados, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias em vigor, pelo que recomenda a sua aprovação em Assembleia Geral.


Os membros deste Conselho congratulam-se com o bom desempenho da Caixa e manifestam a sua admiração e estima pelo esforço da Administração e de todos os trabalhadores que, num contexto económico e financeiro muito adverso, conseguiram, com o seu trabalho, obter lucros de valor apreciável, contribuindo para o aumento da estabilidade e solidez da Instituição.

Leiria, 12 de março de 2014

O Conselho Fiscal

  
Oliveira de Jesus Soares

  
Filipe José Cândido da Silva

  
Luís Heleno Cardoso



FERNANDO MARQUES OLIVEIRA  
JOSÉ VIEIRA DOS REIS  
CARLOS A. DOMINGUES FERRAZ  
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS  
CARLOS MANUEL GRENHA  
GUILHERME W. D'OLIVEIRA MARTINS

## **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

### **INTRODUÇÃO**

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da **CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, C.R.L.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2013 (que evidencia um total de 413.062.082 euros e um total de capital próprio de 61.064.255 euros, incluindo um resultado líquido de 1.755.070 euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração de alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo (notas explicativas às demonstrações financeiras).

### **RESPONSABILIDADES**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### **ÂMBITO**

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas

1/2

#### **SEDE | HEAD OFFICE**

Av. da Liberdade, n.º 245 – 8º A, B e C  
1250-143 LISBOA - PORTUGAL  
Tel. (+351) 217 271 197  
Fax (+351) 217 273 129

#### **Delegação Centro | Center Branch**

Av. 22 de Maio, n.º 24 - Escritório 3  
2415-396 LEIRIA - PORTUGAL  
Tel. (+351) 244 822 175  
Fax (+351) 244 822 178

#### **Delegação Norte | North Branch**

Via Eng.º Edgar Cardoso, n.º 23  
Ed. Tower Plaza - Escritório 5E  
4400-676 VILA NOVA DE GAIA-PORTUGAL  
Tel. (+351) 223 744 485  
Fax (+351) 223 744 977



em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, nos aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da *CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, C.R.L.*, em 31 de dezembro de 2013 e o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para as instituições de crédito e sociedades financeiras.

#### RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 11 de março de 2014

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.  
Representada por

  
José Vieira dos Reis, ROC nº 359